Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2023 Nª 25.371 Preço banca: R$ 3,50

Bolsa fecha no menor nível desde julho após críticas do governo ao BC

As críticas do governo ao Banco Central (BC) fizeram o mercado financeiro ter um dia de nervosismo. A bolsa de valores caiu mais de 2% e fechou no menor nível desde julho. O dólar chegou a iniciar o dia em baixa, mas reverteu o movimento e aproximou-se de R$ 5,30.

O índice Ibovespa, da B3, encerrou a quinta-feira (23) aos 97.926 pontos, com queda de 2,29%. O indicador chegou a subir no início das negociações, mas passou a cair ainda durante a manhã e intensificou a queda durante a tarde, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizer que a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano "não tem explicação" e que o Senado "terá de cuidar" de Campos Neto, presidente do Banco Central.

Esta foi a primeira vez em nove meses que o Ibovespa fechou abaixo de 100 mil pontos. O indicador está no menor nível desde 18 de julho do ano passado. A bolsa brasileira destoou do mercado externo. Na quinta, as bolsas norte-americanas subiram após a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, prometer medidas para garantir os depósitos em bancos dos cidadãos norte-americanos.

No mercado de câmbio, o dia também foi marcado pela tensão. O dólar comercial fechou o dia vendido a R$ 5,29, com alta de R$ 0,053 (+1,01%). A cotação iniciou o dia em queda, com a moeda norte-americana vendida a R$ 5,20, mas passou a disparar ainda durante a manhã. A moeda norte-americana está no maior valor desde o último dia 15, quanto tinha fechado a R$ 5,294.

Na quarta-feira (22) à noite, após o Comitê de Política Monetária (Copom) manter a taxa Selic em 13,75% ao ano, diversas autoridades se manifestaram. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, considerou "muito preocupante" o comunicado do Copom, no qual o BC manifestou incerteza em relação ao novo arcabouço fiscal e informou que poderá elevar novamente a Selic caso a inflação continue resistente.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, também criticaram a decisão do BC. (Agencia Brasil)

Presidente demonstra, mais uma vez, insatisfação com juros altos

Página 16

Consumo nos lares brasileiros cresce 1,44% no bimestre

Página 3

Nova política antidrogas inclui proteção e acesso a direitos da mulher

Foto/Antonio Cruz/ABr

Página 16

Crise hídrica mundial é tema de conferência em Nova York

Com o tema Acelerando ação para o futuro sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza até esta sexta-feira (24), em Nova York, sua conferência anual sobre a água. No encontro, que começou na quarta-feira (22), os países representados na ONU discutem o risco iminente de uma crise hídrica mundial.

"Estamos drenando o sangue vital da humanidade por meio do consumo vampiresco e uso insustentável da água e evaporando-o por meio do aquecimento global", disse o secretário-geral da ONU, António Guterres. A proposta do evento é decidir ações conjuntas que possam transformar esse cenário nos próximos anos.

Diferentemente de outras reuniões climáticas, a conferência das Nações Unidas não pretende produzir acordos vinculantes, como o de Paris, assinado em 2015, e sim engajar os países em soluções que possam ser implementadas até 2030. De acordo com o secretário-geral, a reunião deve resultar em "uma ousada Agenda de Ação Hídrica, que dá à força vital do nosso mundo o compromisso que ela merece".

A comitiva brasileira na conferência tem cerca de 50 representantes, entre membros do governo e da sociedade civil.

O secretário-geral Antonio Guterres destacou que cerca de três em cada quatro desastres naturais estão ligados à água. Para Guterres, existe uma lacuna na gestão da água, e os governos precisam desenvolver e implementar planos que garantam acesso equitativo ao o recurso.

O secretário-geral propôs também investimento massivo em sistemas de água e saneamento, lembrando que as nações mais ricas devem mobilizar recursos para apoiar as economias emergentes. (Agencia Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,29
Venda: 5,29

Turismo
Compra: 5,38
Venda: 5,48

EURO

Compra: 5,73
Venda: 5,73

Uso de celular ou tablet por mais de três horas ao dia causa dor na coluna em jovens

Com a popularização de dispositivos como celulares e tablets e a vasta oferta de canais de vídeos, jogos e aplicativos educacionais, crianças e adolescentes têm passado cada vez mais tempo em frente às telas. E costumam adotar posturas inadequadas, que podem causar, entre outros problemas, dores na coluna vertebral.

Página 2

Esporte

Copa Brasil de Provas Combinadas reunirá 49 atletas de 31 clubes

Competição será disputada nos dias 1 e 2 de abril no Centro Nacional Loterias Caixa de Desenvolvimento do Atletismo, em Bragança Paulista; a Confederação Brasileira recebeu a confirmação de participação de atletas de 12 Estados e do Distrito Federal

A Copa Brasil Loterias Caixa de Provas Combinadas, que será realizada nos dias 1 e 2 de abril, no Centro Nacional de Desenvolvimento do Atletismo, em Bragança Paulista, reunirá 49 atletas nas categorias adulta e sub-18 de 31 clubes, representando 12 Estados e o Distrito Federal. A entrada do público é franca, sem a necessidade de apresentação de ingresso.

Entre as atrações estão o atleta olímpico Felipe Vinícius dos Santos e José Fernando Ferreira Santana, o Baloteli, atual campeão do Troféu Brasil de Atletismo – ambos são representantes do EC Pinheiros e competirão no adulto.

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) recebeu a inscrição de representantes de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

O programa horário da competição será aberto às 9 horas do dia 1, com a disputa dos 100 m do decatlo adulto e termina às 16:50 do dia 2 com os 1.500 m também do adulto.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Foto/ Wagner Carmo

Jose *Fernando Santana "Baloteli"*

Com 3 carros, equipe Varela inicia Brasileiro de Rally Baja 2023 visando título

Foto/Divulgação

Campeonato *Brasileiro de Rally Baja começa no próximo final de semana*

A primeira prova do Campeonato Brasileiro de Rally Baja – o Rally Rota Sudeste – tem sua realização neste final de semana, na cidade de São Manuel, interior de São Paulo. E para iniciar a temporada 2023, a equipe Varela Can-Am Monster Energy vai com três representantes para a prova.

Serão eles Bruno Varela, bicampeão em 2017 e 2019, Gabriel Varela, campeão em 2016, e Reinaldo Varela. Apesar do passado de sucesso, que também incluiu dois títulos de Rodrigo Varela (2018 e 2020), o time é cauteloso e sabe que irá enfrentar forte oposição a partir deste final de semana e em todas as etapas do calendário.

"É minha primeira vez no Brasileiro de Baja desde que fui campeão em 2019", disse Bruno. "Estamos treinando muito, conseguimos acertar nosso Can-Am da melhor maneira possível para começar esse campeonato. Testei até a última quarta-feira e está tudo perfeito. Agora estamos prontos para acelerar do lado dos melhores pilotos do Brasil nos UTVs. Será uma temporada complicada pela competitividade, mas estamos prontos para disputar mais um título para a família", completou.

Gabriel Varela, que mais uma vez representará o time no Brasileiro de Baja, está otimista para a temporada. "Nos preparamos muito bem e estamos muito confiantes. Mal posso esperar para voltar a competir", adianta ele. "Nós treinamos bastante para esse rally, e acho que chegaremos lá bem fortes. Mas a cada ano nossos concorrentes também chegam melhores, então provavelmente teremos boas brigas. Porém, tenho plena confiança no nosso trabalho".

O Rally Rota Sudeste será disputado no sábado e no domingo, dias 25 e 26 de março. Estão previstas duas voltas de 70 km por dia no trajeto das especiais. Estão previstos mais de 400 km no roteiro, incluindo o prólogo no início do sábado e os deslocamentos não cronometrados.

Prefeitura oferece 850 vagas de qualificação para artesãos da Capital

Estão abertas as inscrições para a nova turma do curso de qualificação empreendedora do Mãos e Mentes Paulistanas, iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Com duração de dois meses, o curso conta com 850 vagas e oferece aos empreendedores manuais uma capacitação voltada à gestão e desenvolvimento do negócio. Artesãos e manualistas de toda a capital podem participar e se inscrever até 14 de abril pelo link: www.cutt.ly/inscricaoturma13

"O Mãos e Mentes Paulistanas conta com diversos eixos de atuação e um deles é a qualificação profissional, que é fundamental para apoiar o artesão no crescimento e aprimoramento do seu negócio. As aulas têm como objetivo capacitar os empreendedores para que eles possam fazer uma melhor gestão do seu empreendimento, o tornando cada vez mais sólido e estável. Além disso, após o curso o credenciado tem acesso a outros benefícios como a possibilidade de expor e comercializar seus produtos em grandes eventos e pontos fixos de vendas, como os que já temos nos Shoppings Center Norte, Center 3, Itaquera e no Mercadão das Flores", declara a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

Durante a formação os participantes vão aprender planejamento financeiro, marketing digital, técnicas de fotos para peças artesanais, negociação com cliente, venda on-line e precificação de produtos. São 30 horas de conteúdo totalmente gratuito disponibilizado em plataforma digital, com o acompanhamento de monitores especializados que vão facilitar a interação e o uso da tecnologia, mesmo para aqueles que não estão familiarizados com ferramentas virtuais.

O curso poderá ser feito em qualquer dia e horário da semana, mas também terá aulas online ao vivo com o objetivo de complementar o conteúdo, tirar dúvidas e promover a interação dos participantes. Durante toda a jornada de aprendizado, o participante será acompanhado pela equipe de monitoria do programa, que dará mentorias sobre o conteúdo, revisão da matéria da semana e suporte aos alunos.

Após a qualificação, o artesão paulistano poderá participar dos pontos oficiais de venda do programa Mãos e Mentes Paulistanas, localizados em locais estratégicos e movimentados da cidade, como quiosques e loja presentes no Mercadão das Flores e nos shoppings Center Norte e Metrô Itaquera. Para isso, também é necessário que ele realize o credenciamento no programa.

Serviço

Qualificação Empreendedora – Programa Mãos e Mentes Paulistanas

Inscrições: de até 14 de de abril pelo link: www.cutt.ly/inscricaoturma13

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereadores e vereadoras tão preocupados que eles também possam estar na lista do crime organizado sobre possíveis sequestros e mortes, como os parlamentares estaduais e federais

.

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá preocupado com o fato dos grandes aumentos do Serviço Funerário da capital, que tá rolando após a concessão (privatização). Tá pela 'hora da morte'

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O que o agora deputado - capitão Telhada (PP) - fala sobre seu pai - agora deputado federal Telhada - também estar na lista do crime organizado pra morrer com o senador Moro ?

.

GOVERNO (São Paulo)

O que diz o governador e militar (reserva) Tarcísio (Republicanos), sobre Lula (PT) tentar desqualificar a Polícia Federal sobre desmonte de atentado mortal contra o senador Moro ?

.

CONGRESSO (Brasil)

Senadores(as) e deputados(as) tão solidários ao agora senador (União - PR) Moro, contra o possível sequestro e morte - via crime organizado - abortados pela Polícia Federal

.

PRESIDÊNCIA

Lula (PT) acusar o senador Moro (União - PR), ex-juiz federal que o condenou e prendeu por corrupções e lavagens de dinheiro, é acusar a Polícia Federal de participar da armação

.

(Brasil)

... de ter cometido pra sequestro e morte do deputado federal Telhada (PP), o presidente Lula (dono do PT) estaria dizendo que a Polícia Federal ajudou na armação contra o PCC

.

PARTIDOS (Brasil)

Dinossauros : tanto Lula (PT), como Zé Luiz Penna (PV). Ambos têm 77 anos e são donos das suas legendas. A diferença é que Penna é cineasta. Aliás, lembra o histórico 'Zé do Caixão'

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Ministro (Justiça) Flávio Dino (ex-PC do B e senador pelo PSB) tá numa 'saia justa'. Sabe que Moro não inventou sobre Crime organizado, mas o presidente Lula (PT) ainda tenta negar

.

ANO 31

O jornalista **Cesar Neto** publica a coluna de política - **cesarneto.com** - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Uso de celular ou tablet por mais de três horas ao dia causa dor na coluna em jovens

Com a popularização de dispositivos como celulares e tablets e a vasta oferta de canais de vídeos, jogos e aplicativos educacionais, crianças e adolescentes têm passado cada vez mais tempo em frente às telas. E costumam adotar posturas inadequadas, que podem causar, entre outros problemas, dores na coluna vertebral.

Estudo **financiado** pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e **publicado** na revista científica *Healthcare* identificou diversos fatores de risco para a saúde da coluna, como o uso de telas por mais de três horas ao dia, a pouca distância entre o equipamento eletrônico e os olhos, a utilização nas posições deitada de barriga para baixo e sentada.

O foco do estudo foi a chamada dor no meio das costas (*thoracic back pain*, ou TSP). Foram avaliados 1.628 estudantes de ambos os sexos entre 14 e 18 anos de idade, matriculados no primeiro e no segundo ano do ensino médio, período diurno, na área urbana do município de Bauru (SP), que responderam a um questionário entre março e junho de 2017.

Destes, 1.393 foram reavaliados em 2018. A pesquisa constatou que, de todos os participantes, a prevalência de um ano foi de 38,4%, o que significa que os adolescentes relataram TSP tanto em 2017 quanto em 2018. A incidência em um ano foi de 10,1%; ou seja, não notificaram TSP em 2017, mas foram encaminhados como casos novos de TSP em 2018. As dores na coluna ocorrem mais nas meninas do que nos meninos.

Fatores de risco

TSP é comum em diferentes grupos etários na população mundial. Estima-se que afete de 15% a 35% dos adultos e de 13% a 35% de crianças e adolescentes. A pandemia de COVID-19 e a consequente explosão no uso de eletrônicos seguramente agravaram a incidência do problema. Fatores de risco físicos, fisiológicos, psicológicos e comportamentais ou uma combinação destes estão associados à TSP, de acordo com várias investigações.

Há também fortes evidências dos efeitos da atividade física, comportamento sedentário e saúde mental na saúde da coluna vertebral. Todos esses fatores foram considerados críticos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em sua mais recente revisão global de evidências e diretrizes.

"Esse trabalho pode ser utilizado para implementar programas de educação em saúde nos diversos níveis escolares, visando capacitar estudantes, professores, funcionários e pais", diz **Alberto de Vitta**, doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado em saúde pública pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Botucatu e um dos autores do artigo.

"Isso vai ao encontro de alguns objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN], segundo os quais a escola deve assumir a responsabilidade pela educação para a saúde, identificando fatores de risco à saúde pessoal e coletiva no meio em que vivem, intervindo de forma individual ou coletiva sobre os fatores desfavoráveis à saúde e promovendo a adoção de hábitos de autocuidado com respeito às possibilidades e limites do corpo", complementa Vitta, que atualmente leciona e pesquisa no Departamento de Fisioterapia da Faculdade Eduvale de Avaré (SP) e no programa de pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí (Pouso Alegre, MG).

Informações sobre fatores de risco para TSP em estudantes do ensino médio são relevantes porque crianças e adolescentes com dor nas costas são mais inativos, apresentam baixo rendimento acadêmico e apresentam mais problemas psicossociais, aponta o artigo. Além disso, poucos estudos foram realizados em TSP em comparação com a dor lombar e cervical. Uma revisão sistemática de TSP identificou apenas dois estudos prospectivos sobre fatores prognósticos.

Além de Vitta, assinam o artigo Matias Noll, Instituto Federal Goiano e da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, Manuel Monfort-Pañego e Vicente Miñana-Signes, da Universidade de Valência (Espanha), e Nicoly Machado Maciel, da Universidade de São Paulo.

Desempenho profissional é o principal fator para inscrição no Vestibular das Fatecs

Dos 17.595 candidatos aprovados no Vestibular das Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs) do primeiro semestre deste ano, 25,8% têm a expectativa de melhorar o desempenho profissional. O dado consta do Relatório Socioeconômico, elaborado pela Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT), instituição responsável pelos processos seletivos das unidades de Centro Paula Souza. O questionário foi respondido pelos candidatos no momento da inscrição para o exame.

A pesquisa mostra também:

21,5% fazem o curso em busca de melhores chances para uma ascensão profissional;

20% apresentam interesse no setor;

10,6% esperam aumentar os conhecimentos na área escolhida;

4,9% buscam formação mais especializada;

A análise dos dados aponta que 35,10% dos aprovados têm de 18 a 23 anos. Outros 17,52% estão na faixa etária de 24 a 28 anos, enquanto 12,68% têm entre 29 e 34 anos.

Quando questionados sobre a escolaridade, 78,35% responderam ter cursado integralmente o Ensino Médio em instituição pública. Cursos profissionalizantes foram realizados ou estão em curso para 32,2% dos classificados. O relatório aponta também que 32,8% dos aprovados já fizeram a prova do Vestibular das Fatec em outros semestres.

Quanto à renda familiar dos aprovados no Vestibular das Fatecs, 57,8% ganham até três salários mínimos e 24,4% recebem entre 3 e 5 salários mínimos. Outro apontamento é de que 51,3% dos aprovados têm participação ativa no orçamento familiar, auxiliando ou sendo responsável totalmente pela renda. O trabalho que os candidatos desenvolvem hoje já está diretamente ligado à área do curso para 25% dos aprovados.

O Sistema de Pontuação Acrescida do Centro Paula Souza foi usado por 82,61% dos candidatos a uma vaga. A política afirmativa confere acréscimo de nota aos candidatos: 3% a quem se declare afrodescendente, 10% aos que apontam ter escolaridade pública e 13% para quem declara as duas situações.

Mostra Tiradentes chega a SP e exibe 27 filmes no Cinesesc

Tradicional festival da histórica cidade mineira de Tiradentes, a Mostra Tiradentes desembarca para mais uma edição em São Paulo. Até o dia 29 de março, o evento vai exibir 27 filmes na sala de cinema do Cinesesc, na capital paulista.

Muitos filmes são inéditos em São Paulo, mas já fizeram parte da 26ª edição do festival, ocorrido em janeiro, em Tiradentes. Entre os destaques da programação estão seis filmes premiados na edição de janeiro. Entre eles, As Linhas da Minha Mão, de João Dumans, que será exibido hoje na abertura do evento. O filme é um documentário experimental, resultado do encontro entre o diretor e a atriz Viviane Ferreira.

Também estarão em exibição os premiados filmes O Canto das Amapolas, de Paula Gaitán; Remendo, de Roger Ghil ; Cervejas no Escuro, de Thiago A. Neves; A Filha do Palhaço, de Pedro Diogenes; e Nossa Mãe Era Atriz, de André Novais Oliveira e Renato Novaes.

Outro destaque é o filme A Alegria é a Prova dos Nove, de Helena Ignez, que traz o cantor Ney Matogrosso no elenco.

O Alegria e a Prova dos Nove, de João Dumans, será exibido na abertura da mostra. - Cinesesc/Divulgação

Além da exibição de longas e curtas-metragens, o festival ainda vai promover 15 bate-papos após as sessões. "A força do cinema brasileiro contemporâneo pode ser conhecida nas edições anuais da Mostra Tiradentes/SP que, em 2023, celebra 11 anos na capital paulista com o propósito de ampliar novos olhares, vozes e exibir um panorama múltiplo da produção audiovisual no Brasil.

Todas as sessões ganham debates após a exibição dos filmes com a presença de realizadores, provocando reflexão sobre as imagens e histórias do cinema como resposta ao seu tempo histórico", disse Raquel Hallak, coordenadora geral da Mostra Tiradentes/SP, por meio de nota.

No debate Cinema da Vela, o tema será o Cinema Mutirão: Laboratórios e Cinema de Grupo de São Paulo, que pretende discutir a situação atual do setor audiovisual brasileiro, fragilizado após as reduções dos incentivos e das políticas de fomento da arte cinematográfica dos últimos anos, pela pandemia do novo coronavírus, que fechou temporariamente as salas de cinema, e pela consolidação dos oligopólios dos streamings. Nesse debate, o cinema paulista contemporâneo será analisado em sua relação com os processos de criação coletiva de outras artes e modos de vida. Os debatedores serão os cineastas Helena Ignez, Leonel Costa e Filipe dos Santos Barrocas e a mediação ficará a cargo do crítico de cinema João Paulo Campos.

Filme As Linhas da MInha Mão, de João Dumans será exibido hoje na abertura do evento - Cinesesc/Divulgação

A edição em São Paulo também vai sediar o lançamento da publicação Fórum de Tiradentes - Encontros pelo Audiovisual Brasileiro, que ocorrerá na próxima segunda-feira (27) e terá a participação de profissionais do setor audiovisual e entidades de classe.

Mais informações sobre o festival e a programação dos filmes em São Paulo podem ser obtidas no site.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Arrecadação federal atinge R$ 158,99 bilhões em fevereiro

A União arrecadou R$ 158,99 bilhões em impostos em fevereiro, de acordo com dados divulgados na quinta-feira (23) pela Receita Federal. É o maior valor da série histórica, iniciada em 1995. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve crescimento real de 1,28%, ou seja, acima da inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R$ 410,73 bilhões, representando acréscimo acima da inflação de 1,19%. O valor é o maior da série para o período acumulado. Os dados sobre a arrecadação de fevereiro estão disponíveis no site da Receita Federal.

A avaliação do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, é positiva e, para ele, os números indicam uma retomada da geração de empregos. "Percebemos que o desempenho da atividade econômica continua sendo determinante para o resultado da arrecadação. Neste mês de fevereiro, temos a surpresa positiva do desempenho da massa salarial, que significa que a atividade econômica também vem acompanhada de uma retomada do nível de emprego", disse, durante entrevista coletiva.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em fevereiro ficou em R$ 153,03 bilhões, representando acréscimo real de 1,14%, enquanto no período acumulado de janeiro e fevereiro, a arrecadação alcançou R$ 387,96 bilhões, alta real de 1,76%.

O aumento pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, eles são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) também influenciaram no resultado.

Lucro das empresas

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R$ 30,83 bilhões, com crescimento real de 12,12% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo acréscimo real de 12,88% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

A Receita observa ainda que houve pagamentos atípicos de IRPJ e CSLL de, aproximadamente, R$ 2 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities (produtos básicos negociados em mercados internacionais), associadas à mineração e extração e refino de combustíveis.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R$ 118,21 bilhões, com crescimento real de apenas 0,79%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 19,66% da estimativa mensal, de 13,88% do balanço trimestral e de 6,74% do lucro presumido, conjugado com o decréscimo real de 50,99% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022.

"Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no primeiro bimestre deste ano, e de 12 bilhões, no primeiro bimestre de 2022", informou a Receita Federal.

Já as receitas extraordinárias foram compensadas pelas desonerações tributárias. Apenas em fevereiro, a redução de alíquotas do PIS/Confins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R$ 3,75 bilhões. No ano, chega a R$ 7,50 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R$ 3,80 bilhões no acumulado de janeiro e fevereiro.

"Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 6,74% na arrecadação do período e de 3,56% na arrecadação do mês de fevereiro", informou o órgão.

Outros destaques

Outro destaque da arrecadação de fevereiro foi a receita previdenciária, que alcançou R$ 46,04 bilhões, com acréscimo real de 6,28%, em razão do aumento real de 8,52% da massa salarial. No acumulado do ano, o resultado chega a R$ 94,39 bilhões, alta real de 7,47%. Esse último item pode ser explicado pelo aumento real de 12,28% da massa salarial e pelo aumento real de 10,14% na arrecadação da contribuição previdenciária do Simples Nacional de janeiro e fevereiro deste ano, em relação ao mesmo período de 2022.

Além disso, houve crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos do Trabalho registrou arrecadação de R$ 14,08 bilhões em fevereiro, representando crescimento real de 12,11%. O resultado deve-se aos acréscimos reais na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (10,66%) e Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (33,07%) e decréscimo em Participação nos Lucros ou Resultados (queda de 1,03%). No acumulado de janeiro e fevereiro, o valor chega e R$ 35,31 bilhões, alta real de 12,83%

O IRRF - Rendimentos de Capital teve arrecadação de R$ 6,72 bilhões no mês passado, com acréscimo real de 27,03%. Somados janeiro e fevereiro, o valor chega a R$ 17,66 bilhões, alta real de 44,65%. Os resultados podem ser explicados em razão da alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa.

Indicadores macroeconômicos

É costume da Receita Federal apresentar, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação, tanto no mês quanto no acumulado do ano. Entretanto, alguns dados não estão disponíveis devido à mudança de metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na apuração e divulgação dos resultados da venda de bens e serviços e da produção industrial.

A informação já disponível é da massa salarial, que mantém crescimento significativo de 14,78% no mês (18,76% no ano) de janeiro (fator gerador da arrecadação de fevereiro), em relação ao mesmo mês de 2022. Já o valor em dólar das importações teve queda de 6,05% em relação a janeiro do ano passado e queda de 1,98% em 12 meses. (Agencia Brasil)

Consumo nos lares brasileiros cresce 1,44% no bimestre

O consumo nos lares brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), encerrou o primeiro bimestre em alta de 1,44%. Na comparação ante janeiro, houve recuo de 2%, atribuído ao menor número de dias em fevereiro. Na comparação com fevereiro de 2022, houve alta de 0,95%. O resultado contempla os formatos de loja atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a Abras, durante o primeiro bimestre do ano os recursos do reajuste do salário mínimo, a manutenção do valor de R$ 600 do programa de transferência de renda, bem como dos números de beneficiários; o pagamento do auxílio gás (fevereiro) e a menor pressão inflacionária nos preços dos alimentos contribuíram para um consumo positivo, mas moderado.

A entidade estima que o que deve sustentar o consumo nos lares no primeiro trimestre, é o reajuste do salário mínimo em 7,42% para mais de 60 milhões de pessoas; a manutenção do pagamento de R$ 600 do Bolsa Família, o auxílio gás no valor de 100% da média nacional do botijão de gás de cozinha de 13 quilos pago em fevereiro; o resgate do PIS/Pasep (de fevereiro a dezembro) e o pagamento, a partir de 20 de março, de R$ 150 por criança de até 6 anos para as famílias inscritas nos programas de transferência de renda.

"Outros recursos anunciados ou em análise pelo governo federal tendem a ser direcionados para o consumo de alimentos, como a revisão e ampliação das bolsas da área da educação, o reajuste dos servidores civis do Poder Executivo e o novo reajuste do salário mínimo a partir de 1º de maio. Para 2023, deve haver, inicialmente, um crescimento de 2,5% do consumo nos lares", disse a Abras.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) registrou queda de 0,39% em fevereiro. Com essa variação, o preço na média nacional passou de R$ 754,98 em janeiro para R$ 752,04 em fevereiro. No acumulado do ano, a cesta nacional tem recuo de 0,31%.

No bimestre, os recuos são mais expressivos para cebola (31,82%) e tomate (6,30%), cortes de carne traseiro (1,14%) e dianteiro (3,33%) e frango congelado (1,71%). Entre as altas aparecem o leite longa vida (4,31%), queijos prato e muçarela (1,75%), ovos (2,55%), sabão em pó (2,55%), desinfetante (1,68%), detergente líquido para louças (1,22%), água sanitária (1,14%), sabonete (1,53%), creme dental (1,20%), papel higiênico (0,55%) e xampu (0,50%). (Agencia Brasil)

Presidente da Petrobras diz que pode reduzir preço da gasolina

Um dia após a Petrobras anunciar a redução do preço do diesel, o presidente da companhia, Jean Paul Prates, disse, na quinta-feira (23), no Rio de Janeiro, que a estatal pode diminuir o preço da gasolina. "Sempre que a gente puder vender mais barato para o consumidor brasileiro, a gente vai fazê-lo", afirmou ao ser perguntado se a empresa deve baixar o preço da gasolina este mês.

Após participar do lançamento do "Caderno FGV, Fundação Getúlio Vargas Energia de Gás Natural'', Prates destacou que a empresa adota o Preço de Paridade de Importação (PPI) como uma referência e não como um "dogma".

"Não aceito o dogma do PPI. Aceito a referência internacional. Trabalhamos com a referência internacional com o preço de mercado de acordo com o nosso cliente. A cliente bom você dá desconto. É a política de empresa", explicou.

Referência internacional

Acrescentou que o melhor preço para a empresa é o preço próximo da referência internacional. "Não quer dizer que eu tenho que andar exatamente em cima da linha do preço do importador. É bem diferente. Não quer dizer que eu vá me afastar, me isolar e virar uma bolha no mundo. Temos que seguir a referência internacional. Se lá fora o preço do petróleo diminuiu e reduziu em insumos para refinarias, eu tenho que corresponder para o consumidor final. Mas eu não preciso estar necessariamente amarrado ao preço do importador, que é meu principal concorrente. Paridade de importação não é o preço que a Petrobras deve praticar".

Durante o evento, o presidente da Petrobras ressaltou que a companhia vai investir na infraestrutura para transporte, escoamento e distribuição do gás natural, que ele apontou como entraves para o mercado do gás. (Agencia Brasil)

China suspende embargo à carne bovina brasileira

O Ministério da Agricultura e Pecuária informou que o governo chinês decidiu na quinta-feira (23) suspender o embargo à carne bovina brasileira. A decisão, segundo a pasta, foi tomada após reunião entre o ministro Carlos Fávaro e o ministro da Administração Geral da Aduana Chinesa, Yu Jianhua, em Pequim.

As importações do Brasil estavam suspensas desde fevereiro, após a confirmação de um caso classificado pelo governo brasileiro como "isolado e atípico" de encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como mal da vaca louca. O registro foi feito em uma pequena propriedade no município de Marabá (PA).

"Desde a descoberta do caso, o Ministério da Agricultura e Pecuária vem trabalhando com transparência e tomando todas as providências necessárias conforme protocolo de importação internacional", informou a pasta, por meio de comunicado.

"Tenho certeza que isso é um passo para que o Brasil avance cada vez mais com o credenciamento de plantas e oportunidades para a pecuária brasileira", avaliou o ministro Carlos Fávaro, ao final do encontro, em Pequim. (Agencia Brasil)

Preço do diesel cai R$ 0,18 nas distribuidoras

O preço médio de venda de diesel A da Petrobras para as distribuidoras está mais baixo a partir da quinta-feira (23). Com a redução de R$ 0,18 por litro, o valor passa de R$ 4,02 para R$ 3,84 por litro.

Em nota, divulgada na quarta-feira (22) para anunciar o novo valor, a Petrobras informou que a sua parcela no preço ao consumidor será, em média, R$ 3,45 a cada litro vendido na bomba, após considerar a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos.

De acordo com a companhia, os principais motivos para recuo são a manutenção da competitividade dos seus preços "frente às principais alternativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos de refino".

A petroleira destacou ainda que na definição de preços preserva a competitividade, mas evita o repasse das frequentes mudanças do mercado internacional. "Ciente da importância de seus produtos para a sociedade brasileira, a companhia destaca que na formação de seus preços busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente". (Agencia Brasil)

Caixa registra lucro de R$ 9,2 bilhões em 2022

A Caixa registrou um lucro líquido de R$ 9,2 bilhões em 2022, lucro líquido contábil de R$ 9,8 bilhões e patrimônio líquido de R$ 122,6 bilhões, o que representa um aumento de 9,9% em 12 meses, de acordo com balanço divulgado na quinta-feira (23) pelo banco. Segundo os dados, o saldo na carteira de crédito total foi R$ 1 trilhão, com crescimento de 16,7% sobre 2021, com saldo de R$ 637,9 bilhões na carteira de crédito imobiliário (+ 13,6%).

Foram registrados R$ 509,8 bilhões em originação de crédito total, com crescimento de 16,6% em relação a 2021; R$ 161,7 bilhões em contratações de crédito imobiliário, representando crescimento de 15% sobre 2021; R$ 91,2 bilhões em contratações de crédito imobiliário linha de crédito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com crescimento de 10,1% em comparação a 2021; R$ 70,5 bilhões em contratações de crédito imobiliário FGTS, representando crescimento de 22,2% em comparação a 2021.

De acordo com o vice-presidente de Finanças e Controladoria da Caixa, Marcos Brasiliano Rosa, o resultado do banco não se mede exclusivamente pelo seu lucro e sim pela forma como entrega resultados para a sociedade e no papel que exerce no desenvolvimento do país quando empresta recursos para todos.

Ele destacou que o banco pagou no ano passado R$ 308,9 bilhões em benefícios sociais, R$ 123,8 bilhões em benefícios do INSS (crescimento de 9,1% em relação a 2021), R$ 111,4 bilhões em benefícios do Auxílio Brasil (crescimento de 345,7% em relação a 2021). "São números significativos que olho não para o valor, mas para a quantidade de famílias que foram atendidas e por meio da Caixa conseguiram até mesmo se manter".

O balanço mostra um saldo de R$ 231,0 bilhões em crédito comercial (17,9% sobre 2021); saldo de R$ 102,5 bilhões em crédito consignado (22,8%); saldo de R$ 99,3 bilhões em crédito de infraestrutura (5,7% a mais do que em 2021); saldo de R$ 44,1 bilhões em crédito ao agronegócio, com crescimento (aumento de 167,5% sobre 2021) e mais de R$ 1,2 trilhão em captações totais, com destaque para a poupança, que teve 36,1% de participação de mercado, mantendo a liderança do segmento.

"O ano de 2022 foi bastante complexo e polêmico para a Caixa, porque passamos pela maior crise de reputação dos últimos anos por termos o principal dirigente da instituição acusado de práticas de assédio sexual e moral. Vivemos na gestão anterior um processo de desmantelamento do banco a partir da venda de seus ativos, alta rotatividade de empregados em cargos de direção e descontinuidade nas ações de planejamento do banco e no seu plano orçamentário pela adoção de programas controversos que geraram perdas", avaliou a presidenta da Caixa, Maria Rita Serrano.

Ela explicou que o lucro maior nos anos anteriores se deveu à venda de ativos, cenário que não deve ser repetido na atual gestão. "Não é nossa pretensão vender ativos do banco, privatizar ou abrir o capital do banco. Nossa pretensão é manter a Caixa como empresa pública rentável, com sustentabilidade e focada no desenvolvimento do país. A partir de 2023 a Caixa volta a ser fundamental como instituição pública para o desenvolvimento do país", reforçou.

Serrano destacou que entre as ações em andamento para a retomada da força do banco estão revisões dos planos de planejamento estratégico, de negócios e orçamentário. Ela destacou a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida da sala de atendimento especializado para cidades e estados com a meta de aproximar a Caixa com as necessidades locais, já que o banco é o maior investidor dos programas de saneamento, habitação e infraestrutura.

Serrano mandou um recado para os clientes da Caixa ao dizer que o banco é sólido, seguro, no qual pode-se confiar. "E nós sabemos da necessidade de melhorar o atendimento. Todos os esforços serão feitos no sentido de garantir excelência no atendimento para os clientes e população atendida pelos programas sociais. Esse será nosso objetivo nesses próximos anos". (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF n° 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

Companhia Aberta

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Ser Realizada em 27 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio,** sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 61.409.892/0001-73, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2598-4 (“**Companhia**”), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14:00 horas (“**AGOE**”), de modo **exclusivamente digital,** nos termos do artigo 121 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 5º e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o Relatório da Administração, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** definir o número de membros do Conselho de Administração; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, contemplando: (i) a alteração da redação do artigo 3º, de forma a incluir novas alíneas para inclusão de objeto social; e (ii) a consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGOE por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGOE munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o link: https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxVh-JE3jvpG1VS5mfY9ZNONczp36K94NHRmWEuo_qM7a, até o dia 25 de abril de 2023, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o pré-cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. A Companhia acatará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da respectiva AGOE, ou seja, até 25 de abril de 2023; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81, no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto à Distância (“Boletim de Voto”) disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (https://ri.cba.com.br/) e da CVM (www.cvm.gov.br). A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, sendo necessário nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. As instruções detalhadas para participação na AGOE, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm). São Paulo, 27 de março de 2023. Luis Ermírio de Moraes - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1024693-84.2021.8.26.0005**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Michel Chakur Farah, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DAGO ARTEFATOS DE COURO LTDA., CNPJ 60840717000173, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S.A., alegando em síntese: O Banco Autor firmou com a empresa Ré, Contrato de Empréstimo em 25/06/2013, contabilizado pelo número 351/7053479, pelo valor de R$ 130.000,00, para ser resgatado em 24 (vinte e quatro) parcelas. Ocorre que o Requerido deixou de efetuar os pagamentos a que se comprometeu, atingindo o total da dívida, até a presente data, a quantia de R$ 193.891,24 (cento e noventa e três mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de novembro de 2022. 23 e 24 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1007891-17.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Jaqueline Pereira Petrovitch. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1007891-17.2021.8.26.0100. O Dr. Guilherme Madeira Dezem, Juiz de Direito da 44ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Jaqueline Pereira Petrovitch (CPF 216.635.088-79), que Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.745,67 (janeiro de 2021), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 222604; 225965; 226445; 227928; 228556. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 14/03/2023. 24 e 25 / 03 / 23

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO. QUANTO À PENHORA SOBRE VALORES – BACEN JUD. Processo Digital nº: **1068732-85.2015.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Helder do Nascimento Ornelas. EDITAL DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1068732-85.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Douglas Iecco Ravacci, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a HELDER DO NASCIMENTO ORNELAS 34988243842 (CNPJ nº 20.269.275/0001-32), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 377,80. Estando a executada em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2023. 24 e 25 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1009149-55.2014.8.26.0020**. Classe: Assunto: Procedimento Sumário - Prestação de Serviços. Requerente: HOSPITAL SÃO CAMILO POMPEIA. Requerido: Fabiana Martins Nogueira e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009149-55.2014.8.26.0020. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Cláudia Barrichello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DORIVAL GOMES NOGUEIRA, CPF 111.282.758-72, que Hospital São Camilo Pompeia lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 44.103,31 (agosto de 2014), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n° 101526; 101889. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2023. 24 e 25 / 03 / 23

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0048155-93.2021.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu e Braga, na forma da Lei, etc, FAZ SABER a(o) FRANCISCO ALEXANDRE SILVA DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, RG 55.678.532-0, CPF 058.154.183-90, que Ezio Pastore Junior requereu o cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$ 40.865,37 (dez/2021). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de janeiro de 2023. |23,24|

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE MARIA DA GLORA PENNA KONDZIOLKA, REQUERIDO POR MONICA KONDZIOLKOVA - PROCESSO Nº**1009535-58.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Wipfli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 31/10/2022 - transitada em julgado em 07/03/2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARIA DA GLORA PENNA KONDZIOLKA, CPF 04534647859, declarando-a parcialmente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeada como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, sua filha Monica Kondziolkova. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2023. |24|

Edital de Intimação, com prazo de 20 dias. Processo 1006737- 19.2016.8.26.0009 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional IX – Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Otavio Augusto de Oliveira Franco, na forma da Lei, etc. Faz saber a Adilson Cesar da Silva Sanches, CPF. 057.506.918-02 que Colégio Nossa Senhora de Fátima Ltda. move uma ação Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital, da penhora realizada sobre a quantia bloqueada pelo SISBAJUD no valor de R$ 863,54, por intermédio do qual fica intimado de seu inteiro teor para que, no prazo de 5 dias, comprove que a quantia tornada indisponível e impenhorável; ou que foi indisponibilizado ativo financeiro em valor superior ao do crédito exequendo, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de novembro de 2022

Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1018527-42.2021.8.26.0100 A Dra. Flavia Poyares Miranda, MM.ª Juíza de Direito da 43ª Vara Cível, do Foro Central Cível – São Paulo – SP Faz saber a ATLAS PROJ TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 26.768.698/0001-83, ATLAS SERVICES – SERVIÇOS DE SUPORTE ADMINISTRATIVO E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 30.608.097/0001-80 e ATLAS SERVIÇOS EM ATIVOS DIGITAIS, CNPJ 31.049.719/0001-40, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Anderson Duarte Dias, requerendo RESCISÃO CONTRATUAL com devolução de valores retidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 10 de outubro de 2022.

Anuncie aqui:

ATAS / BALANÇOS EDITAIS / LEILÕES

contato@jornalodiasp.com.br

www.jornalodiasp.com.br

Alpha Memorial S/A

CNPJ: 04.256.769/0001-26

Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	dez/21	dez/22
Ativo Circulante	–	–
Caixa	–	–
Bancos C/Movimentos	2,00	2,00
Aplicação Financeira	190.452,32	2.464.893,48
Clientes	3.898,04	4.011,84
Depósito Judicial	–	146.599,62
Impostos a Recuperar	1.310,81	1.310,81
Total Ativo Circulante	**195.663,17**	**2.616.817,75**
Ativo Não Circulante	–	–
Realizável a Longo Prazo	–	–
Investimento	–	–
Imobilizado	–	–
Edifícios	10.210.943,97	9.095.943,97
Terrenos	33.544,50	33.544,50
(–) Depreciação Acumulada	(4.084.377,60)	(3.977.980,36)
Intangível	–	–
Total Ativo Não Circulante	**6.160.110,87**	**5.151.508,11**
Total do Ativo	**6.355.774,04**	**7.768.325,86**

Passivo	dez/21	dez/22
Passivo Circulante	–	–
Fornecedores	–	–
Obrigações Tributárias	1.441,33	2.192,30
Adiantamento de Sócio	310.234,79	310.234,79
Total Passivo Circulante	**311.676,12**	**312.427,09**
Passivo Não Circulante	–	–
Exigível a Longo Prazo	–	–
Total do Passivo Não Circulante	–	–
Patrimônio Líquido	–	–
Capital Social	6.222.425,00	6.222.425,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	(178.327,08)	1.233.473,77
Total Patrimônio Líquido	**6.044.097,92**	**7.455.898,77**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**6.355.774,04**	**7.768.325,86**

Demonstração do Resultado do Exercício

	dez/21	dez/22
Faturamento	**66.612,48**	**74.314,40**
(–) Impostos S/Serviços	(2.431,35)	(2.712,49)
Receita Líquida	**64.181,13**	**71.601,91**
(–) CSP	–	–
Lucro Bruto	**64.181,13**	**71.601,91**
Despesas Operacionais		
(–) Despesas Gerais	(461.137,35)	(649.679,72)
(–) Despesas Financeiras	(13.837,44)	(1.981,43)
(+) Receitas Financeiras	3.694,82	183.678,35
(+) Outras Receitas	–	7.073.491,89
(–) Outras Despesas	–	–
Resultado Operacional	**(407.098,84)**	**6.677.111,00**
(+/–) Ganho/Perda na Venda do Imobilizado	**–**	**(626.181,69)**
Resultado Operacional Antes do IR/CS	**(407.098,84)**	**6.050.929,31**
IRPJ	(3.774,18)	(43.457,16)
CSLL	(2.264,51)	(18.671,30)
Resultado Líquido do Período	**(413.137,53)**	**5.988.800,85**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A empresa **ALPHA MEMORIAL S/A -** CNPJ nº 04.256.769/0001-26, situada à Avenida Magalhães de Castro, nº 4800 - Bairro Butantã - São Paulo/SP constituída em 24/01/2001 tem como seu objeto social Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente. **2. Declaração de Conformidade e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os Princípios e Pronunciamentos Contábeis, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade e a Legislação Societária. A Empresa informa que é optante pela tributação baseada no LUCRO PRESUMIDO. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários que possam ser sacados a qualquer momento com riscos insignificantes de alterações de valor. Não havendo informações bancárias, significa que as mesmas não foram remetidas à contabilidade ou que inexistem. **b) Contas a Receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. **c) Ativo Imobilizado:** São avaliados pelo custo de aquisição e depreciados pelas taxas estabelecidas na legislação. **d) Contas a Pagar aos Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor de fatura correspondente. **e) Outras Receitas:** O valor de R$ 7.073.491,89 (sete milhões, setenta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e nove centavos) é correspondente à Indenização de desapropriação de área. **f) Determinação do Resultado:** O resultado é apurado em obediência ao Regime de Competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **4. Capital Social:** O capital social da sociedade anônima é de R$ 6.222.425,00 (seis milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), representado por 2.898.500 (dois milhões, oitocentas e noventa e oito mil e quinhentas) ações ordinárias, sem valor nominal.

Diretoria

Rodrigo Rhormens Alves Natel - CPF 246.122.238-02

Presidente

Contador

Wendell Roque de Azevedo

CRC 1SP220891/O-5

Easy Software S.A.

CNPJ nº 72.995.848/0001-09

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		**3.419**	**2.718**
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)		295	24
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	3	1.704	1.447
Clientes	4	1.184	1.079
Créditos tributários e previdenciários		–	6
Outras contas a receber		236	162
Adiantamentos a fornecedores		159	130
Adiantamentos a funcionários		77	32
Não circulante		**1.039**	**1.062**
Imobilizado	5	140	161
Intangível	6	899	901
Total do Ativo		**4.458**	**3.780**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		**3.237**	**2.749**
Obrigações com pessoal	7	510	389
Tributos e encargos sociais a recolher		122	94
Fornecedores de bens e serviços		215	92
Outras contas a pagar		14	32
Receita a apropriar (CPC 47)	8	2.376	2.142
Não circulante		**151**	**132**
Incentivo de longo prazo (ILP)		151	132
Patrimônio líquido		**1.070**	**899**
Capital social	9.1	1.100	1.100
Reservas de capital		22	22
Prejuízos acumulados	9.2	(52)	(223)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.458**	**3.780**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital: Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital: Correção monetária	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.100**	**19**	**3**	**(163)**	**959**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(60)	(60)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.100**	**19**	**3**	**(223)**	**899**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	171	171
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.100**	**19**	**3**	**(52)**	**1.070**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021
Vendas de bens e serviços		5.866	5.007
Vendas canceladas		(65)	(70)
Impostos sobre vendas de bens e serviços		(334)	(291)
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços		**5.467**	**4.646**
Custos e despesas administrativas	10	(5.031)	(4.527)
Resultado financeiro líquido		72	(36)
Participações no resultado		(214)	(108)
Resultado Antes dos Impostos e Contribuições		**294**	**(25)**
Imposto de renda (corrente)	11	(86)	(22)
Contribuição social (corrente)	11	(37)	(13)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		**171**	**(60)**
Ações do capital social no final do exercício (em milhares)		1.100	1.100
Lucro/(prejuízo) básico por ação do capital social (R$)		0,15545	(0,05455)
Lucro/(prejuízo) diluído por ação do Capital Social (R$)		0,15545	(0,05455)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**171**	**(60)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	**171**	**(60)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) (em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**171**	**(60)**
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) líquido ao caixa das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	47	50
Provisão para perdas sobre créditos	(2)	(7)
	216	**(17)**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	(257)	(484)
Clientes	(103)	(342)
Créditos tributários e previdenciários	6	4
Outras contas a receber	(74)	(102)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários)	121	242
Tributos e contribuições a recolher	28	34
Fornecedores de bens e serviços	123	61
Outras contas a pagar	(18)	9
Receita a apropriar (CPC 47)	234	538
Incentivo de longo prazo (ILP)	19	(120)
Caixa Gerado Pelas Atividades Operacionais	**295**	**(177)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de imobilizado	(24)	(64)
Caixa aplicado nas Atividades de Investimentos	**(24)**	**(64)**
(Redução)/Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	**271**	**(241)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial	**24**	**265**
Saldo final	295	24
Aumento/(Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa	**271**	**(241)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Easy Software S.A. (Easy ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José Bonifácio, 565 - salas 32 e 33 - Centro, São Carlos - São Paulo - Brasil, iniciou suas operações em 03 de novembro de 1993 e tem por objeto social a exploração do ramo de comércio e desenvolvimento de *software*, importação e exportação e prestação de serviços em processamento de dados. **1.1. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2023. **2. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **2.1. Elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) segundo a premissa de continuidade. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Ativos circulantes: 2.3.1. Classificação: (a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa):** Caixa corresponde às disponibilidades que inclui dinheiro em bancos, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato. Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor. **(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado):** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício (nota 3). **(c) Empréstimos e recebíveis (clientes):** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores a receber decorrentes das prestações de serviços e estão registrados pelo seu valor original (nota 4). **(d) Créditos tributários e previdenciários e outras contas a receber:** São demonstrados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ajustados aos valores de realização. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.5). **2.3.3. Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 46 - Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado. • Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado. **2.4. Ativo não circulante: 2.4.1. Imobilizado e intangível:** Composto em sua maioria por *software* desenvolvido internamente utilizando o capital intelectual formado ao longo dos anos, é registrado e demonstrado pelo custo de aquisição e não possui vida útil definida, portanto, a Companhia não efetua sua amortização, apenas a revisão de seu valor recuperável (*impairment*) através da análise de alterações nos ambientes econômico e tecnológico registrando em rubrica específica no resultado as perdas decorrentes da desvalorização destes ativos, se houver (notas 5 e 6). Os demais ativos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações e amortizações acumuladas que são calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (notas 5 e 6). Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. **2.5. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros**: Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso). **2.6. Obrigações com pessoal:** Composto por salários, encargos, férias e benefícios a pagar aos colaboradores da Companhia (nota 7). **2.7. Tributos e encargos sociais a recolher: (a) Tributos a recolher (obrigações fiscais): (i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real trimestral, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 60 mil no trimestre. A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado. **(ii) Programa de integração social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS):** calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente. **(iii) Imposto sobre serviços (ISS):** calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída à alíquota de 2,0%. **(b) Encargos sociais a recolher (obrigações sociais):** Contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). **2.8. Fornecedores de bens e serviços:** Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, classificados no passivo não circulante. **2.9. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio lí

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 00.242.184/0001-04

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados do ano de 2022 da ARMAC, empresa que atua com foco no compartilhamento de ativos para os setores do agronegócio, mineração, florestal e infraestrutura. Nosso modelo de negócio tem como objetivo colocar nosso conhecimento em manutenção e operação de máquinas pesadas a serviço de nossos clientes, trazendo eficiência a partir da redução do tempo ocioso das máquinas e gerando grandes ganhos na execução da manutenção e da operação. Agradecemos a confiança depositada por clientes, fornecedores e parceiros financeiros. Reforçamos nosso compromisso em servir a sociedade e a todos os *stakeholders* com responsabilidade e eficiência.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

R$ milhões	4T22	3T22	4T21	QoQ	YoY	2022	2021	YoY
Frota de Locação (# de equipamentos)	**9.483**	**8.823**	**6.225**	**7,5%**	**52,3%**	**9.483**	**6.225**	**52,3%**
CAPEX	**250,5**	**538,5**	**465,4**	**(53,5%)**	**(46,2%)**	**1.258,3**	**1.137,3**	**10,6%**
Receita Bruta	**308,5**	**275,6**	**185,5**	**12,0%**	**66,3%**	**1.050,4**	**431,6**	**143,4%**
Receita bruta de locação	289,9	255,2	183,6	13,6%	57,9%	989,8	426,6	132,0%
EBITDA Ajustado	**126,1**	**117,9**	**77,0**	**7,0%**	**63,7%**	**434,5**	**195,6**	**122,1%**
% receita líquida de locação	48,3%	51,2%	46,7%	-3,0 p.p.	+1,6 p.p.	48,8%	50,8%	-2,1 p.p.
EBIT Ajustado	**83,1**	**81,9**	**53,5**	**1,5%**	**55,2%**	**297,3**	**141,0**	**110,9%**
% receita líquida de locação	31,8%	35,6%	32,4%	-3,8 p.p.	-0,6 p.p.	33,4%	36,6%	-3,3 p.p.
Lucro Líquido Caixa	**64,9**	**69,9**	**52,8**	**(7,1%)**	**23,1%**	**248,6**	**137,1**	**81,4%**
% receita líquida	23,2%	27,9%	31,6%	-4,7 p.p.	-8,4 p.p.	26,1%	35,2%	-9,0 p.p.
Lucro Líquido	**51,0**	**38,8**	**25,9**	**31,2%**	**96,6%**	**148,6**	**58,1**	**155,9%**
% receita líquida	18,2%	15,5%	15,5%	+2,7 p.p.	+2,7 p.p.	15,6%	14,9%	+0,7 p.p.
Dívida Líquida	**1.126,3**	**952,4**	**205,7**	**18,3%**	**447,5%**	**1.126,3**	**205,7**	**447,5%**
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,46x	2,38x	1,04x	3,3%	135,8%	2,46x	1,04x	135,8%
ROIC Ajustado	**27,2%**	**28,7%**	**29,8%**	**-1,5 p.p.**	**-2,6 p.p.**	**27,9%**	**31,6%**	**-3,8 p.p.**
ROE Ajustado	**20,9%**	**22,9%**	**18,3%**	**-2,0 p.p.**	**+2,7 p.p.**	**20,4%**	**25,0%**	**-4,6 p.p.**

GOVERNANÇA CORPORATIVA: Como uma Companhia listada no Novo Mercado, a ARMAC está comprometida com o maior padrão de governança corporativa do mercado brasileiro. O amadurecimento da Companhia, a partir da implantação das melhores práticas de governança é essencial para que possamos servir cada vez melhor a todos os nossos *stakeholders*. No ano de 2022, nossa governança era composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Comitê de Auditoria e Riscos. Foram convidados para integrarem o conselho de administração da ARMAC dois membros independentes adicionais de renome e notável experiência, que muito contribuem para o compromisso da Companhia com a governança corporativa.

CAPITAL HUMANO: A cultura e o compromisso de nossas equipes e lideranças são as maiores vantagens comparativas da ARMAC. Investimos continuamente para expandir essas vantagens a partir da formação de cada vez mais mecânicos, motoristas, operadores, engenheiros e administradores que se identificam com nossa cultura. Nossa liderança é formada por profissionais que contam com o apoio da ARMAC para se desenvolverem e estarem à altura dos novos desafios de suas carreiras. Nosso crescimento e eficiência são diferenciados e nossos colaboradores também.

SUSTENTABILIDADE: Nosso modelo de negócio está totalmente alinhado aos princípios da economia circular e do compartilhamento, e gera eficiência às cadeias onde estamos atuando por meio da redução das horas ociosas dos equipamentos e da gestão cuidadosa da manutenção. Além disso, acreditamos que nosso modelo de negócio é o motor de uma grande transformação social para profissionais da linha de frente. Oferecemos programas de formação integral, nos quais os colaboradores participantes dedicam-se exclusivamente à formação após entrarem na ARMAC. Desenvolvemos planos de carreira de mecânicos com treinamentos presenciais e remotos por meio de plataforma *online*.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Ao longo de 2022, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A Administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	938.358	2.428	3.442
Aplicações financeiras	7	-	1.661.213	1.664.679
Contas a receber de clientes	8	237.500	116.211	170.499
Estoques	9	34.811	12.637	17.299
Tributos a recuperar	10	68.330	31.614	33.061
Partes relacionadas	18	-	4.579	-
Outros ativos		11.610	6.806	8.393
Total do ativo circulante		**1.290.609**	**1.835.488**	**1.897.373**
Ativo não circulante				
Outros ativos		2.104	259	839
Investimentos	11	-	288.052	-
Imobilizado	12	2.313.223	1.052.374	1.251.287
Intangível	13	125.039	1.554	131.988
Total do ativo não circulante		**2.440.366**	**1.342.239**	**1.384.114**
Total do ativo		**3.730.975**	**3.177.727**	**3.281.487**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Passivo circulante				
Fornecedores	14	116.768	31.699	49.583
Fornecedores convênio	14	167.472	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	56.580	135.545	163.742
Arrendamento mercantil de direito de uso	12.2	5.138	5.391	6.882
Obrigações sociais e trabalhistas		35.682	13.523	20.911
Obrigações tributárias		5.822	3.998	5.398
Parcelamentos de tributos		154	383	383
Contas a pagar por aquisição de empresas	2	3.519	63.539	63.539
Outras contas a pagar		1.915	52	976
Total do passivo circulante		**393.050**	**254.130**	**311.414**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	2.008.093	1.696.570	1.710.082
Arrendamento mercantil de direito de uso	12.2	70.012	28.751	30.301
Contas a pagar por aquisição de empresas	2	14.205	42.201	42.201
Parcelamentos de tributos		344	1.405	1.405
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	722	-	692
Tributos diferidos	19	86.028	41.974	72.696
Total do passivo não circulante		**2.179.404**	**1.810.901**	**1.857.377**
Patrimônio líquido				
Capital social	17	1.004.034	1.002.351	1.002.351
Gastos com emissão de ações	17	(45.072)	(45.072)	(45.072)
Reserva de capital	17	130.167	127.015	127.015
Reserva de lucros	17	77.511	28.402	28.402
Ações em tesouraria	17	(8.119)	-	-
Total do patrimônio líquido		**1.158.521**	**1.112.696**	**1.112.696**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.730.975**	**3.177.727**	**3.281.487**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida operacional	20	**826.679**	**330.015**	**951.754**	**389.754**
(-) Custo dos serviços prestados	21	(415.489)	(167.958)	(504.134)	(201.903)
(=) Lucro bruto		**411.190**	**162.057**	**447.620**	**187.851**
Despesas operacionais					
(-) Administrativas e comerciais	21	(120.853)	(54.186)	(127.307)	(58.410)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	11	21.495	16.013	-	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**311.832**	**123.884**	**320.313**	**129.441**
(+) Receitas financeiras	22	123.744	27.495	126.974	27.692
(-) Despesas financeiras	22	(274.422)	(65.627)	(279.296)	(67.544)
(=) Resultado financeiro líquido		**(150.678)**	**(38.132)**	**(152.322)**	**(39.852)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**161.154**	**85.752**	**167.991**	**89.589**
Imposto de renda e contribuição social	19	**(12.562)**	**(27.688)**	**(19.399)**	**(31.525)**
(-) Corrente	19	-	(1.246)	(6.080)	(3.500)
(-) Diferido	19	(12.562)	(26.442)	(13.319)	(28.025)
(=) Lucro líquido do exercício		**148.592**	**58.064**	**148.592**	**58.064**
Lucro básico por ação (em R$)	23	0,43	0,17	0,43	0,17
Lucro diluído por ação (em R$)	23	0,43	0,17	0,43	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	148.592	58.064	148.592	58.064
Resultado abrangente do exercício	**148.592**	**58.064**	**148.592**	**58.064**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas					
Receita de aluguel, serviços e outros	20	826.679	365.445	951.754	431.642
Receita relativa à construção de ativos próprios		33.596	-	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.3	(5.266)	(666)	(5.452)	(666)
Serviços e materiais de terceiros					
Serviços de terceiros, materiais e outros		(186.898)	(71.717)	(211.014)	(78.861)
Gastos relativos à construção de ativos próprios		(33.596)	-	-	-
Valor adicionado bruto		**634.515**	**293.062**	**735.288**	**352.115**
Depreciação e amortização	21	(114.299)	(48.766)	(137.166)	(54.614)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**520.216**	**244.296**	**598.122**	**297.501**
Valor adicionado recebido em transferências					
Receitas financeiras	22	123.744	27.945	126.974	27.692
Outras		27.862	19.652	5.116	3.593
Valor adicionado a distribuir		**671.822**	**291.893**	**730.212**	**328.786**
Pessoal					
Remuneração direta		114.412	(43.391)	142.326	(58.503)
Benefícios		107.770	(53.628)	121.464	(61.039)
FGTS		8.450	(3.683)	13.266	(4.603)
INSS		24.990	(8.966)	30.032	(11.632)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(6.909)	(56.230)	(4.863)	(64.423)
Municipais		95	(2.304)	99	(2.978)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	22	274.422	(65.627)	279.296	(67.544)
Remuneração de capitais próprios					
Lucros a distribuir		148.592	(58.064)	148.592	(58.064)
Distribuição do valor adicionado		**671.822**	**(291.893)**	**730.212**	**(328.786)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de capital			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	(-) Dividendos e juros s/ capital próprios pagos antes da AGO/AGE	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**971**	**(5.168)**	**75.234**	**-**	**877**	**-**	**-**	**13.146**	**-**	**85.060**
Aumento de capital	17	1.001.380	(39.904)	50.228	-	-	-	-	-	-	1.011.704
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	-	-	58.064	-	58.064
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	-	2.903	-	-	(2.903)	-	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	(43.685)	-	(43.685)
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	1.553	-	-	-	-	-	1.553
Dividendos propostos a serem distribuídos após aprovação em AGE	17	-	-	-	-	-	-	24.622	(24.622)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**1.002.351**	**(45.072)**	**125.462**	**1.553**	**3.780**	**-**	**24.622**	**-**	**-**	**1.112.696**
Aumento de capital	17	1.683	-	-	(1.683)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	-	-	148.592	-	148.592
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	-	7.430	-	-	(7.430)	-	-
Juros sobre capital	17	-	-	-	-	-	23.000	(36.561)	(35.291)	-	(48.852)
Dividendos	17	-	-	-	-	-	18.000	(68.631)	-	-	(50.631)
Plano de recompra de ações	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.119)	(8.119)
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	4.835	-	-	-	-	-	4.835
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.004.034**	**(45.072)**	**125.462**	**4.705**	**11.210**	**41.000**	**(80.570)**	**105.871**	**(8.119)**	**1.158.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**161.154**	**85.752**	**167.991**	**89.589**
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	21, 12 e 13	114.299	48.766	137.166	54.614
Bonificações em mercadorias	9	(8.005)	-	(8.005)	-
Custo residual na baixa de ativos desmobilizados	12.1	35.057	7.174	37.613	7.480
Plano de pagamento baseado em ações	17.2	4.814	-	4.814	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	21	5.266	666	5.266	666
Encargos sobre arrendamento direito de uso	12.2	5.570	1.489	5.776	1.601
Desconto financeiro por antecipação de contas a pagar de controlada		(3.222)	-	(3.222)	-
Atualização monetária sobre contas a pagar de aquisição de empresas		3.639	1.337	3.639	1.337
Resultado de equivalência patrimonial	11	(21.495)	(16.013)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.3	253.354	60.952	256.832	62.107
Juros sobre fornecedores convênio		5.405	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	(312)	-	-	-
Outras (receitas) despesas operacionais		147	(1.090)	64	21
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(94.983)	(96.080)	(72.267)	(106.896)
Estoques		(8.825)	(10.652)	(9.507)	(10.040)
Tributos a recuperar		(21.851)	(21.647)	(35.269)	(22.546)
Outros ativos		14.058	(4.375)	(4.482)	(4.252)
Partes relacionadas		-	(556)	-	(608)
Fornecedores		74.654	18.918	67.185	30.060
Obrigações sociais e trabalhistas		18.775	9.240	14.771	7.952
Obrigações tributárias		(782)	3.748	424	3.389
Outras contas a pagar		573	(284)	(351)	(10.491)
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	15.3	(227.041)	(48.466)	(232.727)	(49.538)
Juros sobre arrendamento de direito de uso pagos	12.2	(5.570)	(1.489)	(5.776)	(1.601)
Aquisição de ativos imobilizados	12.1	(841.769)	(617.636)	(1.017.461)	(645.819)
Recebimento pela venda de imobilizado	20	-	3.069	-	5.012
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		-	-	(6.080)	(3.500)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(537.090)**	**(577.177)**	**(693.606)**	**(591.463)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação financeira		1.661.213	(1.578.036)	1.666.085	(1.581.502)
Aquisição de ativos intangíveis	13.2	(4.912)	(1.138)	(4.912)	(1.138)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	(59.566)	(22.994)	-	-
Integralização de capital em controladas	11	(54.396)	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas		(84.473)	(135.344)	(84.473)	(135.344)
Assunção de caixa de incorporada	2	30.776	-	(1.406)	20.023
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**1.488.642**	**(1.737.512)**	**1.575.294**	**(1.697.961)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15.3	687.198	1.639.004	778.554	1.639.961
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15.3	(590.262)	(263.888)	(611.810)	(288.519)
Pagamento de arrendamento de direito de uso	12.2	(4.956)	(2.047)	(5.914)	(2.624)
Aumento de capital	17	-	991.643	-	991.643
Ações em tesouraria	17	(8.119)	-	(8.119)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital	17	(99.483)	(49.185)	(99.483)	(49.185)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(15.622)**	**2.315.527**	**53.228**	**2.291.276**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**935.930**	**838**	**934.916**	**1.852**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.428	1.590	3.442	1.590
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		938.358	2.428	938.358	3.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021- (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1. A Companhia e suas controladas - A Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Armac") é uma sociedade por ações de capital aberto, sediada no município de Barueri, SP, cuja principal atividade operacional baseia-se na locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas, de mineração, de construção, entre outros, oferecendo assim um portfólio completo de soluções, com alto padrão de qualidade e tecnologia para atender às necessidades de clientes dos mais variados portes e segmentos de atuação em todas as regiões do Brasil. A Companhia incorporou as controladas RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda. ("RCB") em 14 de janeiro de 2022 e Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. ("Bauko") em 18 de novembro de 2022 (vide nota explicativa nº 2 – Combinação de Negócios). **1.2. Oferta pública de ações ("IPO") da Companhia -** Em 26 de julho de 2021, a Companhia realizou a oferta pública de distribuição primária e secundária de 92.169.803 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, ao preço de R$ 16,63 (dezesseis reais e sessenta e três centavos) por ação, perfazendo o total de R$ 1.532.784, compreendendo: (i) A distribuição primária de 60.150.376 novas Ações ("Oferta Primária"); e (ii) A distribuição secundária de 32.019.427 ações (incluindo as Ações Suplementares) de titularidade dos acionistas vendedores ("Oferta Secundária"). A partir da oferta pública de ações, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código ARML3. **2. Combinação de negócios: 2.1. Aquisição e incorporação da RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda. -** Em 23 de agosto de 2021, foi celebrada e concluída a aquisição de 100% das quotas da RCB com a assinatura e fechamento ocorrendo simultaneamente. O preço da aquisição foi de R$ 26.498, composto por: (i) R$ 22.590 pagos à vista na data da transação; (ii) R$ 3.000 retido pela Companhia, para cobrir eventuais indenizações de passivos. O valor será liberado em até 24 meses da data da aquisição, sendo esse atualizado pela Taxa DI; e (iii) R$ 908 pagos em outubro de 2021 e relacionados ao ajuste de dívida líquida e capital de giro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de janeiro de 2022, foi aprovada a incorporação da RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda. A incorporação não resultou em aumento do capital social nem emissão de novas ações pela Armac. O acervo líquido da RCB incorporado em 14 de janeiro de 2022 foi de:

Ativos	RCB
Caixa e equivalentes de caixa	1.299
Contas a receber	2.579
Outros ativos	3.060
Imobilizado	21.523
Total (a)	28.461
Passivo	
Fornecedores	127
Obrigações tributárias	353
Total (b)	480
Total de ativos líquidos incorporados (a - b)	27.981

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devido ao vendedor era de R$ 3.519.

2.2. Aquisição e incorporação da Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. - Em 3 de novembro de 2021, foi celebrada e concluída a aquisição de 100% das ações da Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. com a assinatura e fechamento ocorrendo simultaneamente. O preço da aquisição foi de R$ 213.234, composto por: (i) R$ 106.617 pagos à vista na data da transação; (ii) R$ 94.117 a serem pagos em 18 parcelas consecutivas de R$ 5.229, sendo esse atualizado pela taxa SELIC; e (iii) R$ 12.500 a ser pago após 60 meses, sendo esse saldo atualizado pela taxa SELIC, para cobrir eventuais indenizações de passivos. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já havia efetuado o pagamento dos itens (i) à vista e (ii) de forma antecipada, remanescendo um saldo atualizado a pagar ao vendedor no montante de R$ 14.205, a ser pago em única parcela em 2026. Conforme previsto no contrato de aquisição da Bauko firmado em março de 2022, o preço de compra foi reduzido em R$ 3.960, referente ao ressarcimento por máquinas não localizadas ou inoperantes, encargos trabalhistas não reconhecidos e despesas antecipadas, cujos benefícios econômicos não puderam ser aproveitados pela Armac. Esse ajuste de preço foi contabilizado reduzindo os saldos patrimoniais contra o saldo de ágio. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2022, foi aprovada a incorporação da Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. A incorporação não resultou em aumento do capital social nem emissão de novas ações pela Armac. O acervo líquido da Bauko incorporado em 18 de novembro de 2022 foi de:

	BAUKO
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	107
Aplicações financeiras	29.370
Contas a receber	28.992
Estoques	5.344
Tributos a recuperar	12.245
Outros ativos	17.647
Imobilizado	306.968
Total (a)	400.673
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	109.309
Fornecedores	4.883
Obrigações tributárias	329
Obrigações sociais e trabalhistas	3.384
Juros sobre capital próprio	9.447
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	340
Tributos diferidos	31.492
Total (b)	159.184
Total de ativos líquidos incorporados (a - b)	241.489

3. Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais da Armac estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado". Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e do ambiente econômico no qual a Companhia e suas Controladas atuam. **3.1. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras da Companhia e controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com a *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). **3.2. Declaração de relevância -** A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **3.3. Base de elaboração -** As informações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia possui recursos adequados e suficientes para cumprir suas obrigações de pagamentos. **3.4. Autorização para emissão das demonstrações financeiras -** O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em dia 20 de março de 2023, autorizou a divulgação das presentes informações contábeis individuais e consolidadas. **3.5. Uso de estimativas e julgamentos -** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas), que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão descritas na nota explicativa nº 4, juntamente com as principais políticas da Companhia, e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos identificados são reconhecidos no mesmo período da revisão, se afetar apenas esse período e em períodos posteriores se estes também forem afetados. **3.6. Demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas abaixo e incluem as demonstrações financeiras da Armac e de suas controladas RCB e Bauko, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. Considerando que a aquisição destas empresas ocorreu a partir de agosto de 2021, a Administração da Companhia passou a realizar apresentação das demonstrações financeiras consolidadas a partir do terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2021. Estas controladas, contudo, foram incorporadas durante o ano de 2022 e, portanto, o balanço patrimonial consolidado não será apresentado como parte das demonstrações financeiras deste exercício e as demais demonstrações consolidadas serão apresentadas considerando os seguintes períodos: • Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados do período (i) de 1º a 14 de janeiro de 2022 para a RCB e (ii) de 1º de janeiro a 18 de novembro de 2022 para a Bauko; • Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados (i) pela RCB, a partir de 1º de agosto de 2021 e (ii) pela Bauko, a partir de 1º de outubro de 2021. **4. Principais políticas contábeis: 4.1. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita -** A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida, de acordo com a norma, quando todos os critérios a seguir forem atendidos: • Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; • Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da companhia não se modifiquem como resultado do contrato); • Quando a companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; • Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; • Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. a) Receita de locação e prestação de serviço - A locação de máquinas, equipamentos, caminhões, e plataformas elevatórias, com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender às necessidades de clientes do agronegócio, infraestrutura, mineração, entre outros setores, é a principal receita operacional da Companhia. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço e os pagamentos são realizados em período subsequente a sua emissão. A receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente. b) Receita de venda de ativos - A receita de venda de ativos (máquinas, equipamentos e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende equipamentos por meio de seus consultores comerciais, os quais utilizam plataformas de anúncios para divulgação dos ativos. A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada à vista, no vencimento da fatura. **4.2. Instrumentos financeiros -** A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente, utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos à análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes), é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Continuação

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A. - CNPJ nº 00.242.184/0001-04

exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **4.8. Direito de uso e arrendamentos** - Direito de uso de locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis, pátio, depósito e escritórios da Companhia. Na data de início do arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os ativos são mensurados inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A taxa de depreciação utilizada pela Companhia corresponde ao prazo do contrato de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada e ajustada à realidade da Companhia ("*spread*" de crédito). A Administração utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de seus arrendamentos. **4.9. Redução ao valor recuperável ("*impairment*") -** A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é efetuado o teste de "*impairment*", considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa – UGC, que, no caso da Companhia são as máquinas e equipamentos, e é estimado o valor recuperável destes ativos, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou indicadores de que os ativos imobilizado e intangível poderiam apresentar "*impairment*". **4.10. Provisões -** Reconhecidas quando: - A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança; e - São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhista e tributário e a Administração analisa esses processos e toma a decisão sobre o devido provisionamento, considerando a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos. Após a constituição, as provisões são revisadas mensalmente e atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, considerando-se as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As despesas de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício aplicando-se as taxas de impostos vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, prejuízos fiscais, base negativa e créditos fiscais, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Estes ativos somente serão constituídos para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, tais como informações de contratos correntes e de longo prazo com os clientes entre outras, que auxiliam no orçamento de suas receitas, custos e despesas futuras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, podendo ser reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. **4.12. Lucro por ação -** a) Lucro por ação básico - O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos). b) Lucro por ação diluído - O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. **4.13. Segmentos operacionais** - O segmento operacional é apresentado de modo consistente com relatórios internos fornecidos para os principais tomadores de decisões (Diretoria e Conselho de Administração) da Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional. A Companhia possui apenas o serviço de locação de equipamentos como seu segmento operacional e única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. A Administração avalia o desempenho total da entidade, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos. **5. Novas normas e alterações e/ou interpretações de normas emitidas:** As novas normas e alterações e/ou interpretações de normas aplicáveis ao contexto das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no exercício findo destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Até a data de autorização deste relatório, foram emitidas novas IFRSs e outras foram revisadas, porém ainda não em vigor. A Administração já efetuou uma análise inicial destas normas, identificando as que podem ter algum efeito para a Companhia e que são citadas abaixo, e durante o próximo ano efetuará uma avaliação mais detalhada destas adoções. • **IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente -** Alterações à IFRS 3/CPC 15 (R1) – Combinações de negócios - Referência à Estrutura Conceitual – norma que especifica como uma entidade deve contabilizar os ativos e passivos que adquire quando obtém o controle de um negócio. Na aquisição, a norma exige que uma entidade consulte a Estrutura Conceitual para determinar o que constituiu ativo e passivo. O objetivo dessa alteração foi atualizar a IFRS 3 para exigir que uma entidade se refira à nova Estrutura Conceitual. Alterações à IAS 16/CPC 27 – Imobilizado – Recurso antes do Uso Pretendido - as alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. Alterações à IAS 37/CPC 25 – Contratos Onerosos - modifica a norma em relação aos custos que uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso. • **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 -** IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - a alteração simplifica a adoção da norma para uma subsidiária que aplica pela primeira vez a IFRS. Se uma subsidiária adota a norma IFRS, após sua controladora já ter adotado, a norma permite, mas não requer, que a subsidiária mensure os ajustes acumulados de conversão para todas as operações no exterior pelos valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas na data de transição da controladora para as normas IFRS. IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - esta alteração esclarece quais as taxas e custos que devem ser incluídos no teste quantitativo de 10% ('teste de 10%') para determinar se o passivo financeiro deve ou não ser baixado. Determina, também, que o tomador de empréstimo deve considerar no teste de 10% apenas as taxas líquidas negociadas com os credores ou seus representantes. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos - a alteração remove do exemplo ilustrativo 13 da IFRS 16 o reembolso recebido pelo arrendador do arrendatário em relação aos gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros. • **IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis -** IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50) - a IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A norma descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. Este Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios, utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - conforme os requerimentos atuais da IAS 1, as entidades classificam os passivos como circulante quando não possuem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. Como parte dessa alteração, o Comitê do IASB removeu o requerimento do direito ser incondicional e, no lugar, adicionou o requerimento de que o direito deve ter substância e existir na data do fim do período de reporte. Há poucas orientações adicionais sobre o que significa um direito ter substância, assim tal avaliação requererá julgamento. O requerimento atual, de que a entidade deve desconsiderar as intenções e expectativas da Administração quanto a liquidação do passivo, foram mantidas. Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis - as alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por" informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis - modifica a definição de estimativa contábil e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. A distinção entre estimativas contábeis e políticas contábeis é importante, pois mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. A abordagem adotada pode, portanto, afetar tanto os resultados reportados quanto a evolução dos saldos entre os períodos. Enquanto mudanças nas políticas contábeis são normalmente aplicadas retrospectivamente. As alterações estabelecem uma nova definição de estimativa contábil, esclarecendo que estimativas são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos a incerteza na mensuração. Essas alterações também esclarecem a relação entre as políticas contábeis e as estimativas contábeis, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contábil para atingir o objetivo estabelecido por uma política contábil. Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro (CPC 23) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação - as alterações reduzem o escopo da isenção de reconhecimentos dos parágrafos 15 e 24 da IAS 12, dado que deixou de se aplicar a transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Caixa	89	154	153
Bancos conta movimento	1.476	2.274	3.289
Aplicações financeiras	936.793	-	-
Total	**938.358**	**2.428**	**3.442**

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração entre 103% e 105,5%, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Aplicações financeiras	-	1.661.213	1.664.679
Total	**-**	**1.661.213**	**1.664.679**

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração entre 95% e 105% em 31 de dezembro de 2021, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

8. Contas a receber

8.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Clientes	186.434	82.889	133.139
Clientes a faturar (*)	57.861	34.665	38.703
(-) Provisão para perdas esperadasassociadas ao risco de crédito	(6.795)	(1.343)	(1.343)
Total	**237.500**	**116.211**	**170.499**

(*) Clientes cujo contrato de locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e será faturado em período subsequente; a receita é apurada conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber e no resultado da Companhia.

8.2. Classificação por vencimento - Os saldos a receber de clientes (faturados) por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
A vencer	139.564	69.493	113.345
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	13.112	6.451	10.799
De 31 a 90 dias	13.089	2.187	2.923
De 91 a 180 dias	10.109	2.814	3.590
Acima de 180 dias	10.560	1.944	2.482
Subtotal – vencidos	**46.870**	**13.396**	**19.794**
Saldo final	**186.434**	**82.889**	**133.139**

8.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Saldo inicial	**(1.343)**	**(677)**	**(677)**
(+) Constituição	(6.613)	(1.178)	(1.178)
(+) Incorporação de controlada	(186)	-	-
(-) Reversão por recebimento	179	-	-
(-) Baixa por perda efetiva	1.168	512	512
Saldo final	**(6.795)**	**(1.343)**	**(1.343)**

9. Estoques: Os estoques estão representados em 31 de dezembro de 2022, por peças e materiais de manutenção e consumo, utilizáveis na manutenção da frota de máquinas, equipamentos e veículos.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Peças e materiais de manutenção	32.496	12.148	15.031
Peças para revenda	1.733	-	1.779
Materiais de consumo	582	489	489
Total	**34.811**	**12.637**	**17.299**

Ao longo do exercício a Companhia recebeu cerca de R$ 8.005 em estoques bonificados de seus fornecedores.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
PIS e COFINS	52.034	25.779	25.871
IRPJ e CSLL	742	1.045	1.763
INSS	1.102	100	104
IRRF	14.452	4.690	5.323
Total	**68.330**	**31.614**	**33.061**

11. Investimento: A movimentação dos investimentos nas controladas da Armac está demonstrada a seguir:

Investimentos	Saldo em 31/12/2021	Amortização da mais-valia	Distribuição de JCP	Ajuste de preço de compra	AFAC	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Transferência por incorporação	Incorporação	Saldo em 31/12/2022
RCB (a)	27.792	-	-	-	-	-	189	-	(27.981)	-
Bauko (b)	111.951	-	(5.728)	-	59.566	54.396	21.306	-	(241.491)	-
Ágio e mais-valia de ativos	148.309	(9.039)	-	(3.960)	-	-	-	(135.310)	-	-
Total	**288.052**	**(9.039)**	**(5.728)**	**(3.960)**	**59.566**	**54.396**	**21.495**	**(135.310)**	**(269.472)**	**-**

(a) A RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda., adquirida em agosto de 2021, tem como principal atividade a locação de plataformas elevatórias e em 14 de janeiro de 2022 foi incorporada pela Companhia, conforme deliberação nesta data em Assembleia Geral Extraordinária. (b) A Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A., adquirida em novembro de 2021, tem como principal atividade a locação de empilhadeiras e em 18 de novembro de 2022 foi incorporada pela Companhia, conforme deliberação nesta data em Assembleia Geral Extraordinária. Em 31 de dezembro e 24 de junho de 2022 foram deliberados em reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os pagamentos de juros sobre capital próprio (JCP) imputados a dividendos no montante de R$ 2.500 e R$ 3.228, respectivamente, antes do tributo do IRRF. Em 30 de junho de 2022 foi formalizado o Contrato entre Armac e Bauko de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e em 30 de setembro de 2022, a Bauko registrou aumento de capital no valor de R$ 54.396. Os dados e valores de aquisição e incorporação estão descritos na nota explicativa nº 2 – Combinação de Negócios.

12. Imobilizado

12.1. Composição do Imobilizado

	Controladora						
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo de aquisição							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.280	14.920	298.096	17.580	912	2.867	335.655
(+) Adições	763	22.393	660.998	59.226	6.044	49.554	798.978
(-) Baixa de ativos	(858)	-	(5.944)	(1.322)	(28)	-	(8.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.185	37.313	953.150	75.484	6.928	52.421	1.126.481
(+) Adições	-	45.964	930.789	52.718	3.471	22.262	1.055.204
(+) Incorporação RCB	-	-	34.830	504	70	-	35.404
(+) Incorporação da mais-valia da RCB	-	-	3.444	-	-	-	3.444
(+) Incorporação Bauko	-	-	390.587	19.285	46	-	409.918
(+) Incorporação da mais-valia da Bauko	-	-	15.165	-	-	-	15.165
(+/-) Transferências	33.596	-	-	-	-	(33.596)	-
(-) Baixa de ativos	-	-	(42.380)	-	-	-	(42.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.781	83.277	2.285.585	147.991	10.515	41.087	2.603.236
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(133)	(837)	(26.844)	(1.422)	(114)	-	(29.350)
(+) Adições	(218)	(3.556)	(37.505)	(3.933)	(543)	-	(45.755)
(-) Baixa de depreciação	154	-	708	136	-	-	998
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(197)	(4.393)	(63.641)	(5.219)	(657)	-	(74.107)
(+) Adições	(815)	(6.184)	(81.450)	(13.737)	(1.117)	-	(103.303)
(+) Incorporação RCB	-	-	(13.640)	(198)	(43)	-	(13.881)
(+) Incorporação da depreciação da mais-valia RCB	-	-	(146)	-	-	-	(146)
(+) Incorporação Bauko	-	-	(101.234)	(1.671)	(45)	-	(102.950)
(+) Incorporação da depreciação da mais-valia Bauko	-	-	(2.949)	-	-	-	(2.949)
(-) Baixa de depreciação	-	-	7.276	46	1	-	7.323
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.012)	(10.577)	(255.784)	(20.779)	(1.861)	-	(290.013)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	988	32.920	889.509	70.265	6.271	52.421	1.052.374
Em 31 de dezembro de 2022	33.769	71.200	2.011.275	146.578	9.314	41.087	2.313.223
Taxa média de depreciação anual							
Em 31 de dezembro de 2021	29%	10% a 57%	5% a 6,66%	6,66 a 10%	10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2022	5% a 20%	5% a 60%	5% a 66%	6 a 10%	10% a 20%		

	Consolidado						
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo de Aquisição							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.280	14.920	298.096	17.580	912	2.867	335.655
(+) Adições	763	22.401	682.166	62.511	6.058	53.268	827.167
(+) Aquisição de ativos da RCB	-	-	22.377	421	29	-	22.827
(+) Aquisição de ativos da Bauko	-	3.503	123.790	8.904	-	-	136.197
(+) Mais-valias de Ativos	-	-	18.609	-	-	-	18.609
(-) Baixa de ativo	(858)	-	(5.943)	(1.647)	(28)	-	(8.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.185	40.824	1.139.095	87.769	6.971	56.135	1.331.979
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(133)	(837)	(26.844)	(1.422)	(114)	-	(29.350)
(+) Adições	(218)	(4.156)	(43.185)	(4.236)	(543)	-	(52.338)
(-) Baixa de depreciação	154	-	707	136	-	-	997
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(197)	(4.993)	(69.322)	(5.522)	(657)	-	(80.691)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	988	35.831	1.069.773	82.247	6.314	56.135	1.251.288
Taxa média de depreciação anual							
Em 31 de dezembro de 2021	29%	10% a 57%	5% a 6,66%	6,66 a 10%	10% a 20%	-	

Parte das aquisições de ativo imobilizado se deu por meio de FINAME e CDC, com pagamento direto ao fornecedor, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Assim estas transações não são apresentadas na demonstração de fluxo de caixa. Tais aquisições totalizaram R$ 157.182 em 31 de dezembro de 2021. Para 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou convênio com instituição financeira de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas (vide nota nº 14 – Fornecedores).

12.2. Arrendamento Mercantil de Direito de Uso - A Administração da Companhia analisou seus contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil. Os aluguéis variáveis de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso por não atenderem aos critérios de prazo e valor estabelecidos pela Norma no exercício, estão registrados na rubrica "Outros Custos" - nota explicativa nº 21, em contrapartida da conta de "Fornecedores" – nota explicativa nº 14. Em 31 de dezembro de 2022, do valor total de "Outros Custos", esses arrendamentos totalizavam R$ 1.573 na controladora e R$ 1.605 no consolidado. Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual. Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual. Se o contrato contiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Companhia em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato. Ademais, a Companhia não possui contratos firmados com prazos indeterminados.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	Imóveis partes relacionadas (NE 18)	Contratos com terceiros valor	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	**12.170**	**2.045**	**14.215**	**14.215**
(+) Aquisição de controlada	-	-	-	3.602
(+) Novas operações	7.678	15.640	23.318	23.325
(+) Juros incorridos	856	633	1.489	1.601
(-) Rescisões de contrato	-	(1.335)	(1.335)	(1.335)
(-) Pagamentos de principal	(1.185)	(871)	(2.056)	(2.624)
(-) Pagamentos de juros	(856)	(633)	(1.489)	(1.601)
Em 31 de dezembro de 2021	**18.663**	**15.479**	**34.142**	**37.183**
(+) Novas operações	3.403	2.584	5.987	6.820
(+) Remensurações (a)	39.501	476	39.977	39.977
(+) Juros incorridos	3.889	1.681	5.570	5.776
(-) Rescisões de contrato	-	-	-	(2.916)
(-) Pagamentos de principal	(2.399)	(2.557)	(4.956)	(5.914)
(-) Pagamentos de juros	(3.889)	(1.681)	(5.570)	(5.776)
Em 31 de dezembro de 2022	**59.168**	**15.982**	**75.150**	**75.150**

(a) Vide maiores detalhes sobre as remensurações na nota explicativa nº 18 – Partes Relacionadas.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Circulante	5.138	5.391	6.882
Não Circulante	70.012	28.751	30.301
Total	**75.150**	**34.142**	**37.183**

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais. Os pagamentos futuros foram trazidos a valor presente por uma taxa média ponderada de 13,75% ao ano, com vencimento até 2041. Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar o direito ao crédito de PIS e COFINS, para os casos em que o arrendador seja uma pessoa jurídica. Como a grande maioria dos contratos de locação estão ligados a pessoa física, a Administração concluiu que não há impactos dessas transações a serem divulgados. Em atendimento a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 que veda a projeção futura de inflação e ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e, ainda com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		
Ano	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor das prestações descontadas
2023	14.508	9.370	5.138
2024	13.800	8.748	5.052
2025	12.909	8.128	4.781
2026	12.525	7.499	5.026
2027	9.579	6.932	2.647
2028	8.175	6.715	1.460
2029	8.147	6.517	1.630
2030 em diante	97.403	47.987	49.416
Total	**177.046**	**101.896**	**75.150**

12.3. Revisão das vidas úteis - Durante o exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia de acordo com sua política contábil de reavaliar anualmente a vida útil de seus ativos, contratou uma empresa especializada em avaliação de ativos, a qual analisou a vida útil dos ativos em linha com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e o ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado. Também foi objeto desta avaliação o fato de a Companhia ter expandido o seu centro de manutenção com a criação de programas de monitoramento de seus ativos e como resultado dessa avaliação teve o aumento da vida útil dos ativos analisados de linha amarela de 10 anos para 15 anos, de caminhões de 10 anos para 15 anos, e de plataformas elevatórias de 10 anos para 20 anos. Para 31 de dezembro de 2022, a Companhia revisou a vida útil de seus ativos, porém não identificou necessidade de alterações. **12.4. Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*") -** De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Com base no resultado do ano e expectativa de resultado para o exercício, a Administração da Companhia concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos.

13. Intangível: 13.1. Composição do Intangível

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Sistemas e aplicativos	558	188	188
Marcas e patentes	464	465	465
Desenvolvimento de projetos	5.319	901	901
Ágio na incorporação de controladas	95.337	-	-
Ágio na aquisição de controladas (i)	-	-	99.297
Mais-valia no contrato de clientes (ii)	23.361	-	29.077
Mais-valia no contrato de fornecedores (iii)	-	-	2.060
Total	**125.039**	**1.554**	**131.988**

(i) Ágio referente ao ágio na aquisição da RCB e Bauko não alocado à mais-valia. O ágio possui vida útil indeterminada. As principais premissas adotadas pela Administração para o teste de *impairment* foram: • taxa de desconto dos fluxos de caixa de 11,8% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital; • projeção de fluxo de caixa para 5 anos e sem taxa de crescimento na perpetuidade, que considera a expectativa de crescimento orgânico, reajuste de preços com base na inflação projetada e expectativa de crescimento econômico; • Crescimento médio da receita em torno de 30% para o período que compreende os anos de 2023 e 2027, sustentado pelo investimento médio em CAPEX de R$ 750.000 anual e produtividade de 64%. (ii) Mais-valia referente ao fluxo de caixa descontado esperado dos contratos de locação e prestação de serviço em vigor na data da aquisição da Bauko e RCB. O prazo de amortização desses ativos é de 48 a 52 meses. (iii) Mais-valia referente à operação da Bauko como distribuidora de equipamentos e do relacionamento com clientes. O prazo de amortização desse ativo é de 60 meses

13.2. Movimentação do Intangível

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Saldo inicial	**1.554**	**453**	**453**
Adições	4.912	1.138	1.138
Amortização	(125)	(37)	(37)
Ágio na incorporação de controladas	95.337	-	-
Ágio na aquisição de controladas	-	-	99.297
Mais-valia em incorporações	31.137	-	-
Mais-valia em contratos com clientes	-	-	31.208
Mais-valia em contratos com fornecedores	-	-	2.168
Amortização de mais-valia	(7.776)	-	(2.239)
Saldo final	**125.039**	**1.554**	**131.988**

14. Fornecedores e fornecedores convênio: 14.1. Fornecedores - O saldo de fornecedores de máquinas, de peças e serviços refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais, pelo valor justo na data da aquisição, no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fornecedores de máquinas	84.330	20.595	34.535
Fornecedores de peças e serviços	32.438	11.104	15.048
Total	**116.768**	**31.699**	**49.583**

14.2. Fornecedores Convênio

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores convênio	167.472	-
Total	**167.472**	**-**

O saldo de fornecedores de máquinas, de peças e serviços refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais, pelo valor justo na data da aquisição e acrescidos dos juros. A Companhia realizou convênio com instituição financeira de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas. Nessa operação, os fornecedores prorrogam os vencimentos dos títulos e transferem o direito de recebimento das vendas de máquinas a prazo para as instituições financeiras de mercado. Em troca recebem esses recursos do banco sem a necessidade de os referidos fornecedores possuírem linha de crédito contratada. Em 31 de dezembro de 2022, a

Continuação

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A. - CNPJ nº 00.242.184/0001-04

300.000 debêntures e o valor total da emissão para R$ 300.000. Em 30 de julho de 2021, a oferta pública com esforços restritos foi encerrada com a totalidade das debêntures subscritas e integralizadas. A remuneração das Debêntures - 1ª Emissão, após a ocorrência do IPO, é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, acrescida de uma sobretaxa de 3,35% ao ano. Em 1º de novembro de 2021, foi realizada, pela Companhia, sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 476, para distribuição pública, no valor total de R$ 1.000.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em parcelas anuais a partir de 25 de novembro de 2024 e com vencimento em 25 de novembro de 2028 ("Debêntures – 2ª Emissão). Em 14 de dezembro de 2021, a oferta pública com esforços restritos foi encerrada com a totalidade das debêntures subscritas e integralizadas. A remuneração das Debêntures – 2ª Emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, acrescida de uma sobretaxa de 2,50% ao ano. Em 19 de julho de 2022, foi realizado o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures – 1ª. Emissão, cujo código de ativo era ARML11, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão da Armac Locação, Logística e Serviços S.A." pelo seu valor nominal unitário acrescido de juros remuneratórios e prêmio, totalizando R$ 286.406. Em 04 de novembro de 2022, foi realizada, pela Companhia, sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única emitidas com base nos termos da Instrução CVM 476, para distribuição pública, no valor total de R$ 300.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em duas parcelas anuais iguais a partir de 04 de novembro de 2028. A remuneração da Debênture 3ª emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, acrescidas de uma sobretaxa de 2,25% ao ano. **Outras operações para investimentos em máquinas e equipamentos:** Finame: os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento. CDC: os contratos possuem carência de até um ano para o início de amortização de principal e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento. *Leasing*: os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano. Capital de Giro: são Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro da Companhia, além da compra de máquinas e equipamentos para as operações. CCE: são Cédulas de Crédito à Exportação emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar a compra de máquinas e equipamentos para as operações.

15.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Saldo inicial	**1.832.115**	**288.555**	**288.555**
(+) Captações	704.000	1.823.139	1.825.364
(+) Aquisição de controladas	-	-	64.076
(+) Incorporação de controlada (c)	109.309	-	-
(+) Juros apropriados	253.354	60.952	62.107
(-) Amortização de principal (a)	(590.262)	(263.888)	(288.519)
(-) Juros pagos	(227.041)	(48.444)	(49.538)
(-) Custos de emissão (b)	(16.802)	(28.199)	(28.221)
Saldo final	**2.064.673**	**1.832.115**	**1.873.824**

(a) Da amortização de principal, R$ 213.679 refere-se a pré-pagamentos de dívidas em 31 de dezembro de 2022. (b) Estes custos são apresentados conjuntamente com o montante de captações na demonstração do fluxo de caixa. (c) Com a incorporação, a Armac assume todos os direitos e obrigações que antes eram de responsabilidade da Bauko, conforme já informado anteriormente.

15.4. Cronograma de amortização: Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de amortização do saldo da dívida antes dos custos a amortizar está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
2022	-	132.682	161.841
2023	57.747	155.243	164.700
2024	220.898	354.843	357.936
2025	264.225	398.675	398.675
2026	255.874	305.424	305.424
2027	254.258	262.524	262.524
2028	700.866	250.000	250.000
2029	349.135	-	-
	2.103.003	**1.859.391**	**1.901.100**

15.5. *Covenants* e garantias: Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado que, entre outras, incluem: i) obrigação da Companhia de envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por firmas de auditoria independente; ii) Restrição para realizar redução de capital; iii) Restrição a alteração do controle, direto ou indireto; iv) Cláusula restritiva ("covenant") prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses deve ser igual ou inferior a 3,50 de 2021 em diante. Os contratos de empréstimos e financiamentos que incluem a cláusula de covenant são os CDCA e a 2ª e 3º emissão de debêntures da Companhia. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia não apresenta qualquer espécie de garantia, com exceção dos CDCAs que têm como garantia os contratos de locação com clientes na cadeia do agronegócio e os *leasings* e FINAMEs que tem como garantia os próprios ativos financiados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com as cláusulas acordadas. **16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** A Companhia considera todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida, bem como a avaliação dos seus assessores jurídicos para realizar uma estimativa confiável dos valores das obrigações e probabilidade de saída de recursos. A partir do exercício de 2022, a Administração identificou em sua avaliação, a necessidade de constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis sobre os processos judiciais em andamento de natureza trabalhista para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$ 722 na controladora, em 31 de dezembro não havia processos a serem provisionados. Os processos de perda possível na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia são apresentados a seguir por natureza:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Cíveis	546	395	395
Tributário	-	50	50
Trabalhistas	12.415	811	4.709
Total	**12.961**	**1.256**	**5.154**

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.004.034 (R$ 1.002.351 em 31 de dezembro de 2021) e é representado por ações ordinárias sem valor nominal conforme o quadro abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Número de Ações	Participação %	Número de Ações	Participação %
Acionistas controladores	173.801.820	50,27%	173.837.520	50,28%
Outros	172.214.221	49,73%	171.922.001	49,72%
	346.016.041	**100,00%**	**345.759.521**	**100,00%**

Em reunião realizada em 3 de outubro de 2022 foi deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, aumento de capital social no montante de R$ 1.683, correspondente a emissão de 256.520 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão corresponde a R$ 6,56 por ação, conforme estabelecido no âmbito da Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 2 de julho de 2021, para o "*vesting period*" do Plano 1: *Matching* exercido em julho de 2022. A Companhia está autorizada, com base em seu Estatuto, a aumentar o capital social até o limite de R$ 2.000.000 por deliberação do Conselho de Administração. Este aumento do capital social tem o objetivo de atender aos planos de exercícios de outorga de ações, descritos a seguir e está sendo apresentado como Reserva de Capital, na rubrica de Emissão de Instrumentos Patrimoniais. Todas as ações têm os mesmos direitos em relação aos ativos residuais da Companhia. Os titulares das ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos e um voto por ação nas deliberações da Companhia. As variações nos exercícios apresentados decorrem de operações de custódia remunerada pela corretora que faz a custódia das ações do grupo controlador. **17.2. Reserva de capital: a) Ágio na emissão de ações:** O saldo referente ao ágio na emissão de ações em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R$ 125.462 e corresponde à emissão de 442.327 novas ações, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ocorrida antes da abertura de capital. **b) Plano de pagamento com base em ações:** A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de julho de 2021 aprovou a constituição do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia a ser administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O plano prevê a outorga de até 4% do capital subscrito da Companhia por meio de diferentes programas de opções de compra de ações a serem constituídos no longo prazo no âmbito deste Plano. As opções de compra de ação podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data limite para exercício. As outorgas foram realizadas para membros da Administração da Companhia entre eles diretores, gerentes e coordenadores, com exceção dos diretores controladores. Os custos dos planos da Companhia são mensurados pelo valor justo na sua data de outorga, estimados com base no modelo denominado *Black & Scholes*. A Companhia adotou o procedimento de reconhecer estes custos pelo método linear durante o "*vesting period*", compreendido entre a data da outorga (concessão) até a data em que o colaborador tem o direito de exercer a opção, com um correspondente aumento (i) no patrimônio líquido, na rubrica "opções outorgadas reconhecidas" incluída nas "reservas de capital"; e (ii) na demonstração do resultado do exercício, sendo alocado nas rubricas "custos", "despesas gerais, administrativas e outras". Opções outorgadas reconhecidas: **Plano 1: *Matching:*** Programa criado para outorgar aos participantes, para cada ação investida, uma opção de ação com período de serviço requerido ("*vesting period*") para aquisição total do direito em 3 anos. As seguintes premissas foram utilizadas para o cálculo com base no modelo *Black & Scholes* para estimar o valor justo das opções outorgadas em cada data de outorga do programa:

Data do Programa	Outorga	# Opções	Exercício	Taxa de juros livre de riscos	Preço de exercício	Volatilidade anualizada[1]	Valor justo da opção na data de outorga
nov/20	05/07/2021	256.520	jul/22	4,25%	2,52	27%	6,56
nov/20	05/07/2021	256.520	jul/23	4,25%	2,52	27%	6,67
nov/20	05/07/2021	256.520	jul/24	4,25%	2,52	27%	6,76

1: Antes da abertura de capital, estimada a partir da média de empresas comparáveis listadas em bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos. Após a abertura de capital, estimada a partir da volatilidade do Índice Agronegócio B3 do qual a ARMAC faz parte da composição. Em julho de 2022 completou-se o primeiro "*vesting period*" do programa pré IPO e em 3 de outubro de 2022. A Companhia emitiu novas ações para transferência aos participantes do plano, vide nota explicativa 17.1. **Plano 2: Remuneração em ações julho de 2022:** Programa criado para outorgar opções de compra de ações tendo 3 modalidades: (i) a um preço de exercício simbólico de R$ 0,01 por ação; (ii) a um preço fixo de R$ 10,13 de exercício por ação; e (iii) a um preço fixo de R$ 10,13 de exercício por ação condicionado ao atingimento de metas coletivas. As opções têm período de serviço requerido ("*vesting period*") para aquisição total do direito que variam por série de 1 a 3 anos. A concessão das opções será realizada aos participantes que efetivamente tenham adquirido e ainda estejam em posse de ações de emissão da Companhia no âmbito do seu programa de opções 2022-A. As seguintes premissas foram utilizadas para o cálculo com base no modelo Black & Scholes para estimar o valor justo das opções que foram outorgadas na data de 26 de julho de 2022:

Data do Programa	Outorga	# Opções	Exercício	Taxa de juros livre de riscos	Preço de exercício	Volatilidade anualizada[1]	Valor justo da opção na data de outorga
jul/22	26/07/2022	87.694	jul/23	13,20%	10,13	10%	1,48
jul/22	26/07/2022	87.694	jul/24	13,20%	10,13	10%	2,52
jul/22	26/07/2022	87.694	jul/25	13,20%	10,13	10%	3,43

Data do Programa	Outorga	# Opções	Exercício	Taxa de juros livre de riscos	Preço de exercício	Volatilidade anualizada[1]	Valor justo da opção na data de outorga
jul/22	26/07/2022	250.000	jul/23	13,20%	0,01	18%	10,12
jul/22	26/07/2022	250.000	jul/24	13,20%	0,01	18%	10,12
jul/22	26/07/2022	250.000	jul/25	13,20%	0,01	18%	10,12

1: Estimada a partir da volatilidade do Índice Agronegócio B3 do qual a ARMAC faz parte da composição.

Data do Programa	Outorga	# Opções	Exercício	Taxa de juros livre de riscos	Preço de exercício	Valor justo da opção na data de outorga
jul/22	26/07/2022	2.000.000	R$ 1 bi EBITDA UDM	13,20%	10,13	2,99
jul/22	26/07/2022	2.000.000	R$ 500 M Lucro UDM	13,20%	10,13	3,85

As opções de compra de ação podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data limite para exercício. As outorgas foram realizadas para membros da Administração da Companhia entre eles diretores, gerentes e coordenadores, com exceção dos diretores controladores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o custo proveniente do provisionamento dos programas de opções foi de R$ 6.388 (R$ 1.553 em 31 de dezembro de 2021), sendo R$ 3.831 referente ao Plano 1, R$ 1.393 referente ao Plano 2 e R$ 1.093 referente ao Plano 3. **17.3. Reserva de Lucros: a) Reserva legal:** Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até que seu valor atinja 20% do capital social realizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social. **b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é realizada em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal). Em 27 de abril de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho da Administração, conforme proposta da Diretoria de 31 de março de 2022, *ad referendum* de AGO a ser realizada até o final de abril de 2023, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) imputado a dividendos, no montante de R$ 15.557. Seu pagamento foi realizado em 26 de maio de 2022. Em 2 de maio de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R$ 24.621, o qual ocorreu em 19 de maio de 2022, com pagamento em 18 de maio de 2022. Em 24 de junho de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022, no montante de R$ 11.010 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R$ 14.295. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio ocorreu em 22 de julho de 2022. Ambas as deliberações são *ad referendum* de AGO a ser realizada até o final de abril de 2023. Em 22 de setembro de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022, no montante de R$ 15.000 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R$ 19.000. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio ocorreu em 20 de outubro de 2022. Ambas as deliberações são *ad referendum* de AGO a ser realizada até o final de abril de 2023. Em 22 de dezembro de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022, no montante de R$ 18.000 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R$ 23.000. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio será efetuado em 23 de fevereiro de 2023. Ambas as deliberações são *ad referendum* de AGO a ser realizada até o final de abril de 2023. Nos termos do ICPC08 – Interpretação Técnica sobre Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, em razão de não se constituir obrigação presente na data destas demonstrações financeiras, o montante dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser deliberados em excesso aos dividendos mínimos obrigatórios em reunião do Conselho de Administração da Cia. *ad referendum* de AGO serão mantidos em rubricas contábeis internas no patrimônio líquido e quando efetivamente pagos serão registrados em rubrica contábil redutora do patrimônio líquido. Estes saldos serão baixados por ocasião da aprovação em AGO que irá ocorrer até o final de abril de 2023. **17.4. Ações em Tesouraria:** Plano de Recompra de Ações: Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de maio de 2022 foi aprovado plano de recompra para a aquisição, pela Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações, de ações ordinárias de sua própria emissão, de acordo com os seguintes termos e condições: a) Objetivo da Operação: Adquirir ações de emissão da própria Companhia em bolsa de valores, a preço de mercado, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda serem mantidas em tesouraria, canceladas e/ou posteriormente alienadas no mercado. As ações mantidas em tesouraria poderão ser destinadas a eventual exercício de opções no âmbito de plano de opção de compra de ações da Companhia. b) Quantidade de ações: a quantidade total a ser adquirida é de até 13.830.380 (treze milhões, oitocentas e trinta mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente a 4% do total de ações de emissão da Companhia e a 8,13% das ações em circulação em 05 de maio de 2022. c) Prazo: o prazo máximo para a realização da operação é de 18 meses a partir de 06 de maio de 2022, encerrando-se em 05 de novembro de 2023. d) Modo de aquisição e preço: a aquisição das ações será feita no pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a preço de mercado, cabendo à Administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável. Informações adicionais sobre o plano de recompra de ações estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da B3. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações ordinárias de própria emissão em tesouraria, no montante de R$ 8.119, representado por 686.800 ações ordinárias, conforme informações de recompra abaixo:

Mês de aquisição	Quantidade adquirida	Valor do custo de aquisição	Valor médio da ação adquirida (R$ 0,00)
Maio/22	80.000	994	12,42
Junho/22	400.400	4.759	11,87
Julho/22	206.400	2.366	11,27
Total	**686.800**	**8.119**	**11,75**

18. Transações com partes relacionadas: As transações realizadas entre a Companhia e as partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Transações de resultado			
Remuneração de garantias prestadas (i)	-	600	608
Arrendamento de direito de uso (ii)	6.288	911	1.553
Remuneração dos administradores (iii)	2.525	6.002	6.002
Transações patrimoniais			
Juros sobre capital próprio (iv)	-	4.579	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (v)	-	22.989	-

(i) Refere-se à remuneração de garantias prestadas (aval) por parte dos acionistas controladores da Companhia em contratos de empréstimos e financiamentos. O valor da remuneração prevista era de 1% ao ano do saldo garantido médio do exercício, em linha com custos praticados pelo mercado para uma carta de fiança bancária ou um seguro garantia. Em 30 de junho de 2021, essa remuneração foi extinta e o saldo em aberto liquidado. (ii) O saldo refere-se ao pagamento de aluguéis dos imóveis que funcionam como centro de manutenção das máquinas, os quais são propriedades de parte dos acionistas controladores da Companhia (nota explicativa nº 12.2). Durante o trimestre, a Administração revisou seus contratos e efetuou devidas remensurações, considerando o prazo final contratado - 2041 e a atualização da taxa SELIC aplicada. (iii) A remuneração dos diretores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 2.525 (R$ 6.002 em 31 de dezembro de 2021), considerada benefício de curto prazo, registrada na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" no resultado do exercício. (iv) Em 31 de dezembro de 2021 foi deliberado em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, o pagamento de JCP imputado a dividendos no montante de R$ 5.387, antes do tributo do IRRF. (v) Os saldos referem-se a contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no valor de R$ 6.395 referente a Bauko e R$ 16.594 referente a RCB negociados em 2021. **19. Imposto de renda e contribuição social: 19.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social:** As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real na controladora e pelo lucro presumido na controlada durante os exercícios de 2022 e 2021. A seguir é apresentada a conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a respectiva despesa lançada no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	161.154	85.752	167.991	89.589
(x) Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(54.792)**	**(29.156)**	**(57.117)**	**(30.460)**
Efeitos das adições (exclusões) permanentes no cálculo dos tributos:				
(-) Depreciação fiscal pela alienação de ativos	(5.648)	(520)	(5.648)	(520)
(-) Custos e despesas indedutíveis	(1.780)	(748)	(1.780)	(748)
(-) Equivalência patrimonial	7.308	5.444	-	-
(+/-) Outras diferenças permanentes	3.082	(2.707)	5.878	203
(-) JCP de controladas	(3.779)	-	-	-
(-) JCP de controladora	24.430	-	20.651	-
(+) Reversão de imposto de renda diferido de controladas	17.675	-	17.675	-
(-) Amortização do ágio em aquisição de empresas	942	-	942	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(12.562)**	**(27.687)**	**(19.399)**	**(31.525)**
Correntes	-	(1.246)	(6.080)	(3.500)
Diferidos	(12.562)	(26.441)	(13.319)	(28.025)
Total	**(12.562)**	**(27.687)**	**(19.399)**	**(31.525)**
Alíquota efetiva	**8%**	**32%**	**12%**	**35%**

19.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

	Controladora		Consolidado
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.266	1.491	1.491
Prejuízo fiscal e base negativa	221.391	89.189	89.189
Prejuízo fiscal e base negativa de incorporada	3.283	-	-
Provisão para bonificação de executivos	19.513	2.789	2.789
Ajuste de arrendamento mercantil CPC 06	13.260	3.298	9.815
Total	**262.713**	**96.767**	**103.284**
(x) Alíquota vigente	34%	34%	34%
Diferidos ativos	**89.322**	**32.901**	**35.117**
Passivo			
Ajuste de arrendamento mercantil CPC 06	10.330	4.710	4.710
Diferença depreciação fiscal e econômica	505.404	163.527	260.403
Mais-valia de ativos	-	51.985	51.985
Total	**515.734**	**220.222**	**317.098**
(x) Alíquota vigente	34%	34%	34%
Diferidos passivos	**175.350**	**74.875**	**107.813**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**86.028**	**41.974**	**72.696**

b) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo líquido de IR/CS diferido no início do exercício	**41.974**	**17.920**	**72.696**	**17.920**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.344)	(412)	(1.344)	(412)
Prejuízo fiscal e base negativa	(44.888)	(7.771)	(44.949)	(7.771)
Prejuízo fiscal e base negativa de incorporada	(1.116)	-	1.116	-
Provisão para bonificação de executivos	(5.686)	(742)	(5.686)	(742)
Ajuste de arrendamento mercantil CPC 06	(1.476)	431	(5.291)	2.002
Diferença depreciação fiscal e econômica	83.632	34.934	83.692	34.934
Diferença depreciação fiscal e econômica incorporação controlada	32.607	-	3.456	29.151
Diferidos reconhecidos emissões de ações	-	(20.061)	-	(20.061)
Mais-valia de ativos	(17.675)	17.675	(17.675)	17.675
Saldo líquido de IR/CS diferido no final do exercício	**86.028**	**41.974**	**86.015**	**72.696**
Valor reconhecido no resultado	**12.562**	**26.440**	**13.319**	**28.11**
Valor reconhecido em balanço	**31.491**	**17.675**		

20. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Locação de equipamentos e prestação de serviços	851.378	362.376	983.841	426.630
Venda de máquinas e peças novas	1.398	-	5.921	-
Venda de imobilizados usados	58.176	3.069	60.642	5.012
Receita operacional bruta	**910.952**	**365.445**	**1.050.404**	**431.642**
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(84.273)	(35.430)	(98.650)	(41.888)
Receita operacional líquida	**826.679**	**330.015**	**951.754**	**389.754**
COFINS	(62.603)	(27.277)	(73.157)	(31.781)
PIS	(13.591)	(5.922)	(15.883)	(6.900)
ICMS	(133)	-	(418)	(310)
ISS	(7.946)	(2.231)	(9.192)	(2.897)
Total dos impostos sobre vendas	**(84.273)**	**(35.430)**	**(98.650)**	**(41.888)**

21. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custos				
Pessoal	183.016	72.652	228.450	95.189
Depreciação e amortização	104.995	45.201	127.856	51.044
Insumos, peças e serviços de manutenção	55.658	31.934	69.124	36.873
Custo na venda ou baixa de imobilizado	35.057	2.872	37.613	3.572
Combustível e custos de transporte	31.389	14.225	32.697	14.770
Outros custos	5.374	1.074	8.394	455
Total	**415.489**	**167.958**	**504.134**	**201.903**
Despesas				
Pessoal	65.456	24.927	69.135	28.261
Gratificações extraordinárias	-	11.207	-	11.207
Depreciação e amortização	9.304	3.565	9.311	3.570
Despesas administrativas e comerciais	25.439	8.138	26.379	8.753
Despesas com assessores	6.210	3.833	6.302	3.938
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.266	666	5.452	666
Outras receitas (despesas), líquidas	9.178	1.850	10.728	2.015
Total	**120.853**	**54.186**	**127.307**	**58.410**

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	123.886	28.220	126.756	28.407
(-) Tributos sobre receita financeira	(6.032)	(1.291)	(6.199)	(1.292)
Outros	5.890	566	6.417	577
Total	**123.744**	**27.495**	**126.974**	**27.692**
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	253.354	60.952	256.875	62.107
Atualização monetária sobre contas a pagar	9.035	1.337	9.310	1.337
Juros sobre arrendamento de direito de uso	5.549	1.116	5.756	1.228
Juros sobre fornecedores convênio	5.405	-	-	-
Outras	1.079	2.222	7.355	2.872
Total	**274.422**	**65.627**	**279.296**	**67.544**

23. Lucro por ação: O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído. A Companhia não possui transações que afetem a diluição do lucro.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Numerador			
Lucro líquido do exercício (a)	148.592	58.064	58.064
Denominador (em milhares de ações)			
Média ponderada de número de ações	345.618	345.760	345.760
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(343)	-	-
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	**345.275**	**345.760**	**345.760**
Lucro por ação – básico (em R$) (a/b)	**0,43**	**0,17**	**0,17**
Denominador (em milhares de ações)			
Média ponderada de número de ações	345.618	345.760	345.760
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(343)	-	-
Média ponderada de número de ações outorgadas	(257)	-	-
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	**345.018**	**345.760**	**345.760**
Lucro por ação – diluído (em R$) (a/c)	**0,43**	**0,17**	**0,17**

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações demonstrados na nota explicativa nº 17.2 – Patrimônio Líquido, Reserva de Capital letra b.

24. Instrumentos financeiros

24.1. Categorias de instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.565	2.428	3.442
Aplicações Financeiras	936.793	1.661.213	1.664.679
Contas a receber de clientes	237.500	116.211	170.499
Partes relacionadas	-	4.579	-
Total	**1.175.858**	**1.784.431**	**1.838.620**
Passivos financeiros			
Fornecedores e fornecedores convênio	284.240	31.699	49.583
Empréstimos e Financiamentos	2.064.673	1.832.115	1.873.824
Arrendamento de direito de uso	75.150	34.142	37.183
Contas a pagar por aquisição de empresas	17.724	105.740	105.740
Total	**2.441.787**	**2.003.696**	**2.066.330**

24.2. Riscos financeiros e cambiais: As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos de crédito e liquidez. Para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez. A Companhia não realiza transações relevantes com fornecedores estrangeiros. Não há exposição a riscos de câmbio em 31 de dezembro de 2022. **24.3. Análise de sensibilidade:** Risco de taxa de juros: A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência disso, a Companhia está exposta ao risco de taxas de juros referenciadas em CDI e SELIC e essa exposição está apresentada na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e Financiamentos. A sensibilidade ao risco de aumento nas taxas CDI e SELIC que afetaria as despesas financeiras da Companhia, estão abaixo demonstradas, considerando os cenários com aumento de 25% a 50% da taxa CDI, tendo como base a projeção da SELIC ao final de março de 2023 no patamar de 13,75%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 29 de abril de 2022.

	Saldo 31/12/2022	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do CDI médio para os próximos 12 meses		13,75%	17,19%	20,63%
Despesa financeira de financeiras não indexados a CDI e SELIC	444.216	505.295	520.565	535.835
Despesa financeira de financiamentos indexados a CDI e SELIC	1.658.787	1.886.870	1.943.891	2.000.912
Subtotal	**2.103.003**	**2.932.165**	**2.464.456**	**2.536.747**
Aplicação Financeira	(936.793)	(1.065.602)	(1.097.804)	(1.130.007)
Exposição líquida	**1.166.210**	**1.326.563**	**1.366.652**	**1.406.740**

Gestão de risco de crédito: As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais impactos decorrentes da inadimplência de seus clientes e visando diversificação de suas operações. Nenhum cliente isoladamente contribuiu com mais de 10% da receita operacional líquida. Gestão de risco de liquidez: Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas periodicamente pela Administração. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (valor nominal com juros futuros):

	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	acima de 3 anos	Total
Controladora					
Fornecedores	116.768	-	-	-	116.768
Fornecedores Convênio	172.243	-	-	-	172.243
Empréstimos e financiamentos	329.203

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Continuação

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A. - CNPJ nº 00.242.184/0001-04

auditoria não identificamos ajustes relacionados ao estudo de recuperabilidade do ágio. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor -** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
São Paulo, 23 de março de 2023.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.064	3.185
Aplicações financeiras	6	4.174	-
Contas a receber	7	13.458	11.447
Contas a receber - partes relacionadas	9	64	1
Despesas antecipadas		3	2
Tributos a recuperar		328	44
Total do ativo circulante		26.091	14.679
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	690	1.224
Imobilizado	10	20.197	15.270
Total do ativo não circulante		20.887	16.494
Total do ativo		46.978	31.173

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		88	19
Fornecedores - partes relacionadas	9	220	3
Imposto de renda e contribuição social		1.687	1.183
Impostos e contribuições a recolher		96	324
Obrigações sociais e trabalhistas		62	28
Dividendos a pagar	9	-	3.596
Outras obrigações	11	4.026	1.351
Total do passivo circulante		6.179	6.504
Não circulante			
Outras obrigações	11	18.307	-
Total do passivo não circulante		18.307	-
Patrimônio líquido			
Capital social	12a	7.100	7.100
Reserva de lucros	12b	1.420	1.468
Dividendo adicional proposto	12c	13.972	16.101
		22.492	24.669
Total do passivo e patrimônio líquido		46.978	31.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		7.100	1.185	48	16.722	-	25.055
Distribuição de dividendos em 20 de abril de 2021		-	-	-	(4.775)	-	(4.775)
Distribuição de dividendos em 20 de dezembro de 2021		-	-	-	(6.630)	-	(6.630)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.615	14.615
Destinações:							
Reserva legal		-	235	-	-	(235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.596)	(3.596)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	10.784	(10.784)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		7.100	1.420	48	16.101	-	24.669
Pagamento de dividendo adicional proposto em 29 de abril de 2022		-	-	-	(8.404)	-	(8.404)
Pagamento de dividendo adicional proposto em 9 de dezembro de 2022		-	-	-	(7.697)	-	(7.697)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	41.227	41.227
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 13 de dezembro de 2022	12c	-	-	(48)	-	(27.255)	(27.303)
Dividendo adicional proposto	12c	-	-	-	13.972	(13.972)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		7.100	1.420	-	13.972	-	22.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	13	46.189	17.150
Custos dos serviços prestados			
Depreciação		(189)	(183)
Custo com pessoal		(222)	(114)
Outros		(2)	-
Lucro bruto		45.776	16.853
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(133)	-
Serviços		(83)	(229)
Provisão para perda esperada		(84)	(1)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		-	102
Despesas legais e judiciais		(11)	(11)
Perda com clientes		(338)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(30)	24
		(679)	(115)
Resultado antes do resultado financeiro		45.097	16.738
Resultado financeiro	14	2.014	5
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		47.111	16.743
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8	(5.884)	(2.128)
Lucro líquido do exercício		41.227	14.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	41.227	14.615
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	41.227	14.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.227	14.615
Ajustes por:		
Depreciação	189	183
Provisão para perda esperada - contas a receber	84	1
Rendimento de aplicação financeira	(501)	216
	40.999	15.015
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(1.561)	(2.628)
Contas a receber - partes relacionadas	(63)	(1)
Despesas antecipadas	(1)	(1)
Tributos a recuperar	(284)	(35)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	69	13
Fornecedores - partes relacionadas	217	3
Obrigações sociais e trabalhistas	34	14
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	276	1.395
Outras obrigações	20.982	418
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	60.668	14.193
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição do ativo imobilizado	(5.116)	(69)
Aplicações financeiras líquidas de resgates	(3.673)	1.606
Caixa líquido usado nas (provenientes das) atividades de investimentos	(8.789)	1.537
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos a acionistas controladores	(47.000)	(13.530)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(47.000)	(13.530)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	4.879	2.200
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.185	985
No final do exercício	8.064	3.185
	4.879	2.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia Five Trilhos Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos" ou "Companhia"), sediada a Avenida Chedid Jafet, n.º 222, 4ºandar, bloco B, sala 5, Vila Olímpia - São Paulo - SP. Constituída em 28 de agosto de 2018, é uma subsidiária integral da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e tem por objeto social a exploração de atividades alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, decorrentes dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro da Rede Metroviária de São Paulo. Tais atividades são permitidas pelo Contrato de Concessão n.º 003/2018, firmado entre a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, inclusive a exploração comercial (i) de espaços destinados à propaganda e publicidade; (ii) de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo (iii) da rede de infraestrutura e imobiliária das áreas remanescentes; (iv) de estacionamentos; bem como o desenvolvimento de atividades correlatas ou complementares as referidas acima. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir de 4 de agosto de 2018 que foi a data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, administrada por sua Controladora.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 23 de março de 2023, foi autorizada pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas na nota explicativa n.º 15 Instrumentos financeiros.

3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras: ***a) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. A Companhia também aufere receitas decorrentes de aluguel de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades, que são reconhecidas mensalmente e alguns contratos possuem repasse mínimo ou remuneração variável cujo modo de aferição é previsto em contrato com medição mensalmente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***b) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***d) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***e) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***f) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. ***g) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***h) Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia, com dedução de R$ 20.000 a.m. para imposto de renda e 9% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia para a contribuição social. O lucro presumido é um meio de tributação simplificada, utilizada para determinar a base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas com faturamento limitado até R$ 78.000. O valor do imposto a ser pago é variável, pois a incidência dos impostos depende do tipo de atividade de cada entidade. Para apuração da base de cálculo do lucro presumido são utilizados percentuais padronizados, previamente definidos em lei, os quais são aplicados sobre o montante correspondente à receita operacional bruta da Companhia. ***i) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, a nova norma abaixo descritas, que não produziu impacto relevante nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: • **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. ***j) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6 e 15. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores e outras obrigações	4.114	3.661	3.661	3.661	7.323
Fornecedores - partes relacionadas	220	-	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	3.391	561

bradesco consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: (https://www.jornalodiasp.com.br); e

b) Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2022	2021
Disponibilidades	**2.712**	**8.118**
Instrumentos Financeiros	**11.643.480**	**12.136.037**
Títulos e Valores Mobiliários	11.590.125	12.087.214
Outros Instrumentos Financeiros	53.355	48.823
Créditos Tributários	**118.925**	**78.163**
Imobilizado de Uso	**4.923**	**3.829**
Intangível	**146.150**	**123.912**
Depreciações e Amortizações	**(97.256)**	**(82.395)**
Imobilizado de Uso	(3.069)	(2.762)
Intangível	(94.187)	(79.633)
Outros Ativos	**343.938**	**123.519**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	**(19)**	**(19)**
Total do Ativo	**12.162.853**	**12.391.164**

Passivo	2022	2021
Provisões	**39.591**	**43.368**
Outras Provisões	39.591	43.368
Outros Passivos	**4.332.271**	**1.372.895**
Total do Passivo	**4.371.862**	**1.416.263**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	6.000.000	5.100.000
Reservas de Lucros	1.828.392	5.882.737
Outros Resultados Abrangentes	(37.401)	(7.836)
Total do Patrimônio Líquido	**7.790.991**	**10.974.901**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**12.162.853**	**12.391.164**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Receitas da Intermediação Financeira	**902.747**	**1.562.437**	**487.683**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	902.747	1.562.437	487.683
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**902.747**	**1.562.437**	**487.683**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**1.035.001**	**2.161.960**	**1.990.641**
Receitas de Prestação de Serviços	1.291.113	2.425.909	2.442.940
Despesas de Pessoal	(29.617)	(56.180)	(42.007)
Outras Despesas Administrativas	(46.038)	(70.468)	(69.475)
Despesas Tributárias	(192.451)	(355.725)	(355.631)
Outras Receitas Operacionais	62.826	309.043	101.799
Outras Despesas Operacionais	(54.372)	(90.139)	(92.310)
(Despesas)/Reversões de Provisões	3.540	(480)	3.325
- Trabalhistas	10	(34)	(145)
- Cíveis	3.530	(446)	3.470
Resultado Operacional	**1.937.748**	**3.724.397**	**2.476.324**
Resultado Não Operacional	83	83	(4)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**1.937.831**	**3.724.480**	**2.476.320**
Imposto de Renda e Contribuição Social	26.285	(579.965)	(827.921)
Lucro Líquido	**1.964.116**	**3.144.515**	**1.648.399**
Lucro por lote de mil cotas em R$	**335,75**	**574,34**	**323,22**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Lucro Líquido do Período	**1.964.116**	**3.144.515**	**1.648.399**
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado	**10.659**	**(29.565)**	**544**
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	10.659	(29.565)	544
Total dos Ajustes não Incluídos no Lucro Líquido	**10.659**	**(29.565)**	**544**
Resultado Abrangente do Período	**1.974.775**	**3.114.950**	**1.648.943**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.462.996	2.674.006	(299.128)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(425.292)	(642.642)	320.293
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(2.036.770)	(2.036.770)	(13.047)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**934**	**(5.406)**	**8.118**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.778	8.118	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	2.712	2.712	8.118
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**934**	**(5.406)**	**8.118**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA - Em Reais mil

	Em 31 de dezembro 2022	Em 31 de dezembro 2021
Ativo		
Caixa e Equivalente de Caixa	44.464	32.764
Aplicações Financeiras - Grupos em Andamento e Formação	9.403.731	9.245.385
Outros Créditos	12.863.343	11.417.056
Compensação	92.156.094	80.359.094
Total do Ativo e Compensações	**114.467.633**	**101.054.299**
Passivo		
Obrigações com Consorciados	8.225.601	7.334.509
Valores a Repassar	161.371	161.131
Obrigações por Contemplações a Entregar	7.939.623	7.674.529
Recursos a Devolver a Consorciados	4.318.187	4.151.469
Recursos dos Grupos	1.664.159	1.372.859
Obrigações com a Administradora	2.597	708
Compensação	92.156.094	80.359.094
Total do Passivo e Compensação	**114.467.633**	**101.054.299**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.325.427**	**-**	**281.363**	**4.743.208**	**(8.380)**	**-**	**9.341.618**
Aumento de Capital	774.573	-	-	(774.573)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	544	-	544
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.648.399	1.648.399
Destinações: - Reservas	-	-	82.420	1.550.319	-	(1.632.739)	-
- Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-	(15.660)	(15.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.100.000**	**-**	**363.783**	**5.518.954**	**(7.836)**	**-**	**10.974.901**
Aumento de Capital	900.000	-	-	(900.000)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(29.565)	-	(29.565)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.144.515	3.144.515
Dividendos Deliberados com Reservas	-	-	-	(4.618.954)	-	-	(4.618.954)
Dividendos Deliberados com Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(1.679.906)	(1.679.906)
Destinações: - Reservas	-	-	157.226	1.307.383	-	(1.464.609)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.000.000**	**-**	**521.009**	**1.307.383**	**(37.401)**	**-**	**7.790.991**
Saldos em 30 de junho de 2022	**5.100.000**	**900.000**	**422.803**	**5.729.119**	**(48.060)**	**-**	**12.103.862**
Aumento de Capital	900.000	(900.000)	-	-	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	10.659	-	10.659
Juros sobre o Capital Próprio Pago com Reservas	-	-	-	(1.992.400)	-	-	(1.992.400)
Dividendos Deliberados com Reservas	-	-	-	(2.626.554)	-	-	(2.626.554)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.964.116	1.964.116
Destinações: - Reservas	-	-	98.206	197.218	-	(295.424)	-
- Dividendos Deliberados com Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(1.679.906)	(1.679.906)
- Reversão de Dividendos Propostos no 1º Semestre	-	-	-	-	-	11.214	11.214
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.000.000**	**-**	**521.009**	**1.307.383**	**(37.401)**	**-**	**7.790.991**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Disponibilidades no Início do Período	9.593.956	9.278.149	8.427.984
(+) Recursos Coletados	9.139.421	17.541.321	15.367.000
(-) Recursos Utilizados	(9.285.180)	(17.371.275)	(14.516.835)
Disponibilidades no Final do Período	**9.448.195**	**9.448.195**	**9.278.149**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para empresas administradoras de consórcios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas financeiras foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA

Estas demonstrações contábeis seguem, em todos os seus aspectos relevantes, com exceção dos itens apresentados na Nota 3a, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o período atual:

- **Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021**

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida Resolução revogou o artigo nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no exercício/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício/2022, pelo regime de competência.

Conforme o artigo nº 23 da Resolução BCB nº 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução.

Os impactos da aplicação da norma estão apresentados na Nota 8b desta demonstração financeira.

I - Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

Com a aplicação do CPC 47 o valor relacionado à taxa de administração de clientes contemplados inadimplentes e não contemplados inadimplentes passou a ser reconhecido em resultado no seu respectivo mês de vencimento, com contrapartida em conta patrimonial do ativo, não seguindo mais o reconhecimento em receita apenas no recebimento em caixa.

Os impactos da aplicação nestas linhas estão apresentados nas Notas 11 e 14 desta demonstração financeira.

- **Resolução BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021**

A norma alterou a forma de registros financeiros que passaram a ser controlados em contas de compensação, dos seguintes saldos:

- Valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, transferidos para administradora de consórcio após o encerramento contábil dos respectivos grupos;
- Valor total dos recursos devidos aos consorciados de grupos encerrados; e
- Valor da aplicação, conforme previsto na regulamentação, dos recursos não procurados de grupos encerrados após a Lei nº 11.795/2008 e dos demais recursos recebidos de consorciados de grupos encerrados.

A referida norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, de forma prospectiva, onde os saldos registrados de cobranças judiciais relacionados a grupos encerrados contabilmente foram revertidos, conforme demonstrados na Nota 9 - Outros Ativos - e Nota 12 - Outros Passivos.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022						2021	
Títulos	**1 a 30 dias**	**31 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**	**Valor de mercado/ contábil**	**Marcação a mercado**
Títulos para negociação	**5.655.085**	**-**	**-**	**5.655.085**	**5.655.085**	**-**	**6.741.868**	**-**
Cotas de fundos de investimentos	5.655.085	-	-	5.655.085	5.655.085	-	6.741.868	-
Títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**5.935.040**	**5.935.040**	**5.991.708**	**(56.668)**	**5.345.346**	**(11.873)**
Letras financeiras	-	-	5.935.040	5.935.040	5.991.708	(56.668)	5.345.346	(11.873)
Total geral	**5.655.085**	**-**	**5.935.040**	**11.590.125**	**11.646.793**	**(56.668)**	**12.087.214**	**(11.873)**

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	499.431	849.712	239.243
Rendas de títulos de renda fixa	403.316	712.725	248.440
Total	**902.747**	**1.562.437**	**487.683**

c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

5) OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
Sociais e estatutárias	3.963.230	15.660
Rendas antecipadas (1)	310.382	-
Impostos e contribuições a recolher (2)	45.804	224.831
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados (3)	5.941	560.235
Recursos pendentes de identificação	5.826	5.332
Recursos pendentes cobrança judicial (3)	-	118.448
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	445.884
Outras	1.088	2.505
Total	**4.332.271**	**1.372.895**

(1) Refere-se às receitas de taxa de administração pagas antecipadas, registradas pelo regime de competência;

(2) Em 2022, contempla reversão de provisão de impostos municipais; e

(3) Conforme Instrução Normativa nº BCB 208/2021, a partir de 2022 os valores relacionados a cobrança judicial relacionados a grupos encerrados contabilmente passaram a ser controlados em contas de compensação. O saldo de R$ 5.941 mil em 31 de dezembro de 2022, refere-se a recursos não procurados dos grupos encerrados contabilmente anteriores a Lei nº 11.795/2008.

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R$ 6.000.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R$ 5.100.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 6.000.000.000 (em 31 de dezembro de 2021 - 5.100.000.000) cotas ao valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R$ 900.000 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 28 de julho de 2022.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas 2022	Quantidade de cotas 2021	R$ mil 2022	R$ mil 2021
Início do período	**5.100.000.000**	**4.325.427.000**	**5.100.000**	**4.325.427**
Aumento de capital com reserva (1)	900.000.000	774.573.000	900.000	774.573
Final do período	**6.000.000.000**	**5.100.000.000**	**6.000.000**	**5.100.000**

(1) Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R$ 900.000 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 28 de julho de 2022.

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
Reservas de lucros	**1.828.392**	**5.882.737**
- Reserva legal (1)	521.009	363.783
- Reserva estatutária (2)	1.307.383	5.518.954

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações financeiras. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 23 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R$ 343.230 mil, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 23 de dezembro de 2022 o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 1.992.400 mil (líquido de impostos R$ 1.693.540 mil), os quais foram provisionados com contrapartida em reservas de lucros de anos anteriores - Reservas estatutárias.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R$ 1.336.676 mil, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R$ 2.626.554 mil, os quais foram provisionados com contrapartida em reservas de lucros de anos anteriores - Reservas estatutárias.

e) Lucro básico por cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de Cotas.

O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	Nº de Cotas em Circulação	Fração	Nº de Cotas Proporcional em Circulação
Número de cotas no início do período	5.100.000	7/12	2.975.000
Número de cotas após o aumento de capital (nota 09b) 6.000.000	5/12	2.500.000	
Média ponderada de cotas no período			**5.475.000**
Lucro líquido do período em R$ mil			3.144.515
Lucro básico por cota			**574,34**

f) Lucro por cotas diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por cotas básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

7) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Taxa de administração de grupos de consórcios (1)	1.224.880	2.274.793	2.202.959
Taxa de permanência	66.233	151.116	239.981
Total	**1.291.113**	**2.425.909**	**2.442.940**

(1) Em 2022 o montante de R$ 334.612 mil passou a ser contabilizado em "Outros Passivos", conforme Resolução BCB nº 120/2021.

8) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 3.144.515 mil, sendo este total tratado como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no exercício.

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

bradesco consórcios

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 1.648.399 mil, sendo este total tratado como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no exercício.

b) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida Resolução revogou o artigo nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no exercício de 2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício de 2022, pelo regime de competência.

O processo de reconhecimento de receita inicia-se com a identificação do contrato, onde a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

(i) Quando as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

(ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;

(iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;

(iv) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

(v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência a refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

Conforme o artigo nº 23 da Resolução BCB nº 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução.

Com a adoção da Resolução BCB nº 120/2021 foram realizadas as seguintes contabilizações no exercício:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	Nota	**2022**
Outros ativos		
Taxa de administração a receber	11	87.163
Outros passivos		
Rendas antecipadas (1)	14	310.382
	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil	
	Nota	**2022**
Outras receitas operacionais		
Receita de prestação de serviços	16	2.274.909

(1) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviços quando satisfeitas as obrigações de desempenho.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1ª de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

e) Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Cláudia Teixeira de Souza
Contadora - CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri).
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de março de 2023, sem ressalvas.

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ n° 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

AVISO AOS ACIONISTAS

A **Juntos Somos Mais Fidelização S.A.** ("Companhia") comunica que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, já se encontram à disposição dos Acionistas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 de março de 2023

Juliana Carsoni Fernandes da Silva - Diretora Presidente

Eros Roberto Jussiani Canedo - Diretor.

Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.155.487/0001-82 - NIRE 35.300.386.825

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores acionistas da sociedade anônima Nogueira Patrimonial e Participações S.A para reunirem-se no dia 30/03/2023, às 10h00min na sede da Companhia sito à Rua 15 de Novembro, nº 741, sobreloja - sala 01, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira/SP, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para discutirem as matérias submetidas às deliberações na ordem do dia, a saber: (I) Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativa ao Exercício Social encerrado em 31/12/2022; (II) renúncia de Diretor; (III) eleição para Diretoria da Companhia. Itapira, 30 de março. **Anna Pugina Nogueira -** Presidente **Márcio Fernando Nogueira** - Diretor. (22,23,24)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Rua Manuel Quirino de Matos 1852 c3, São Paulo– SP, CEP 03969-000, Presidente , no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, Convoca os filiados da **FELFASP** , quites com suas obrigações, com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Rua Manuel Quirino de Matos 1852 c3, São Paulo– SP, CEP 03960-000, no próximo dia 08/04/2023, a partir das 19h em primeira convocação ou, caso não haja quórum suficiente, uma hora após em segunda convocação com o quórum presente, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia:** A) Alteração do Endereço da Sede: B) Reforma da Carta Estatutária. São Paulo, 24 de março de 2023. Reginaldo Freire Brito - Presidente

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 27ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
(NOVA DENOMINAÇÃO DA NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **27**ª Série da **1**ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 31 de março de 2023 às 16 horas, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 11.2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 27ª série da 1ª Emissão da Emissora celebrado em 10 de abril de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) Alteração da clausula 9.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, para ajuste do item I), para que a Devedora/Fiduciária possa realizar liberação créditos cedidos mediante amortização extraordinária na mesma proporção, conforme nova redação abaixo: *(i) não celebrar qualquer negócio jurídico destinado à transferência, alienação, cessão, imposição de ônus, gravames, direitos reais de garantia e/ou à limitação, sob qualquer forma, da propriedade, titularidade, posse e/ou controle dos Direitos Creditórios, exceto na hipótese de transferência, alienação ou cessão dos Direitos Creditórios para realizar uma Amortização Extraordinária (conforme definido na CCB) ou o Pagamento Antecipado Facultativo (conforme definido na CCB), quando a Securitizadora deverá ser comunicada, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da transferência, alienação ou cessão dos Direitos Creditórios, sendo que na referida comunicação deverá constar o valor dos Direitos Creditórios que serão transferidos. alienados ou cedidos, bem como a Fiduciante somente poderá efetivamente transferir, alienar ou ceder Direitos Creditórios no montante que for utilizado para realizar a Amortização Extraordinária (conforme definido na CCB) ou o Pagamento Antecipado Facultativo (conforme definido na CCB, sob pena de vencimento antecipado da CCB, nos termos da Cláusula 7 CCB;* **b)** Alteração das cláusulas 8.2 e 11.11 do Termo de Securitização para prever a dispensa de publicação do edital de convocação em jornal, de forma a refletir o disposto no art. 2º da Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022, permanecendo a obrigação de disponibilização dos editais no site da Emissora e do Agente Fiduciário, assim como sua divulgação pela Emissora no Fundos Net; e **c)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nesta Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação é com qualquer número, conforme cláusula **11.5** do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas, em segunda convocação, por Titulares dos CRI que represente, no mínimo, a maioria dos presentes na assembleia. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de março de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIADUTO SOLUÇÕES LOGISTICAS S.A.
CNPJ/ME nº 72.860.067/0001-07 - NIRE 3530057567-9

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DA VIADUTO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A., A SER REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2023. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Séria Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Viaduto Soluções Logísticas S.A." ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissora" respectivamente), nos termos da Cláusula Nona do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Séria Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Viaduto Soluções Logísticas S.A.", celebrado em 14 de junho de 2022 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") e dos artigos 71, §§ 1º e 2º, e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações) a comparecerem na Assembleia Geral de Debenturistas a realizar-se de forma exclusivamente online, sem a possibilidade de participação presencial, através da plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"), coordenada pela Emissora, no dia 05 de abril de 2023 às 15:00 horas, observadas as disposições da Lei das Sociedade por Ações e da Resolução da Comissão dos Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes ordem do dia: **(i)** Aprovar a postergação do prazo indicado para a apresentação da cópia das demonstrações financeiras da Emissora completas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, exclusivamente, conforme descrito na cláusula 7.1., XX, (i) da Escritura de Emissão, passando o prazo de apresentação para o dia **30 de abril de 2023**, de forma que a não apresentação no prazo indicado na Escritura de Emissão não seja considerada um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na cláusula 6.1.2. da Escritura de Emissão; **(ii)** Mediante a aprovação do item anterior, aprovar a concessão de prazo para que a Emissora, realize os cálculos dos Índices Financeiros descritos na cláusula 6.1.2., XIII, da Escritura de Emissão, em até 05 (cinco) dias úteis contados da apresentação das demonstrações financeiras da Emissora; **(iii)** Aprovar alteração da cláusula 7.1., XXXI, da Escritura de Emissão, visando a postergação do prazo para que a Emissora consiga o registro de companhia aberta "categoria B" perante a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), alterando o prazo de "até 12 (doze) meses contados da Data de Emissão", para até a data de **31 de janeiro de 2024**, de forma que a não obtenção do registro no prazo inicialmente acordado não seja considerada um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na cláusula 6.1.2. da Escritura de Emissão; e **(iv)** A autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação das deliberações desta Assembleia. **Informações Gerais:** Para participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão enviar até 2 (dois) dias antes de sua realização, para os e-mails: mayara.bertan@marcamp.com.br e viviane.dias@viaduto.com.br, e do Agente Fiduciário: agentefiduciario@vortx.com.br: (i) a confirmação de sua participação acompanhada do nome completo ou denominação social completa e do seu respectivo CPF ou CNPJ (em caso de administradores de fundos de investimentos, também informar o CNPJ dos fundos de investimentos sob sua administração representados); (ii) a indicação dos representantes que participarão da Assembleia Geral de Debenturistas, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, quais sejam: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. A Emissora enviará, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão à Plataforma Digital para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta ata que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora, por meio dos e-mails mayara.bertan@marcamp.com.br e viviane.dias@viaduto.com.br, com cópia para o Agente Fiduciario, através do e-mail agentefiduciario@vortx.com.br. São Paulo/SP, 21 de março de 2023. **VIADUTO SOLUÇÕES LOGISTICAS S.A.**

VIENTOS PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ nº 31.562.351/0001-10

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 - Valores expressos em reais

Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro - *Valores expressos em reais*

Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**	**Passivo**	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	459.723	859.708	Fornecedores		522	3.482
Impostos a recuperar	5	–	112.699	Obrigações tributárias		2.011	2.639
Despesas antecipadas		22.818	18.220	Outras obrigações		–	682
Adiantamentos		–	15.755			**2.533**	**6.803**
		482.541	**1.006.382**	**Patrimônio Líquido**			
Não Circulante				Capital social	7	41.420.330	41.420.330
Impostos a recuperar	5	100.028	–	Prejuízos acumulados		(40.840.294)	(40.420.751)
		100.028	–			**580.036**	**999.579**
Total do Ativo		**582.569**	**1.006.382**	**Total do Passivo**		**582.569**	**1.006.382**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro - *Valores expressos em reais*

	Nota	**2022**	**2021**
Despesas operacionais			
Despesas com serviços prestados	8	(185.516)	(247.672)
Despesas tributárias		(27.589)	(1.819)
Despesas com pessoal		(34.906)	(272.702)
Despesas administrativas	9	(219.148)	(96.768)
		(467.159)	**(618.961)**
Resultado antes do resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	50.216	16.658
Despesas financeiras	10	(2.600)	(5.067.745)
		47.616	**(5.051.087)**
Prejuízo do exercício		**(419.543)**	**(5.670.048)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes findos em 31 de dezembro - *Valores expressos em reais*

	2022	**2021**
Prejuízo do exercício	(419.543)	(5.670.048)
Resultado abrangente do exercício	**(419.543)**	**(5.670.048)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro - *Valores expressos em reais*

	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2020	**27.215.545**	**(34.750.703)**	**(7.535.158)**
Aumento de capital conforme Ata de incorporação de 19.05.2021	1.761.261	–	1.761.261
Aumento de capital conforme Ata de 02.09.2021	12.443.524	–	12.443.524
Prejuízo do exercício	–	(5.670.048)	(5.670.048)
Saldos em 31/12/2021	**41.420.330**	**(40.420.751)**	**999.579**
Saldos em 31/12/2021	**41.420.330**	**(40.420.751)**	**999.579**
Prejuízo do exercício	–	(419.543)	(419.543)
Saldos em 31/12/2022	**41.420.330**	**(40.840.294)**	**580.036**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa findos em 31 de dezembro - *Valores expressos em reais*

	2022	**2021**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(419.543)	(5.670.048)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	**(419.543)**	**(5.670.048)**
Diminuição (aumento) nas contas de ativos		
Impostos a recuperar	12.671	(15.950)
Títulos a receber	–	147.000
Despesas antecipadas	(4.598)	(15.244)
Adiantamentos	15.755	(15.755)
Aumento (diminuição) nas contas de passivos		
Fornecedores	(2.960)	(251.518)
Obrigações tributárias	(628)	1.670
Títulos a pagar	–	(1.755.743)
Outras obrigações	(682)	682
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**(399.985)**	**(7.574.906)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	–	14.204.785
Empréstimos	–	(275.402.007)
Cessão de crédito	–	268.025.892
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas) pelas atividades de financiamentos	**–**	**6.828.670**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(399.985)**	**(746.236)**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa:		
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do exercício	859.708	1.605.944
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do exercício	459.723	859.708
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(399.985)**	**(746.236)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *Valores expressos em reais*

1. Contexto Operacional: A Vientos Participações S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações e se rege por este estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 300, 10º andar, conjunto 104, parte, Bela Vista, CEP 01318-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas brasileiras de contabilidade – Contabilidade para pequenas e médias empresas. A preparação das demonstrações contábeis está em conformidade com a NBC TG 1000 (R1), que requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. **b) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **c) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** As aplicações financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa com resgate automático do Banco Itaú.

	2022	**2021**
Caixa	1.060	1.060
Bancos	10	10
Aplicações financeiras	458.653	858.638
Total	**459.723**	**859.708**

5. Impostos a recuperar:

	2022	**2021**
COFINS pago a maior	77.629	77.793
PIS pago a maior	12.007	12.641
IRRF pago a maior	10.269	10.679
Outros	123	11.586
Total	**100.028**	**112.699**
Circulante	–	112.699
Não circulante	100.028	–

A Companhia procedeu a reclassificação dos impostos a recuperar para o não circulante no exercício de 2022 em função da solicitação de restituição dos valores junto a Receita Federal do Brasil. **6. Provisão para Contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **7. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O Capital Social está representado por 41.420.330 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme o art. 13 do Estatuto Social da Companhia os dividendos estarão sujeitos à aprovação prévia e escrita dos acionistas.

8. Despesas com serviços prestados:

	2022	**2021**
Honorários de advogados	(75.665)	(77.439)
Honorários de consultoria e auditoria	(109.851)	(170.233)
Total	**(185.516)**	**(247.672)**

9. Despesas administrativas:

	2022	**2021**
Apoio administrativo	(164.997)	(43.135)
Seguros	(37.418)	(24.646)
Internet	(12.977)	(6.036)
Outras despesas	(3.756)	(22.951)
Total	**(219.148)**	**(96.768)**

10. Resultado financeiro líquido

	2022	**2021**
Receitas financeiras		
Receitas diversas	6	14
Receita aplicação financeira	52.659	17.466
Impostos sobre receita financeira	(2.449)	(822)
	50.216	**16.658**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(50)	(74)
Juros passivos	(2.146)	(5.067.419)
Outra despesa financeira	(404)	(252)
	(2.600)	**(5.067.745)**
Total	**47.616**	**(5.051.087)**

11. Cobertura de Seguros (não auditado): A Companhia possui coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão quanto a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração. **12. Instrumentos Financeiros:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado. A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **13. Evento Subsequente:** Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2022.

Diretoria		**Contador**
Sr. Gustavo Florentino Ribeiro	Sra. Fabiana D'Ávila Souza	Jefferson Augusto Pessoa dos Santos - CRC MG 123005/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmo Srs. Aos Administradores e Acionistas da Vientos Participações S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Vientos Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vientos Participações S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profiss

bradesco bbi

Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BANCO BRADESCO BBI S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na internet, no endereço eletrônico: (https://www.jornalodiasp.com.br); e

b) Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2022	2021
Disponibilidades	**7**	**5**
Instrumentos Financeiros	**8.692.846**	**10.322.702**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.869.303	6.853.993
Títulos e Valores Mobiliários	5.539.035	2.691.185
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.033.442	661.623
Outros Instrumentos Financeiros	251.066	115.901
Provisões para Perdas Esperadas	**(10.746)**	**(10.962)**
Outros Créditos	(10.746)	(10.962)
Créditos Tributários	**659.101**	**679.051**
Investimentos em Coligadas e Controladas	**4.643.245**	**4.162.096**
Imobilizado de Uso	**29.341**	**28.780**
Intangível	**271.156**	**254.861**
Depreciações e Amortizações	**(190.870)**	**(150.618)**
Imobilizado de Uso	(14.484)	(12.034)
Intangível	(176.386)	(138.584)
Outros Ativos	**629.848**	**624.575**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	**(10.062)**	**(10.062)**
Total do Ativo	**14.713.866**	**15.900.428**

Passivo	2022	2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	**9.374.950**	**-**
Outros Passivos Financeiros	9.374.950	-
Provisões	**242.136**	**205.184**
Outras Provisões	242.136	205.184
Impostos Diferidos	**467.226**	**303.550**
Outros Passivos	**230.433**	**352.179**
Total do Passivo	**10.319.641**	**860.913**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	2.700.000	6.800.000
Reservas de Capital	561.091	561.091
Reservas de Lucros	1.135.426	7.706.997
Outros Resultados Abrangentes	(2.292)	(28.573)
Total do Patrimônio Líquido	**4.394.225**	**15.039.515**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**14.713.866**	**15.900.428**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Receitas da Intermediação Financeira	**(392.315)**	**409.337**	**536.628**
Operações de Crédito	118	144	225
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(580.177)	37.374	(283.154)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	187.744	371.819	819.557
Despesa de Intermediação Financeira	**(362.810)**	**(474.950)**	**-**
Operações de Captações no Mercado	(362.810)	(474.950)	-
Resultado da Intermediação Financeira	**(755.125)**	**(65.613)**	**536.628**
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**216**	**217**	**8**
Outros Créditos	216	217	8
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**(754.909)**	**(65.396)**	**536.636**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**620.997**	**1.137.715**	**1.137.268**
Receitas de Prestação de Serviços	672.322	1.233.763	1.416.716
Despesas de Pessoal	(144.561)	(257.286)	(223.864)
Outras Despesas Administrativas	(65.383)	(125.070)	(119.289)
Despesas Tributárias	(49.293)	(123.310)	(156.168)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	234.531	478.253	280.071
Outras Receitas Operacionais	33.447	63.924	35.219
Outras Despesas Operacionais	(58.944)	(132.023)	(100.806)
Reversão/(Despesas) de Provisões	(1.123)	(536)	5.389
- Trabalhistas	(1.867)	(1.867)	(1.174)
- Cíveis	744	740	4.880
- Fiscais	-	591	1.683
Resultado Operacional	**(133.913)**	**1.072.319**	**1.673.904**
Resultado não Operacional	**(308)**	**(139)**	**151**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**(134.221)**	**1.072.180**	**1.674.055**
Imposto de Renda e Contribuição Social	221.681	(215.800)	(357.781)
Lucro Líquido	**87.460**	**856.380**	**1.316.274**
Lucro por Lote de Mil Ações em R$	**12,97**	**135,38**	**196,46**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Lucro Líquido do Período	**87.460**	**856.380**	**1.316.274**
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	**22.452**	**26.282**	**(2.792)**
Ajustes de avaliação patrimonial	22.452	26.108	(2.791)
- Próprias	17.050	17.050	-
- De coligadas e controladas	5.402	9.232	(2.792)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	**-**	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Período	**109.912**	**882.662**	**1.313.482**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**1.747.923**	**11.422.913**	**1.340.288**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**(6.356)**	**(14.308)**	**(14.750)**
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**-**	**(11.588.631)**	**(5.854)**
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.741.567**	**(180.026)**	**1.319.684**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	127.743	2.049.336	729.652
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.869.310	1.869.310	2.049.336
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.741.567**	**(180.026)**	**1.319.684**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Redução de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucro – Legal	Reservas de Lucro – Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**6.500.000**	**-**	**561.091**	**662.553**	**6.339.258**	**(25.782)**	**-**	**14.037.120**
Aumento de Capital com Reservas	300.000	-	-	-	(300.000)	-	-	-
Complemento de Dividendos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(1.087)	-	-	(1.087)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(2.792)	-	(2.792)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.316.274	1.316.274
Destinações: - Reservas	-	-	-	65.814	940.460	-	(1.006.274)	-
- Juros sobre Capital Próprio Deliberados	-	-	-	-	-	-	(310.000)	(310.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.800.000**	**-**	**561.091**	**728.367**	**6.978.631**	**(28.574)**	**-**	**15.039.515**
Aumento de Capital com Reservas	246.500	-	-	(246.500)	-	-	-	-
Redução de Capital em Espécie	(4.346.500)	-	-	-	-	-	-	(4.346.500)
Dividendos Pagos com Reservas	-	-	-	-	(6.978.631)	-	-	(6.978.631)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	26.282	-	26.282
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	856.380	856.380
Destinações: - Reservas	-	-	-	42.819	610.740	-	(653.559)	-
- Juros sobre Capital Próprio Deliberados	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
- Dividendos Deliberados	-	-	-	-	-	-	(102.821)	(102.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.700.000**	**-**	**561.091**	**524.686**	**610.740**	**(2.292)**	**-**	**4.394.225**
Saldos em 30 de junho de 2022	**7.046.500**	**(4.346.500)**	**561.091**	**520.313**	**723.169**	**(24.744)**	**-**	**4.479.829**
Redução de Capital	(4.346.500)	4.346.500	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	22.452	-	22.452
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	87.460	87.460
Destinações: - Reservas	-	-	-	4.373	(112.429)	-	108.056	-
- Juros sobre Capital Próprio Deliberados	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
- Dividendos Deliberados	-	-	-	-	-	-	(102.821)	(102.821)
- Estorno de Dividendos Propostos no 1º Semestre	-	-	-	-	-	-	7.305	7.305
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.700.000**	**-**	**561.091**	**524.686**	**610.740**	**(2.292)**	**-**	**4.394.225**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BBI S.A. (BBI ou Instituição) é uma instituição financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do BBI evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Total 2022	Total 2021
Aplicações no mercado aberto	**1.869.303**	**-**	**1.869.303**	**2.049.331**
Letras do tesouro nacional	-	-	-	2.049.331
Notas do tesouro nacional	1.869.303	-	1.869.303	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	**-**	**-**	**4.804.662**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	4.804.662
Total em 31 de dezembro de 2022	**1.869.303**	**-**	**1.869.303**	
%	**100,0**	**-**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2021	**2.049.331**	**4.804.662**		**6.853.993**
%	**29,9**	**70,1**		**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	40.936	67.573	62.324
Subtotal	**40.936**	**67.573**	**62.324**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	181.632	208.509
Total	**40.936**	**249.205**	**270.833**

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação da carteira

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
Carteira própria	**5.534.503**	**2.687.155**
Cotas de fundos de investimento	-	1.183.652
Ações	5.534.503	1.503.503
Vinculados à prestação de garantias	**4.532**	**4.030**
Letras Financeiras do Tesouro	4.532	4.030
Total	**5.539.035**	**2.691.185**

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Títulos de renda variável	(620.715)	(212.202)	(553.767)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	40.936	249.205	270.833
Títulos de renda fixa	(398)	371	(220)
Total	**(580.177)**	**37.374**	**(283.154)**

6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022 – Valor de referência	2022 – Valor líquido	2021 – Valor de referência	2021 – Valor líquido
Contratos de opções:				
Posição ativa	**1.033.442**	**1.033.442**	**661.623**	**661.623**
- Compromisso de venda	1.033.442	1.033.442	661.623	661.623

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor de mercado e prazos

Os instrumentos financeiros derivativos no montante de R$ 1.033.442 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R$ 661.623 mil) encontram-se com vencimento acima de 360 dias.

c) Valores das receitas e das despesas líquidas

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Contratos de opções	187.744	371.819	819.557
Total	**187.744**	**371.819**	**819.557**

7) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) Composição dos investimentos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	183.340	151.245
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	2.413.676	2.168.594
BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	1.063.668	932.424
2B Capital S.A.	229.239	217.022
Embaúba Holdings Ltda.	596.775	548.655
Companhia Securitizadora de Crédito Financeiro Rubi	156.546	144.156
Total	**4.643.244**	**4.162.096**

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas" e estão demonstrados abaixo:

Em 31 de dezembro - R$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) – Ações	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) – Cotas	Participação no capital social (1)	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial 2022	Resultado de equivalência patrimonial 2021
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	82.000	167.002	-	82.000	99,99%	32.403	32.403	23.772
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	1.087.950	2.413.676	971.562	-	100,00%	242.799	242.799	135.927
BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	480.000	1.063.668	9.322	-	100,00%	132.502	132.502	97.842
2B Capital S.A.	224.167	229.239	60.014	-	100,00%	12.681	12.682	2.227
Embaúba Holdings Ltda.	340.000	715.840	-	283.448	83,37%	54.690	45.587	16.156
Companhia Securitizadora de Crédito Financeiro Rubi (1)	1.028.459	2.154.407	430.311	-	7,27%	168.912	12.280	4.147
Total							**478.253**	**280.071**

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

8) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

Em 31 de dezembro - R$ mil

	181 a 360 dias	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	9.374.950	9.374.950	-
Total	**9.374.950**	**9.374.950**	**-**

b) Operações com captação ao mercado

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Depósitos Interfinanceiros	362.810	474.950	-
Total	**362.810**	**474.950**	**-**

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R$ 2.700.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R$ 6.800.000 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 6.281.497.478 (em 31 de dezembro de 2021 - 6.281.497.478) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R$ 246.500 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Conforme a Ata de Reunião da Diretoria de 13 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R$ 4.346.500 mil em espécie, sem movimentação de ações nominativas-escriturais. O processo foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2022.

b) Reservas de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2022	**2021**
Reservas de lucros	**1.135.426**	**7.706.998**
- Reserva legal (1)	524.868	728.367
- Reserva estatutária (2) (3)	610.740	6.978.631

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R$ 4.346.500 mil em espécie, sem movimentação de ações nominativas-escriturais. O processo foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2022.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 26 de dezembro de 2022 o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 100.000 mil (líquido de impostos R$ 85.000 mil), os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício. O pagamento acontecerá até 30 de junho de 2023.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R$ 102.821 mil, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício. O pagamento acontecerá até 30 de junho de 2023.

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações.

10) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	**2022**	**2021**
Colocação *underwriting*	274.887	579.452	902.264
Serviços de cobranças	117.614	218.075	209.641
Análise financeira	197.096	276.654	185.529
Análise técnica *underwriting*	82.084	157.731	113.846
Outras	641	1.851	5.436
Total	**672.322**	**1.233.763**	**1.416.716**

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil de 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 856.380 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R$ 1.316.274 mil), não houve resultado não recorrente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

c) Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri).

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de março de 2023, sem ressalvas.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários 5ª Série da 03ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 5ª Série da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 11.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 04 de junho de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 12 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 22 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração
Realizada em 09 de Fevereiro de 2023

1. Data, Horário e Local: Dia 09 de fevereiro de 2023, às 08h30, na sede da **Companhia Brasileira de Alumínio,** localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141 - Cidade Monções - CEP 04571-900 ("Companhia"). **2. Presença e Convocação:** Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa Dirigente:** Luís Ermírio de Moraes, Presidente; e Renato Maia Lopes, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) Barragens; (ii) Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia ("ES") para inclusão de atividades relacionadas a reciclagem de embalagens no artigo 3º do ES; (iii) Eleição dos Membros da Diretoria; (iv) Proposta de eleição de administradores das sociedades controladas da Companhia para obtenção de orientação de voto; (v) Relatório Anual Integrado (GRI); (vi) Aprovação de Contratos Comerciais; (vii) Metas da Diretoria 2022; e (viii) Metas da Diretoria 2023. **5. Deliberações:** Colocado em discussão os assuntos constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o seguinte: (i) Foi informado para os membros do Conselho de Administração da Companhia os assuntos relativos às barragens de energia, mineração e industriais, confirmando a estabilidade das barragens, conforme material apresentado nesta reunião, que ficará arquivado na sede da Companhia. (ii) Aprovar, ad referendum da Assembleia Geral de acionistas, a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia com o objetivo de adicionar atividades relacionadas a reciclagem de embalagens, resultando na alteração do seu artigo 3º, incluindo os itens "aa", "bb", "cc", na forma abaixo indicada: *aa) Recuperação de materiais plásticos, descartados, para a produção de matéria-prima secundária pela separação e a classificação de sucata de plástico para granulagem; bb) Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente, incluindo a fabricação de artefatos de material plástico para usos diversos, inclusive os artefatos diversos de plástico regenerado, o tingimento e a pigmentação e outros beneficiamentos de material plástico, incluindo, mas não se limitando, fabricação de coberturas de piso e fabricação de artefatos diversos de material plástico. cc) Comércio atacadista de: resinas e elastômeros; de resinas termoplásticas (polietilenos, policarbonatos, polipropilenos, copolímero de etileno e acetado de vinila (EVA), policloreto de vinila (PVC), poliamidas, poliestireno, resinas vinílicas, resinas celulósicas, resinas de petróleo, etc); de resinas termofixas (resina alquídica, cresólicas, fenólicas, de poliuretano, ftálicas e epóxi) e de silicone em forma primária e de elastômeros (borrachas sintéticas, mesclas de borrachas sintéticas e natural, gomas similares a borracha, borracha de butadieno-estireno (SBR), elastômeros não vincanizados, neopreno, látex ou látice de SBR, e similares).*" Recomenda-se, assim, que seja submetida a referida proposta da administração na próxima assembleia de acionistas, que está prevista para realizar-se no dia 27 de abril de 2023. (iii) Aprovar a **reeleição** dos membros da Diretoria Estatutária abaixo mencionados, na forma do artigo 20, xiii, do Estatuto Social da Companhia, para o exercício de mandato unificado de 02 (dois) anos contados da data desta reunião: **a) Ricardo Rodrigues de Carvalho,** brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 03780685-8 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 506.725.097-68, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, como Diretor Presidente; **b) Luciano Francisco Alves,** brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.953.851-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.736.768-32, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. **c) Fernando Varella Guimarães,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da célula de identidade RG nº 16.773.697-8 e inscrito no CPF/MF nº 175.961.828-44, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, como Diretor do Negócio Produtos Transformados, Inovação e Transformação Digital; **d) Alexandre Vianna da Silva,** brasileiro, separado judicialmente, engenheiro metalúrgico, portador da cédula de identidade RG nº 66.852.040-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n° 992.519.737-68, com endereço comercial na Rua Moraes do Rego, n° 347, Vila Industrial, Alumínio/SP, CEP: 18125-000, como Diretor do Negócio de Produtos Primários; **e) Roseli Maria de Souza Milagres,** brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da Cédula de Identidade RG nº 64.237.986-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 023.689.147-22, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04571-900, como Diretora de Supply Chain e Compras; **f) Renato Maia Lopes,** brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 24.622.525-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 174.681.128-51, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04571-900, como Diretor Jurídico, de Governança e Compliance; **g) Andressa Rissato Brolacci Lamana,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 30.230.619-5-SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 251.249.718-60, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04571-900, como Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Sustentabilidade; **h) Daniel Marrocos Camposilvan,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade de nº 25.732.107-X e inscrito no CPF/MF sob o nº 264.907.278-46, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-900, como Diretor do Negócio Energia; e **i) Albino Mercado Júnior,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 19.402.123-3-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 137.110.818-86, com endereço comercial na Rua Moraes do Rego, nº 347 - Vila Industrial - Alumínio/SP, CEP 18125-000, como Diretor de Engenharia e Tecnologia. (iv) Firmar a orientação de voto da Companhia para a eleição dos quadros de administradores das sociedades controladas pela Companhia, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia. (v) Aprovar o Relatório Anual Integrado (GRI) no formato e com as informações apresentadas e sugeridas pela Diretoria da Companhia, revisadas pelos Comitês de Sustentabilidade e de Auditoria Estatutário; (vi) Aprovar a assinatura de contratos comerciais, nos termos do Artigo 20, inciso xviii, do ES, conforme termos e condições descritos no material apresentado, que ficará arquivado na sede da Companhia. (vii) Aprovar os resultados do atingimento das Metas de 2022 do Diretor Presidente da Companhia, assim como dos demais membros da diretoria, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia; e (viii) Aprovar os painéis de Metas 2023 do Diretor Presidente da Companhia, assim como dos demais membros da diretoria conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia. Ficam autorizados os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como outorgar poderes para realização desses atos. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme foi assinada pelo Secretário da Mesa: Renato Maia Lopes e, ainda, pelos membros do Conselho de Administração: Luis Ermírio de Moraes, Eduardo Borges de Andrade Filho, Franklin Lee Feder, José Roberto Ermírio de Moraes Filho, Sergio Ricardo Romani e Glaisy P. Domingues. A presente transcrição é cópia fiel de ata lavrada no próprio livro. São Paulo, 09 de fevereiro de 2023. Mesa: **Renato Maia Lopes -** Secretário. **JUCESP** nº 99.208/23-4 em 08/03/2023. Gisela Simiema Ceschi - Secretária Geral.

Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

CNPJ/ME nº 59.546.515/0001-34 - NIRE 35.300.607.341

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Março de 2023

1. Data, Horário e Local: Em 15 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 1, 1º e 2º pavimentos, Bairro Lapa de Baixo, CEP 05069-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação exigidas no art. 124, §4º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença da única acionista da Companhia, conforme se verifica as assinaturas apostas no "Livro de Presença dos Acionistas". **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Pedro de Souza Zemel ("Presidente") e secretariada pelo Sr. José Luís Magalhães Salazar ("Secretário"). **4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, discutir e deliberar sobre: **(i)** a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) na data de emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático de distribuição, em regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Resolução Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A."* ("Escritura de Emissão", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures ("Emissora"), o agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), e a Grupo SBF S.A., sociedade anônima, com registro de capital aberto perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, n° 7.221, andares 1°, 2° e 3°, Pinheiros, CEP 05425-902, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.217.485/0001-11, na qualidade de fiadora ("Garantidora"); **(ii)** a autorização à prática, pelos diretores, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão e da Oferta, inclusive, mas não se limitando **(a)** à contratação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta, sendo certo que uma delas também será a instituição intermediária líder ("Coordenador Líder" e, em conjunto com as demais instituições, "Coordenadores"), mediante a celebração de contrato de distribuição entre a Emissora, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); **(b)** à contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao banco liquidante da Emissão, à instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, ao assessor legal, ao Agente Fiduciário, à agência de rating, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; **(c)** à celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e de eventuais aditamentos a tais instrumentos; bem como **(d)** à prática de todos os atos e celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos necessários para fins de realização da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações**: Dando início aos trabalhos, o Secretário esclareceu que a presente ata será lavrada na forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, §§1º da Lei das Sociedades por Ações. Em seguida, após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições : **5.1.** Aprovar a Emissão e a Oferta, com as seguintes principais características e condições: **(i) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão é de R$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); **(ii) Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(iii) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 320.000 (trezentas e vinte mil) Debêntures; **(iv) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(v) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 27 de março de 2023 ("Data de Emissão"); **(vi) Data de início da rentabilidade**: para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade da Remuneração das Debêntures será a Primeira Data de Integralização (conforme definido abaixo); **(vii) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures**: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **(viii) Conversibilidade**: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(ix) Espécie**: nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória representada pela Fiança (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão; **(x) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão integral e exclusivamente utilizados para a gestão de ativos e passivos e/ou despesas de capital do Grupo Econômico (conforme definido na Escritura de Emissão);**(xi) Atualização Monetária**: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(xii) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão), exclusive, de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão; **(xiii) Pagamento da Remuneração**: as parcelas devidas da Remuneração serão pagas semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 27 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de setembro de 2023 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer uma Oferta de Resgate Antecipado ou Resgate Antecipado Facultativo ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso), respectivamente (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração" e, em conjunto, as "Datas de Pagamento da Remuneração"), conforme indicado no cronograma de pagamentos previsto abaixo: **Nº da Parcela - Datas de Pagamento de Remuneração:** 1ª - 27 de setembro de 2023; 2ª - Data de Vencimento. **(xiv) Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de março de 2024 ("Data de Vencimento"), ou na data em que ocorrer o resgate da totalidade das Debêntures ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão; **(xv) Amortização:** A amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento, observadas as hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado ou Resgate Antecipado Facultativo ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso; **(xvi) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o rito do registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores nos termos do Contrato de Distribuição. A Oferta será conduzida pelos Coordenadores conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 e do Contrato de Distribuição, não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Profissionais que possam ser acessados pelos Coordenadores, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição das Debêntures por qualquer número de Investidores Profissionais ("Plano de Distribuição"); **(xvii) Registro Automático da Oferta pela CVM:** a Oferta será registrada na CVM sob o rito de registro automático de distribuição, com dispensa de análise prévia, nos termos do artigo 25, parágrafo 2º, e do artigo 26, inciso X, da Resolução CVM 160, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários (i) representativos de dívida; (ii) destinados exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Investidores Profissionais" e "Resolução CVM 30", respectivamente); e (iii) de emissão de companhia sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM; **(xviii) Dispensa de Prospecto:** as Debêntures serão ofertadas exclusivamente para Investidores Profissionais, portanto, com a dispensa de divulgação de prospecto e utilização de documento de aceitação da oferta, nos termos do artigo 9º, inciso I e parágrafo 3º da Resolução 160. **(xix) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3; (ii) observado o disposto neste item, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), também administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento das Debêntures liquidados financeiramente por meio da B3; e (iii) custódia eletrônica na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais, nos termos do artigo 86, inciso V, da Resolução CVM 160, se e a partir de quando devidamente cumpridos os requisitos do artigo 89 da Resolução CVM 160, ressalvada a hipótese prevista no §4º, do artigo 86 da Resolução CVM 160, observado que as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados de balcão organizado e não-organizado, mas não em bolsa, sem que a Emissora possua o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 88, *caput*, da Resolução CVM 160; **(xx) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na 1ª (primeira) data de integralização ("Primeira Data de Integralização"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização (cada data, uma "Data de Integralização"). As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de integralização das Debêntures, desde que seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em uma mesma Data de Integralização; **(xxi) Forma e Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à B3 terão os seus pagamentos realizados através do Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso; **(xxii) Garantia Fidejussória:** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, *pro rata temporis*, e eventuais Encargos Moratórios e/ou do valor devido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), ou Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso, calculados nos termos da Escritura de Emissão; e (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive taxas, multas, tributos, custos para manter as Debêntures registradas na B3, honorários devidos ao Escriturador e Banco Liquidante à Agência de Classificação de Risco, juros de mora, impostos devidos ou que venham a ser devidos a qualquer tempo, qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, inclusive, por seus honorários e/ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, honorários advocatícios, decorrentes da Escritura de Emissão, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Garantidora e/ou pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral no âmbito da Emissão ("Obrigações Garantidas"), a Garantidora, prestará fiança, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora, principal pagadora, coobrigada e devedora solidária com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir ("Fiança"); **(xxiii) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**: A Emissora poderá, a partir do 9º (nono) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 27 de dezembro de 2023 (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago pela Emissora em relação ao Resgate Antecipado Facultativo será equivalente à soma (a) do Valor Nominal Unitário previsto na Escritura; (b) da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, conforme o caso, ou a Data de Pagamento da Remuneração, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive) ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio equivalente a 0,40% flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo; **(xxiv) Oferta de Resgate Antecipado**: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a Oferta de Res

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO KIRTON BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: (https://www.jornalodiasp.com.br); e

b) Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri);

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2022	2021
Disponibilidades	**101**	**101**
Instrumentos Financeiros	**3.056.319**	**12.140.129**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.860	10.048.467
Títulos e Valores Mobiliários	1.444.337	211.006
Operações de Crédito	283.835	315.395
Outros Instrumentos Financeiros Ativos	1.289.287	1.565.261
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	**(230.507)**	**(246.298)**
Operações de Crédito	(230.476)	(246.292)
Outros Créditos	(31)	(6)
Créditos Tributários	**1.147.327**	**1.190.719**
Investimentos em Coligadas e Controladas	**12.664.893**	**11.616.769**
Outros Ativos	**215.399**	**276.281**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	**(24.205)**	**(24.205)**
Total do Ativo	**16.829.327**	**24.953.496**

Passivo	2022	2021
Instrumentos Financeiros	**1.531.278**	**-**
Recursos de Instituições Financeiras	1.531.278	-
Provisões	**679.747**	**758.050**
Outras Provisões	679.747	758.050
Impostos Diferidos	**117.701**	**106.642**
Outros Passivos	**1.145.220**	**219.478**
Total do Passivo	**3.473.946**	**1.084.170**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	10.574.516	21.299.948
Aumento de Capital	1.134.380	-
Redução de Capital	-	(1.241.013)
Reservas de Capital	29.182	29.182
Reservas de Reavaliação	2.970	2.970
Reservas de Lucros	1.481.202	3.711.993
Outros Resultados Abrangentes	133.131	66.246
Total do Patrimônio Líquido	**13.355.381**	**23.869.326**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**16.829.327**	**24.953.496**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Receitas da Intermediação Financeira	**299.154**	**628.140**	**454.440**
Operações de Crédito	204.296	210.168	19.354
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	94.858	417.972	435.086
Despesas da Intermediação Financeira	**(100.612)**	**(131.278)**	-
Operações de Captações no Mercado	(100.612)	(131.278)	-
Resultado da Intermediação Financeira	**198.542**	**496.862**	**454.440**
Reversão/(Despesas) com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**(195.659)**	**(190.916)**	**9.937**
Operações de Crédito	(195.659)	(190.919)	9.831
Outros Créditos	-	3	106
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**2.883**	**305.946**	**464.377**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**566.343**	**951.345**	**137.084**
Despesas de Pessoal	(18.580)	(18.580)	(2.326)
Despesas Administrativas	(11.022)	(24.965)	(25.062)
Despesas Tributárias	(5.646)	(21.680)	(22.101)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	540.745	985.941	125.281
Outras Receitas Operacionais	58.011	125.877	62.944
Outras Despesas Operacionais	(45.623)	(96.088)	(30.123)
Reversão/(Despesas) de Provisões	48.457	840	28.471
- Fiscais	48.376	670	28.195
- Cíveis	81	170	276
Resultado Operacional	**569.226**	**1.257.291**	**601.461**
Resultado Não Operacional	**656**	**(7.737)**	**(1.240)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**569.882**	**1.249.554**	**600.221**
Imposto de Renda e Contribuição Social	23.063	(86.039)	(216.582)
Lucro Líquido	**592.945**	**1.163.515**	**383.639**
ucro por lote de mil ações em R$	32,16	46,35	31,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Lucro Líquido do Período	**592.945**	**1.163.515**	**383.639**
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	**24.630**	**70.114**	**(116.591)**
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	**(3.229)**	**(3.229)**	**(10.526)**
Resultado Abrangente do Período	**614.346**	**1.230.400**	**256.522**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Caixa Líquido Utilizado das Atividades Operacionais	**(1.101.508)**	**8.514.234**	**2.095.260**
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**(1.785)**	**(1.201)**	**8.840**
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**1.134.380**	**(10.730.120)**	**(76.551)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**31.087**	**(2.217.087)**	**2.027.549**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	7.874	2.256.048	228.499
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	38.961	38.961	2.256.048
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**31.087**	**(2.217.087)**	**2.027.549**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento/ (Redução) de Capital	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**21.319.669**	**-**	**29.182**	**2.970**	**1.403.844**	**2.015.624**	**193.363**	**-**	**24.964.652**
Redução de Capital	(19.721)	(1.241.013)	-	-	-	-	-	-	(1.260.734)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(127.117)	-	(127.117)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	383.639	383.639
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	19.182	273.343	-	(292.525)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	-	(91.114)	(91.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**21.299.948**	**(1.241.013)**	**29.182**	**2.970**	**1.423.026**	**2.288.967**	**66.246**	**-**	**23.869.326**
Aumento de Capital por Incorporação	-	1.134.380	-	-	-	-	-	-	1.134.380
Redução de Capital em Espécie	(10.725.432)	1.241.013	-	-	-	-	-	-	(9.484.419)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	66.885	-	66.885
Dividendos Deliberados com Reservas	-	-	-	-	-	(2.288.967)	-	-	(2.288.967)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.163.515	1.163.515
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	58.176	-	-	(58.176)	-
- Dividendos Deliberados com Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.105.339)	(1.105.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.574.516**	**1.134.380**	**29.182**	**2.970**	**1.481.202**	**-**	**133.131**	**-**	**13.355.381**
Saldos em 30 de junho de 2022	**20.058.935**	**-**	**29.182**	**2.970**	**1.451.555**	**406.531**	**111.730**	**-**	**22.060.903**
Aumento de Capital por Incorporação	-	1.134.380	-	-	-	-	-	-	1.134.380
Redução de Capital em Espécie	(9.484.419)	-	-	-	-	-	-	-	(9.484.419)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	21.401	-	21.401
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	592.945	592.945
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	29.647	-	-	(29.647)	-
- Estorno de Reservas Propostas no 1º Semestre	-	-	-	-	-	(406.531)	-	406.531	-
- Estorno de Dividendos Propostos no 1º Semestre	-	-	-	-	-	-	-	135.510	135.510
- Dividendos Deliberados com Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.105.339)	(1.105.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.574.516**	**1.134.380**	**29.182**	**2.970**	**1.481.202**	**-**	**133.131**	**-**	**13.355.381**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo (Kirton Bank ou Instituição), parte integrante de um conjunto de empresas da Organização Bradesco, está autorizado a operar, sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de câmbio e também na administração de cartões de crédito e de fundos mútuos de investimento.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e provisões cíveis e fiscais. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2022, foi aprovada a incorporação da empresa Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre o Kirton Bank S.A. e a Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda.", visando promover a reorganização societária, objetivando a consolidação e racionalização das empresas, com maximização de recursos disponíveis, simplificando a estrutura societária, com consequente eliminação/redução dos custos financeiros, operacionais, administrativos e legais. A incorporação ocorreu em 30 de agosto de 2022, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 30 de junho de 2022 pelas sociedades envolvidas.

Demonstramos abaixo os ativos e passivos incorporados da Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda., com data base de 30 de junho de 2022:

Ativo	Em 30 de junho de 2022
Circulante	**55.337**
Caixa e equivalente de caixa	5
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	53.426
Outros valores e bens	2.048
Provisões para perdas	(142)
Não circulante	**1.115.257**
Realizável a longo prazo	**1.115.257**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.105.966
Créditos tributários	6.245
Tributos a compensar e a recuperar	324
Depósitos judiciais	2.722
Total do ativo	**1.170.594**

Passivo	Em 30 de junho de 2022
Circulante	**18.971**
Obrigações fiscais e previdenciárias	18.963
Outras obrigações	8
Não circulante	**28.494**
Obrigações fiscais diferidas	242
Provisão para contingências fiscais	1.392
Outros credores	26.860
Patrimônio líquido	**1.123.129**
Capital social	1.021.027
Reservas de capital	4.175
Reservas de lucros	64.390
Outros resultados abrangentes	(11.251)
Resultado do período	44.788
Total do passivo	**1.170.594**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	1 a 30 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2022	2021
Aplicações no mercado aberto:					
Posição bancada	**38.860**	**-**	**-**	**38.860**	**2.255.947**
Notas do tesouro nacional	38.860	-	-	38.860	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	2.255.947
Subtotal	**38.860**	**-**	**-**	**38.860**	**2.255.947**
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	7.792.520
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.792.520**
Em 31 de dezembro de 2022	**38.860**	**-**	**-**	**38.860**	
%	**100,0**	**-**	**-**	**100,0**	
Em 31 de dezembro de 2021	**2.255.947**	**7.248.673**	**543.847**		**10.048.467**
%	**2,4**	**92,1**	**5,5**		**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	1.483	27.423	72.763
Subtotal	**1.483**	**27.423**	**72.763**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.104	287.217	348.828
Subtotal	**1.104**	**287.217**	**348.828**
Total	**2.587**	**314.640**	**421.591**

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022						2021	
Títulos	**1 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil (1)**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**	**Valor de mercado/ contábil (1)**	**Marcação a mercado**
Títulos disponíveis para venda	**-**	**1.193.220**	**251.117**	**1.444.337**	**1.448.491**	**(4.154)**	**211.006**	**(1.493)**
Letras financeiras do tesouro	-	-	223.368	223.368	223.928	(560)	211.005	(1.494)
Letras financeiras	-	1.193.220	-	1.193.220	1.196.814	(3.594)		
Ações	-	-	-	-	-	-	1	1
Outros	-	-	27.749	27.749	27.749	-	-	-
Total geral	**-**	**1.193.220**	**251.117**	**1.444.337**	**1.448.491**	**(4.154)**	**211.006**	**(1.493)**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Títulos de renda fixa	92.272	103.333	13.583
Títulos de renda variável	(1)	(1)	(88)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.587	314.640	421.591
Total	**94.858**	**417.972**	**435.086**

c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Kirton Bank não operou com instrumentos financeiros derivativos.

6) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Nível de risco												
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**2022**	**%**	**2021**	**%**
Empréstimos e títulos descontados	4	9.102	40.900	-	-	8.907	-	-	224.710	283.623	100,0	315.336	100,0
Subtotal	**4**	**9.102**	**40.900**	**-**	**-**	**8.907**	**-**	**-**	**224.710**	**283.623**	**100,0**	**315.336**	**100,0**
Outros créditos	-	-	-	163	49	-	-	-	-	212	-	59	-
Total geral em 31 de dezembro de 2022	**4**	**9.102**	**40.900**	**163**	**49**	**8.907**	**-**	**-**	**224.710**	**283.835**			
%	**-**	**3,2**	**14,4**	**0,1**	**-**	**3,1**	**-**	**-**	**79,2**		**100,0**		
Total geral em 31 de dezembro de 2021	**-**	**15.193**	**48.940**	**59**	**-**	**13.046**	**-**	**-**	**238.157**			**315.395**	
%	**-**	**4,8**	**15,5**	**-**	**-**	**4,1**	**-**	**-**	**75,51**				**100,0**

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
- Provisão genérica (1)	242.637	247.092
- Provisão complementar (2)	3.661	9.143
Saldo inicial do período	**246.298**	**256.235**
Reversão de provisão para perdas esperadas	190.916	(9.937)
Baixas	(206.707)	-
Saldo final do período	**230.507**	**246.298**
- Provisão genérica (1)	227.848	242.637
- Provisão complementar (2)	2.659	3.661

(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada como provisão mínima requerida; e

(2) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos.

7) INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) Composição dos investimentos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Valor contábil	
Empresas	**2022**	**2021**
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	7.024.455	6.417.358
Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	995.320	919.582
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	457.148	419.528
Nova Paiol Participações Ltda.	4.161.909	3.836.149
Embaúba Holdings Ltda.	24.204	22.253
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	1.857	1.870
Outras empresas	-	29
Total de investimentos	**12.664.893**	**11.616.769**

(1) Investimento inclui ágio de R$ 17.486 mil.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

R$ mil

			Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)				Resultado de equivalência patrimonial	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Ações**	**Cotas**	**Participação no capital (1)**	**Lucro líquido ajustado**	**2022**	**2021**
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	5.869.257	6.942.867	-	865.077.202	100,00%	570.797	564.822	19.646
Serel Participações em Imóveis S.A.	700.000	2.581.198	5.470	-	37,88%	198.862	75.326	25.569
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	274.550	459.670	-	274.550	100,00%	35.267	35.267	12.870
Tecnologia Bancária S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.477
Nova Paiol Participações Ltda.	2.307.255	4.154.463	-	2.307.255	100,00%	308.617	308.618	61.590
Embaúba Holdings Ltda.	340.000	719.259	-	11.023	3,38%	54.690	1.849	655
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	720	1.421	-	555	99,99%	59	59	19
Outras	-	-	-	-	-	-	-	3.455
Total de investimentos							**985.941**	**125.281**

A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

8) OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
Dividendos a pagar	1.105.339	91.114
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	94	105.501
Credores diversos	29.116	3.737
Obrigações por aquisição de bens e direitos	9.589	8.629
Impostos e contribuições a recolher	1.082	4.152
Fundo de pensão	-	6.345
Total	**1.145.220**	**219.478**

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R$ 10.574.516 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R$ 21.299.948 mil), totalmente subscrito e integralizado, é composto por 12.310.614.949 (Em 31 de dezembro de 2021 - 12.310.614.949) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de abril de 2022, foi aprovada a redução de capital social no montante de R$ 9.484.419 mil, mediante entrega do respectivo valor em moeda corrente nacional. O processo foi homologado pelo Bacen em 22 de setembro de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2022, foi aprovada a incorporação da empresa Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda, conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre o Kirton Bank S.A. e a Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda. As 1.099.385.701 ações a serem emitidas pelo Kirton, em decorrência da absorção do Patrimônio Líquido da Credival, serão atribuídas ao cotista da Credival (Banco Bradesco S.A.).

b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	2021
Reservas de lucros	**1.481.202**	**3.711.993**
- Reserva legal (1)	1.481.202	1.423.026
- Reserva estatutária (2)	-	2.288.967

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R$ 1.105.339 mil, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício. Deste modo, não houve a necessidade de provisionamento de dividendos mínimo obrigatório para o exercício de 2022.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

10) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.163.515 mil, sendo todo esse valor tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 383.640 mil, sendo todo esse valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Kirton Bank como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

d) Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Marco Antonio Cunha de Santana
Contador - CRC 1SP200234/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri).
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de março de 2023, sem ressalvas.

Brasil registra alta na emissão de gases de efeito estufa

Em 2021, o Brasil teve o segundo maior aumento de emissões de gases de efeito estufa em um período de quase duas décadas, de acordo com relatório divulgado na quinta-feira (23), pelo Observatório do Clima, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e outras entidades parceiras. Naquele ano, o volume cresceu 12,5% e chegou a 2,4 bilhões de toneladas brutas, inferior apenas ao registrado em 2003, quando subiu 20%.

A amplificação do desmatamento, sobretudo na Amazônia, é o principal da alta, Segundo Ipam. De 2020 para 2021, o total de CO2 equivalente (GtCO2e) que afetou os biomas brasileiros passou de 1 bilhão para 1,19 bilhão de toneladas brutas.

Em 2021, os estados do Pará e do Mato Grosso encabeçam a lista, respondendo, respectivamente, por 18,5% e 11,1% do volume de gases desprendidos na atmosfera. Na sequência, figuram Minas Gerais (6,9%), São Paulo (6,5%) e Amazonas (5,7%), que ultrapassa Rondônia como terceiro estado com mais emissões por desmatamento do país.

O estudo revela que as mudanças do uso da terra são o componente que elevou a maioria das emissões brutas do Brasil, dois anos atrás. Quando se somam as emissões que derivam de desmatamento de áreas e outras mudanças de uso da terra às que resultam de atividades do agronegócio, constata-se que estas equivalem a 74% de toda a poluição climática registrada em 2021, no país.

"A maior parte das emissões brutas (92%) é causada por alterações de uso da terra, que em sua maioria consistem no desmatamento do bioma Amazônia, que concentram 77% (911 MtCO2e) das emissões brutas do setor em 2021", ressalta o Ipam, em nota.

O documento do SEEG indica que o espalhamento dos gases na atmosfera, no país, foi duas vezes maior do que a média mundial em 2021. A equipe responsável pela medição analisa dados coletados desde 1970 e as consequências das emissões para as metas climáticas que o país estabelece.

O relatório recomenda que o governo federal corrija "imediatamente a 'pedalada' de carbono da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) brasileira, antes reunião da Convenção-quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), que acontece em junho de 2023, em Bonn, na Alemanha.

Outra sugestão é a de que o governo promova um modelo participativo para se construir uma NDC para 2030, que substitua a anterior e seja compatível com a meta de 1,5°C. Por fim, os pesquisadores aconselham as autoridades governamentais a elaborar um plano de implementação da NDC e o estabelecimento de uma trajetória para as emissões do Brasil, que preveja orçamentos de carbono com valores máximos a emitir a cada ano ou a cada cinco anos e que contenha uma proposta de ações de combate ao desmatamento e recuperação florestal. (Agencia Brasil)

PGR defende Mendonça para relator de ação contra Nikolas Ferreira

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou, na quinta-feira (23), parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o ministro André Mendonça seja relator do pedido de suspensão das redes sociais do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). Atualmente, a questão é relatada pelo ministro Alexandre de Moraes.

O caso envolve pedido da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) para bloquear as contas do parlamentar. O parecer foi solicitado pelo próprio relator.

Para a PGR, a questão deve ser decidida por Mendonça, que é relator outros pedidos de investigação contra o deputado.

A suspensão foi solicitada o após discurso do deputado no Dia Internacional da Mulher, quando Nikolas usou uma peruca amarela e disse que "se sentia uma mulher. Ele afirmou ainda que "as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres". Para a comunidade LGBTQIA+, o parlamentar cometeu crime de transfobia no discurso. Transfobia é uma forma de preconceito contra transexuais que pode se traduzir em atos de violência física, moral ou psicológica.

Após o episódio, Nikolas Ferreira usou as redes sociais para negar qualquer ofensa. "Defendi o direito das mulheres de não perderem seu espaço nos esportes para trans – visto a diferença biológica – e de não ter um homem no banheiro feminino. Não há transfobia em minha fala. Elucidei o exemplo com uma peruca. O que passar disso é histeria e narrativa", afirmou. (Agencia Brasil)

Polícia Federal prende investigado de participação em atos golpistas

Agentes da Policia Federal (PF) prenderam na manhã da quinta-feira (23) mais um investigado de participação dos atos golpistas ocorridos em 8 de janeiro, em Brasília, quando o Palácio do Planalto, Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal foram invadidos por indivíduos que promoveram violência e dano generalizado contra os imóveis, móveis e objetos daquelas instituições.

O mandado de prisão preventiva foi cumprido em endereço no Riacho Fundo, cidade do Distrito Federal, em mais uma fase da Operação Lesa Pátria. A pessoa, que não foi identificada, é suspeita de incitar os atos antidemocráticos e um dos administradores dos recursos que financiavam as ações.

De acordo com a PF, as investigações indicam ainda que o preso teria ensinado táticas de guerrilha para os participantes do acampamento situado no Quartel Geral (QG) do Exército, em Brasília.

A PF diz que os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

As investigações continuam em curso e a Operação Lesa Pátria é permanente, com atualizações periódicas acerca do número de mandados judiciais expedidos, pessoas capturadas e foragidas. (Agencia Brasil)

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº: 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Acionistas desta Companhia os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404/76, referentes ao exercício findo em 31/12/2022. Os referidos documentos encontram-se à disposição dos Acionistas na **Vigor Alimentos S.A.**, na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, 7º andar – Torre I – São Paulo/SP.

São Paulo/SP, 20 de março de 2023.

Alberto Alfredo Arellano Garcia - Presidente do Conselho de Administração.

Tutelar Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME 55.389.399/0001-36 - NIRE 35.300.376.536

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 26/04/2023 de forma semipresencial, na sede da Companhia para aqueles que comparecerem presencialmente e via zoom para ingresso remoto, às 09:00 horas em primeira convocação ou às 09:30 em segunda e última convocação, para examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (iii) alteração dos requisitos para ser nomeado como Diretor e membro do Conselho de Administração; (iv) alteração e otimização da forma de convocação dos acionistas para realização de assembleias; (v) alteração do objeto social da Companhia; e (vi) consequente reforma do Estatuto Social, se aprovadas as deliberações acima. Estarão à disposição dos acionistas, a partir da data 26/03/2023, na sede da Companhia, a cópia dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6404/76 e a forma de ingresso à reunião via zoom deverá ser solicitada pelo e-mail fjafernandes@uol.com.br, sendo certo que serão respondidos apenas os e-mails cujo remetente seja o acionista ou seu representante legal.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° **1002658-75.2018.8.26.0704**. A Dra. Luciane Cristina Silva Tavares, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Butantã/SP, Faz Saber a L F Pessoa Instalação Elétrica e Hidráulica (CNPJ. 07.856.235/0001-29) e Luis Francisco Pessoa (CPF. 578.722.283-00), que Banco Itaú Unibanco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 742.038,03 (julho de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário de Confissão de Dívida sob n° 000000057237125. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 15/09/2022. 23 e 24 / 03 / 23

Citação. Prazo 20 dias. Proc. nº **1002361-32.2021.8.26.0100**. O Dr. Diego Bocuhy Bonilha, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível Central/SP, Faz Saber ao Espólio de Rafael Falcone CPF 255.883.208-59, que Condomínio Edifício Guararapes ajuizou ação de execução, para cobrança de R$ 6.247,09 (jan/21), referente às cotas do apto. 701 do condomínio autor. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade, podendo, no prazo de 15 dias, apresentar embargos ou depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. |23,24|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº**1072331-27.2018.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Francisco E de Oliveira Celso Filho,Ana Clementina da Silva Celso,Antonio Carvalho dos Santos,Maria das Dores Santos,Kazuo Kuroda e Josefina Kuroda,réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Rodrigo Detilio, Aline Rustiguella Ambrosevicius, Rogério Detilio e Cassia Sigueta Detilio ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóveis usucapiendos situados o primeiro na Avenida Sampopemba, nº 3.328, e o segundo na Rua Antônio Gomes, nº32, correspondentes ao Lotes 0016-1 e 0017-1, respectivamente, da Quadra 014, do Setor Fiscal102 da Planta Cadastral da Municipalidade de São Paulo, Vila Regente Feijó, Alto da Mooca,São Paulo – SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze)dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2023. |23,24|

Jornal ODIASP

Alto Vale do Rio Negro Participações S.A.

CNPJ nº 09.249.380/0001-77

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2022 com todos os demonstrativos contábeis e financeiros correspondentes e permanecemos ao seu dispor para os esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo, 17 de março de 2023. **A Diretoria.**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em reais)*

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**31/12/22**	**31/12/21**	**31/12/22**	**31/12/21**
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	**313.040**	309.689	**5.711.791**	6.869.909
Clientes	-	-	**27.116.398**	17.839.557
Estoques	-	-	**19.959.193**	11.530.677
Impostos a recuperar	**5.294**	5.353	**880.094**	1.119.901
Outros créditos	-	-	**334.987**	767.104
Despesas antecipadas	-	-	**278.364**	92.439
Total do ativo circulante	**318.334**	315.042	**54.280.827**	38.219.587
NÃO CIRCULANTE				
Realizável à longo prazo				
Impostos diferidos	-	-	**2.891.629**	4.118.564
Outros créditos	-	-	**4.756**	4.756
Total do realizável à longo prazo	-	-	**2.896.385**	4.123.320
Investimentos				
Investimentos	**30.400.084**	18.789.568	-	-
Outras participações	**133**	133	**133**	133
Investimentos	**30.400.217**	18.789.701	**133**	133
Imobilizado	-	-	**5.563.929**	4.256.491
Intangível	-	-	**1.943.412**	3.452.773
Total do ativo não circulante	**30.400.217**	18.789.701	**10.403.859**	11.832.717
TOTAL DO ATIVO	**30.718.551**	19.104.743	**64.684.686**	50.052.304

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/22**	**31/12/21**	**31/12/22**	**31/12/21**
CIRCULANTE				
Fornecedores	-	-	**22.539.924**	21.215.770
Obrigações trabalhistas	-	-	**2.126.550**	1.491.104
Obrigações tributárias	**300**	107	**3.504.338**	2.816.268
Outras obrigações	-	-	**2.988.010**	3.505.741
Total do passivo circulante	**300**	107	**31.158.822**	29.028.883
NÃO CIRCULANTE				
Total do passivo não circulante	-	-	-	-
Patrimônio líquido				
Capital social	**19.400.282**	19.400.282	**19.400.282**	19.400.282
Reserva de lucros	**15.116.897**	4.050.520	**15.116.897**	4.050.520
Ajuste de avaliação patrimonial	**(3.798.928)**	(4.346.166)	**(3.798.928)**	(4.346.166)
Patrimônio líquido atribuido aos acionistas da controladora	**30.718.251**	19.104.636	**30.718.251**	19.104.636
Total do patrimônio líquido	**30.718.251**	19.104.636	**30.718.251**	19.104.636
Participação dos não controladores	-	-	**2.807.613**	1.918.785
Total do patrimônio líquido	**30.718.251**	19.104.636	**33.525.864**	21.023.421
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**30.718.551**	19.104.743	**64.684.686**	50.052.304

Demonstração do resultado Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	**31/12/21**	**31/12/22**	**31/12/21**
Receita operacional líquida	-	-	**111.284.412**	70.300.944
Custos das mercadorias vendidas	-	-	**(51.990.180)**	(32.164.206)
Lucro bruto	-	-	**59.294.232**	38.136.738
Despesas gerais e administrativas	**(8.535)**	(9.804)	**(34.352.024)**	(22.342.045)
Despesas comerciais	-	-	**(4.779.284)**	(4.421.466)
Equivalência patrimonial	**11.063.278**	6.697.082	-	-
Outras receitas e despesas	-	-	**3.615.901**	603.473
Lucro antes do resultado financeiro	**11.054.743**	6.687.278	**23.778.825**	11.976.700

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	**31/12/21**	**31/12/22**	**31/12/21**
Resultado financeiro	**12.260**	10.872	**(5.826.880)**	(1.391.577)
Lucro antes dos impostos	**11.067.003**	6.698.150	**17.951.945**	10.585.123
Impostos correntes	**(626)**	(179)	**(4.906.469)**	(2.700.009)
Impostos diferidos	-	-	**(1.226.935)**	(586.984)
Lucro líquido do exercício	**11.066.377**	6.697.971	**11.818.541**	7.298.130
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**11.066.377**	6.697.971
Acionistas não controladores			**752.164**	600.159
Lucro (prejuízo) por ação:	**1,14**	0,69		

São Paulo, 31 de dezembro de 2022

DIRETORIA

Rolf Buddemeyer - Diretor **Claus Buddemeyer** - Diretor **Orly Fendrich** - Contador 1SC011403

O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras foram auditados pela Martinelli Auditores em 17 de março de 2023, com parecer sem ressalvas e, estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

Four Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 47.014.367/0001-28

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no período de 4 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
São Paulo, 23 de março de 2023. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**Nota**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.028
Contas a receber	7	19.632
Contas a receber - partes relacionadas	9	120
Tributos a recuperar		80
Total do ativo circulante		45.860
Não circulante		
Imobilizado	10	5.096
Total do ativo não circulante		5.096
Total do ativo		50.956

Passivo	**Nota**	**2022**
Circulante		
Fornecedores		219
Fornecedores - partes relacionadas	9	98
Obrigações sociais e trabalhistas		122
Impostos e contribuições a recolher	12	2.129
Dividendos à pagar	9	3.333
Outras obrigações	11	4.609
Total do passivo circulante		10.510
Não circulante		
Outras obrigações	11	24.850
Total do passivo não circulante		24.850
Patrimônio líquido		
Capital social	13	4.896
Reserva de lucros		702
Dividendos adicionais propostos		9.998
		15.596
Total do passivo e patrimônio líquido		50.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - período entre 4 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

			Reserva de lucros			
	Nota	**Capital social**	**Legal**	**Dividendos adicionais propostos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Constituição com integralização de capital em 04 de julho de 2022	13a	10	-	-	-	10
Aumento de capital social em 22 de novembro de 2022	13a	4.886	-	-	-	4.886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.033	14.033
Destinações:						
Reserva legal	13b	-	702	-	(702)	-
Dividendo mínimo obrigatório	13c	-	-	-	(3.333)	(3.333)
Dividendos adicionais propostos		-	-	9.998	(9.998)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.896	702	9.998	-	15.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - período entre 4 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	**2022**
Receita operacional líquida	14	15.889
Custos dos serviços prestados		
Custo com pessoal		(188)
Depreciação e amortização	10	(23)
Outros		(1)
		(212)
Lucro bruto		15.677
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal		(47)
Serviços		(8)
Materiais, equipamentos e veículos		(1)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(44)
Outras despesas operacionais		(3)
		(103)
Resultado antes do resultado financeiro		15.574
Resultado financeiro	15	376
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		15.950
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8	(1.917)
Lucro líquido do exercício		14.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - período entre 4 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2022
Lucro líquido do exercício	14.033
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do exercício	14.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - período entre 4 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	14.033
Ajustes por:	
Depreciação e amortização	23
	14.056
Variação nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos ativos	
Contas a receber	(19.362)
Contas a receber - partes relacionadas	(120)
Tributos a recuperar	(80)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	219
Fornecedores - partes relacionadas	98
Obrigações sociais e trabalhistas	122
Impostos e contribuições a recolher	2.129
Outras contas a pagar	29.459
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	26.251
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(233)
Caixa líquido usado nas das atividades de investimento	(233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	10
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	10
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	26.028
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	-
No final do exercício	26.028
	26.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao período entre 4 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Four Trilhos Administração e Participações S.A. ("Four Trilhos" ou "Companhia"), sediada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 8, Vila Olímpia, CEP: 04.551-065 - São Paulo - SP. Constituída em 4 de Julho de 2022, é uma subsidiária integral da Concessionária da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo S.A. e tem por objeto social a exploração de atividades alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, decorrentes dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela da Rede Metroviária de São Paulo. Tais atividades são permitidas pelo Contrato de Concessão n.º 4232521201, firmado entre a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, inclusive a exploração comercial (i) de espaços destinados à propaganda e publicidade; (ii) da rede de infraestrutura e imobiliária das áreas remanescentes; (iii) de estacionamentos, bem como o desenvolvimento de atividades correlatas ou complementares as referidas acima.
A concessão de sua controlada direta tem prazo até 2040, em conformidade ao prazo de concessão da Operação Comercial da Linha 4 - Amarela, administrada por sua Controladora.
2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 23 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas na nota explicativa n.º 17 Instrumentos financeiros.
3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras: ***a) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. A Companhia também aufere receitas decorrentes de aluguel de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades, que são reconhecidas mensalmente e alguns contratos possuem repasse mínimo ou remuneração variável cujo modo de aferição é previsto em contrato com medição mensalmente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***b) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***c) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. ***d) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***e) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***f) Receitas* e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***g) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***h) Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia, com dedução de R$ 20.000 a.m. para imposto de renda e 9% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia para a contribuição social. O lucro presumido é um meio de tributação simplificada, utilizada para determinar a base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas com faturamento limitado até R$ 78.000. O valor do imposto a ser pago é variável, pois a incidência dos impostos depende do tipo de atividade de cada entidade. Para apuração da base de cálculo do lucro presumido são utilizados percentuais padronizados, previamente definidos em lei, os quais são aplicados sobre o montante correspondente à receita operacional bruta da Companhia. ***i) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, a nova norma abaixo descrita, que não produziu impacto relevante nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: **• Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. ***j) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *lease-back* - alterações ao CPC 06; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26.
4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor pres

Nova política antidrogas inclui proteção e acesso a direitos da mulher

As políticas estratégicas relativas a usuários de drogas terão um olhar diferenciado do governo brasileiro. A ideia é tratar o tema de forma científica, sem preconceitos, nem hipocrisia. Segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, as políticas carregarão um "olhar para os excluídos". E, a partir desse olhar, será necessário que as autoridades tenham coragem para pautar temas e humildade para "ouvir" aqueles que, de fato, têm expertise sobre o tema.

As afirmações foram feitas durante o lançamento de uma das frentes estratégicas voltadas para o assunto. No caso, a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas. "Apresentamos os eixos estruturantes de uma política de drogas que seja atualizada, corajosa e séria", disse o ministro durante a solenidade. O ministro fez questão de deixar claro que o atual governo tem uma visão bastante diferente, na comparação com a adotada pelo governo anterior.

"Nós temos muitas distinções em relação a essa extrema direita desvairada [no que se refere às políticas de enfrentamento ao abuso de drogas]. Uma das distinções que temos é que somos sérios. A gente trata os problemas com seriedade, coragem e compromisso. Não com demagogia. Não como quem propaga o ódio para ocultar as insuficiências das respostas que tem", disse Flávio Dino.

"E estamos aqui exatamente praticando essa distinção. Onde alguns querem trevas, medo, ódio e interdição de debate, nós queremos a luz que a democracia traz; e o concurso de ideias, vontades e debates que um grupo de trabalho propicia. É preciso olhar para os excluídos. É preciso ter coragem para pautar temas e humildade para ouvir", argumentou.

De acordo com o ministro, o vício em drogas é uma espécie de escravidão – algo que é combatido pelo atual governo nas mais diversas frentes. "Somos contra qualquer forma de escravidão ou escravização. Inclusive das pessoas que são escravizadas pelo abuso de álcool, drogas, ou que se entopem de remédios todos os dias, inclusive ao norte da linha do Equador. Estes não são vistos como indesejáveis porque são grandes consumidores e geradores de lucros para as indústrias da morte", disse Dino.

Ele enfatizou que o atual governo não faz nenhum tipo de concessão ao crime organizado. "Quem ajudou o crime organizado no Brasil foi quem fez uma política criminosa de proliferação de armas no país para fortalecer as quadrilhas e as facções. Nós estamos fazendo uma política séria que entende que não é matando as pessoas que se resolvem problemas sociais, econômicos e políticos. E essas políticas estão em mãos capacitadas, preparadas e honradas", complementou.

Estratégia para mulheres

Coube à secretária nacional de Políticas sobre Drogas, Marta Machado, detalhar a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas lançada nesta quinta-feira.

A secretária explicou que é um trabalho intersetorial que envolve diversos ministérios, com o objetivo de inaugurar uma nova política sobre drogas, de promoção dos direitos humanos e de combate a todas as formas de discriminação.

"Trata-se também de uma política que considera os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e que apontam para a necessidade de um olhar atento, especial, para as vulnerabilidades das mulheres que usam drogas e que vivem em contexto de narcotráfico", acrescentou.

Marta Machado lembrou um relatório das Nações Unidas, segundo o qual, embora as mulheres não representem a maioria dos usuários de drogas, elas são "afetadas de forma desproporcional" pelo estigma, pelo preconceito "e por diversas formas de violência, em especial, a violência sexual".

"Por isso, quando falamos dessas mulheres, estamos falando de uma parcela da população que é vulnerabilizada de diversas formas: por contextos de desigualdade exclusão social e, nos últimos anos, pela falta de ações coordenadas no campo da promoção da cidadania e da proteção social – bem como pelo 'desfinanciamento' das redes de cuidados de saúde e por uma política de repressão focada em violência, em vez de inteligência e informação", argumentou.

De acordo com a secretária, a vulnerabilidade é ainda maior quando abrange mulheres negras e indígenas, uma vez que estas vivem em contextos de disputas sociais violentas, incluindo narcotráfico e outras redes legais. Nesse sentido, Marta Machado diz que é necessário um "olhar específico" para esses grupos.

Primeiras ações

"Hoje, como primeira ação da estratégia de mulheres, o ministro Flávio Dino criou o grupo de trabalho com participação de oito ministérios. Será uma rede permanente de articulação institucional para discussão, formação e execução de ações de cidadania e acesso a direitos para mulheres".

Marta Machado detalhou que, conforme previsto no edital, haverá financiamento para organizações da sociedade civil que atuam com diferentes grupos de mulheres, com o objetivo de fomentar cidadania acesso ao trabalho e renda acesso à justiça e a participação social.

Ela informou que serão abertas inicialmente candidaturas para quatro organizações da sociedade civil por região, com propósitos no valor de R$ 100 mil a R$ 300 mil. Em agosto, será lançado o segundo edital, com financiamento de mais três organizações por região, totalizando R$ 6 milhões, explicou.

"Uma nova política de drogas só poderá ser construída com participação social e em parceria com quem está na ponta, trabalhando junto a diferentes grupos de mulheres em suas diferentes complexidades e necessidades", enfatizou a secretária.

Conhecimento científico

Também presente ao evento, o ministro do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, destacou que é preciso buscar, de forma constante, ampliar o conhecimento científico sobre a abordagem do tema.

"Há necessidade de um protocolo, mas, para ter um protocolo, é preciso ter um apoio muito firme e muito forte da ciência. O primeiro passo é propor [a criação de] um comitê científico para que o Brasil tenha um protocolo e um caminho para lidar com a política sobre drogas nas mais diferentes áreas", disse.

Wellington Dias destacou ainda a necessidade de qualificação de todo o sistema de Justiça, o que inclui juízes, promotores e defensores; além do sistema prisional. "Quantas vezes você tem pessoas que chegam ali, em uma audiência de custódia, e, em vez de ir para um tratamento para a dependência, são mandadas para a prisão", argumentou. "Há necessidade de qualificar a saúde, a assistência e as mais diversas áreas", complementou Dias, que defende uma "compreensão científica que trate usuário como usuário, e não como criminoso".

Álcool

Segundo Dias, salvo algumas exceções, as universidades não oferecem formação adequada para as várias profissões que lidam com essa temática. "Não há formação para a área da segurança; não há formação para a área da Justiça. São sempre formações superficiais. Não há na medicina; na psicologia; na psiquiatria", acrescentou o ministro.

Para o ministro, tais planos de formação certamente gerarão resistência de grupos mais conservadores.

Na avaliação do ministro, a principal porta de entrada para as drogas é o álcool. "Quando era parlamentar, eu apanhava muito do setor das bebidas, porque eu sou defensor de que a mesma coragem que o Brasil teve em relação ao alerta ao consumidor de cigarro, teria de ter também com o álcool. Temos de quebrar uma série de tabus nessa área."

Nova ótica

Também presente à solenidade, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, defendeu uma abordagem "que considere o tema das drogas sob a ótica do cuidado e das saúdes coletiva e pública".

Para a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, a estratégia de combate às drogas "é um passo importante para combater o feminicídio", bem como os demais tipos de violência contra mulheres nos territórios indígenas.

"Nesses territórios tem crime organizado. Tem tráfico de drogas, principalmente nas regiões de fronteira; tem meninas cooptadas e violentadas que vivem no horror dentro dos próprios territórios por conta de criminosos. Precisamos fazer esse enfrentamento, mas sem levantar uma nova guerra para dentro dos territórios indígenas, onde muita gente procurada pela Justiça se refugia após cometer atividades ilícitas e crimes fora", ressaltou Sônia Guajajara. (Agencia Brasil)

Presidente demonstra, mais uma vez, insatisfação com juros altos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a mostrar descontentamento com o atual nível da taxa de juros e disse que ninguém aguenta mais ficar a cada 45 dias vendo uma parte do país defendendo a taxa de juros alta e outra criticando o patamar. Na visão do presidente, é preciso "encontrar caminhos para que a economia brasileira cresça para além daquela normalidade que todo mundo fala". Lula lembrou que durante os seus mandatos na Presidência de 2003 a 2010 em toda reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) tinha alguém para fazer crítica ao aumento da taxa de juros, a redução ou para falar bem.

"Eu digo todo dia, não tem explicação para nenhum ser humano no planeta terra a taxa de juros no Brasil estar a 13,75%. Não existe explicação, então, como presidente da República, eu não posso ficar discutindo cada relatório do Copom. Não posso. Eles paguem o preço pelo que estão fazendo. A história julgará cada um de nós. A única coisa que eu sei é que a economia brasileira tem que crescer. Nós precisamos gerar emprego. O emprego é a única coisa que garante tranquilidade. Se seu pai trabalha, sua mãe trabalha, se você trabalha, todo mundo ganha um pouco, a economia volta a crescer. É esse país que eu quero construir e é esse país que vamos construir", afirmou, após conhecer o submarino Humaitá, durante visita na quinta-feira (23) ao Complexo Naval de Itaguaí, na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde estão sendo construídos os submarinos do Programa de Submarinos da Marinha (Prosub), considerado estratégico para a defesa nacional.

O presidente disse que ao completar 100 dias de governo será apresentado um novo programa de desenvolvimento para o Brasil. "Quando a gente for anunciar o que aconteceu nos 100 dias, nós vamos apresentar um outro programa de desenvolvimento desse país. Nós temos que fazer estradas, pontes, rodovias, cuidar de saneamento básico, cuidar do tratamento da água, da saúde, da educação. Tem tudo para fazer, porque que eu vou ficar brigando com os outros. Eu vou fazer. Fui eleito para fazer eu vou fazer", afirmou.

Para Lula, é preciso também acabar com as grandes divergências que têm dividido o Brasil. Segundo o presidente, o país passou os últimos quatro anos em "uma xingação só" e é isso que pretende mudar. "É preciso reverter este país. Então eu vou fazer isso. É minha missão, quase uma profissão de fé, provar que este país vai voltar a ser um país em que o povo viva de cabeça erguida, feliz, brincando. Corinthiano brincando com flamenguista, flamenguista brincando com vascaíno, palmeirense perdendo do Corinthians e ninguém achando ruim com ninguém. É isso que eu desejo, e é isso que vai acontecer", disse.

Lula disse que não tem como fazer qualquer movimento para substituir o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, do cargo, porque a aprovação do nome do ocupante da presidência da instituição cabe ao Senado. Lula lembrou que nos mandatos anteriores conversava com Henrique Meirelles, que era o presidente do Banco Central, mas que agora, se Campos Neto não quiser, nem precisa falar com ele.

"Se esse cidadão quiser, ele nem precisa conversar comigo. Ele só tem que cumprir a lei que estabeleceu a autonomia do Banco Central. Ele precisa cuidar da política monetária, mas precisa cuidar também do emprego, cuidar da inflação e da renda do povo. É isso que está na lei, basta ler a lei", disse, acrescentando que, a seu ver, Campos Neto não está cumprindo com a sua missão.

"Todo mundo sabe que ele não está fazendo, cuidar da política monetária, do emprego e da inflação. Se ele estivesse fazendo, eu não estava reclamando. Eu sou bobo de reclamar de uma coisa boa?", disse.

O presidente foi acompanhado na visita pela embaixadora da França no Brasil, Brigitte Collet; pelas ministras da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e do Turismo, Daniela Carneiro; pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macedo; pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Gonçalves Dias; pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, senador Renan Calheiros; pela secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha; e dos CEO das principais empresas envolvidas no Prosub. (Agencia Brasil)

STJ envia à PGR pedido de apreensão do passaporte de Robinho

O ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pediu na quinta-feira (23), em Brasília, a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre um pedido de apreensão do passaporte do ex-jogador de futebol Robinho.

Robinho é alvo de um pedido de homologação da sentença estrangeira, requerido pelo governo da Itália, onde o ex-jogador brasileiro foi condenado em três instâncias pelo envolvimento em um estupro coletivo, ocorrido dentro de uma boate de Milão, na Itália, em 2013. A pena imputada foi de nove anos de prisão.

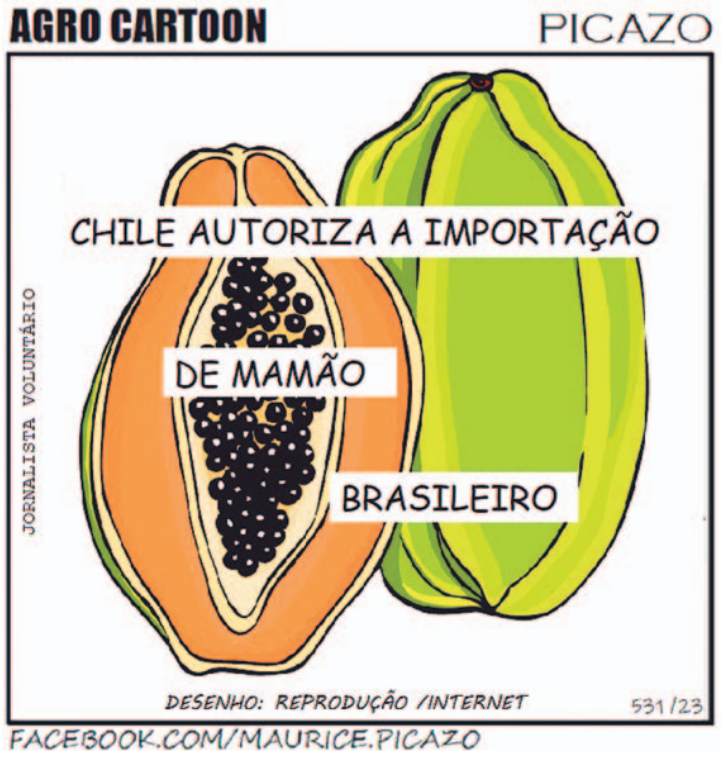
Mulheres

O pedido de apreensão do passaporte foi feito pela União Brasileira de Mulheres, entidade autorizada pelo ministro a acompanhar o andamento do caso e se manifestar sobre o assunto no STJ.

A Itália havia solicitado a extradição de Robinho. A Constituição brasileira, contudo, não prevê a possibilidade de extradição de cidadãos natos. Por esse motivo, o país europeu decidiu requerer a transferência da sentença do ex-jogador. Dessa forma, o tribunal vai analisar se a condenação pode ser reconhecida e executada no Brasil.

Defesa

No início da tarde, a defesa de Robinho informou ao STJ que pretende entregar o passaporte espontaneamente e que o ex-jogador tem interesse em colaborar com a Justiça. (Agencia Brasil)



Ex-secretário do DF diz que Exército suspendeu desmonte de acampamento

O ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Júlio Danilo Ferreira disse na quinta-feira (24) que o Exército não autorizou o desmonte do acampamento montado em frente ao Quartel-General.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, o delegado afirmou que a operação, com participação de policiais do DF, estava marcada para o dia 29 de dezembro de 2022, mas foi cancelada. De acordo com ele, os militares fariam a retirada por conta própria.

"Pediram para que a gente não utilizasse essa estrutura para poder realmente tirar, e que dali, o próprio Exército, por ser na área militar, por meios próprios - e aí já fazendo o próprio ajuste com aquele público que estava lá -, ia providenciar o desmonte do acampamento. A gente teve que recuar. Mais uma vez, eu disse ao senhor, qualquer tipo de atuação dentro daquela área militar, por ser área militar, nós tínhamos que atuar sempre em coordenação com eles", afirmou.

O ex-secretário relatou ter participado de diversas reuniões com o Comando Militar do Planalto para a desmobilização do acampamento e as ações eram suspensas. A pedido dos militares, o Governo do Distrito Federal forneceu apoio na organização do trânsito, limpeza, bombeiros e segurança nos arredores do local.

A Agência Brasil entrou em contato com o Exército sobre as declarações de Júlio Danilo e aguarda retorno.

Na semana passada, também em depoimento à CPI, o coronel Jorge Eduardo Naime, ex-comandante de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal, disse que o Exército dificultou a prisão dos golpistas envolvidos nos ataques às sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro.

Sobre a tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal, no dia 12 de janeiro, Ferreira afirmou que a maioria dos vândalos era de fora de Brasília e estava abrigada no acampamento.

Questionado sobre o fato de não ter ocorrido prisões naquele dia, o ex-secretário respondeu que "a primeira missão era restituir a ordem pública" e "dispersar" os vândalos.

Júlio Danilo ficou no comando da Secretaria de Segurança Pública do DF até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 1º de janeiro. Ele foi substituído por Anderson Torres, ex-ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro.

A CPI aprovou convite para ouvir o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto, sobre os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. Outro requerimento de convite aprovado é para oitiva do atual ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Marco Edson Gonçalves Dias. Os generais podem recusar os convites. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos